

**Universidade Federal do Paraná**

**Setor de Ciências Sociais Aplicadas.**

**Mestrado em Desenvolvimento Econômico**

**Dissertação de Mestrado:**

**“Investimento Estrangeiro Direto e Industrialização no Brasil”.**

**Mtdo. Marcelo Luiz Curado**

**Orientador: Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meirelles.**

**Curitiba, Março de 1997.**

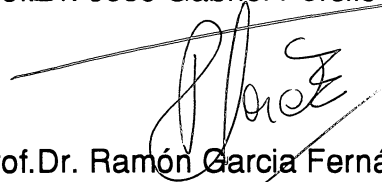
Universidade Federal do Paraná.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas.  
Mestrado em Desenvolvimento Econômico.

Investimento Estrangeiro Direto e Industrialização no Brasil.  
Marcelo Luiz Curado.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre do Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

Banca Examinadora.

  
Prof.Dr. José Gabriel Porcile Meirelles.

  
Prof.Dr. Ramón García Fernández.

  
Prof.Dr. Otaviano Canuto dos Santos Filho

Curitiba, março de 1997

## ABSTRACT

This work discusses the role played by foreign direct investment (FDI) in the process of industrialization in Brazil. It is suggested that FDI did not have a significant impact in the growth of Brazilian industry until the late fifties, as it was the national private capital which dominated the leading industrial sectors in the early phases of industrial development. However, as industry became more capital- and technology-intensive, both the state and foreign private capital took the lead. The FDI was a key actor in the implantation and development of the metal-mechanical industries, that shaped industrial growth since 1960.

Moreover, it is argued that given the reduced fiscal and regulatory capabilities currently displayed by the Brazilian state, only the FDI could develop those dynamic industries associated with the new technological paradigm, like electronics and telecommunications. However, FDI in Brazil have tended to neglect these industries. This places a challenge to future industrial growth in Brazil, as her industrial structure might be unable to follow a rapid international technological frontier.

A "Mama", Caco e Fefu.

## AGRADECIMENTOS.

Agradeço aos colegas da turma de mestrado: Anderson, Alessandra, Caio, Sandra e Eduardo pelo companheirismo durante todo o curso de mestrado, e em especial aos "irmãos" Leonardo e José Roberto por tudo que vivemos em Curitiba.

Aos professores do curso de mestrado, em especial, ao Prof. Divonzir por ter feito nascer grande parte das preocupações desta dissertação em seu curso de economia brasileira, ao Prof. Carmo pelas "discussões de corredor" e aos Prof. Dr. Ramon Vicente Garcia Fernandez e Nilson Maciel de Paula que participaram da defesa do projeto de Dissertação.

Em especial ao meu orientador o Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meirelles sem o qual este trabalho não teria sido realizado e ao Prof. Dr. Otaviano Canuto dos Santos Filhos por ter aceitado participar da defesa de dissertação.

## ÍNDICE

	Página
Parte I	
I.1. Introdução	7
I.1.1. Crescimento com Diversificação da Estrutura Industrial (1860 - 1933) e Industrialização Restringida.	8
I.1.2. Industrialização Pesada e Capital Estrangeiro.	10
I.1.3. Anos 80 e Princípio dos 90: o Papel do Capital Estrangeiro.	15
I.2. Aspectos Teóricos - Metodológicos.	19
I.2.1. Definição de Investimento Direto Estrangeiro.	19
I.2.2 Elementos Determinantes do Processo de Internacionalização Produtiva.	20
I.2.3. Definição do Padrão de Inserção dos Investimentos Diretos Estrangeiros.	23
I.2.4. Organização do Trabalho.	23
I.2.5. Resultados Empíricos.	24
Parte II	
II.1. Primórdios do Investimento Direto Estrangeiro na Economia Brasileira (1860 -1914).	
II.1.1. Padrão de Inserção dos IDEs.	25
II.1.2. Condições Internas e Externas.	31
II.1.3. IDE e o Primeiro Surto de Crescimento Industrial (1890 - 1898).	34
II.1.4. IDE e o Segundo Surto de Crescimento Industrial (1902 - 1914).	37
II.1.5. Conclusões do Período (1860 - 1914).	40
II.2. Intensificação do Processo de Crescimento com Diversificação Industrial e o Papel dos IDE (1914 - 1933).	
II.2.1. Condições Internas e Externas.	41
II.2.2. Padrão de Inserção dos IDEs.	44

II.2.3. IDE e o Processo de Crescimento com Diversificação da Estrutura Industrial pós 1914.	46
II.2.4. Investimento Estrangeiro e a Crise de 1929.	50
II.2.5. Conclusões.	51
II.2.6. Considerações Sobre o Caráter Secundário do IDE no Período de Crescimento com Diversificação da Matriz Industrial.	53

### Parte III

#### III.1. Capital Estrangeiro e Industrialização Restringida (1933 - 1955).

III.1.1. Condições Internas e Externas.	57
III.1.2. Padrão de Inserção do IDE e sua Importância na Industrialização Restringida (1933 - 1950).	61
III.1.3. Conclusão (1930 - 1950).	67
III.1.4. Considerações Sobre o Caráter Secundário do IDE na Industrialização Restringida.	68

### Parte IV

#### IV.1. Capital Estrangeiro e Internalização dos Setores Dinâmicos da Indústria sobre o Paradigma Tecnológico Metalmeccânico-Químico (1950 - 1970).

IV.1.1. Condições externas.	75
IV.1.2. Padrão de Inserção dos IDEs em Nível Internacional.	74
IV.1.3. Condições Internas.	86
IV.1.4. Padrão de Inserção dos IDEs no Brasil.	88
IV.1.5. IDE e Industrialização Pesada.	98
IV.1.6. Conclusões (1950 - 1970).	103
IV.2. Mudanças Internacionais e IDE no Brasil (1970 - 1980).	
IV.2.1. Condições Internas.	105
IV.2.2. Condições Externas.	106

IV.2.2.1. Implicações da Ruptura do Bretton Woods sobre o Sistema Produtivo.	109
IV.2.2.2. Gestação da Nova Divisão Internacional do Trabalho.	112
IV.2.2.3. Gestação do Novo Paradigma Tecnológico.	114
IV.2.2. Padrão de Inserção dos IDEs p�s 1975 em nível Internacional.	116
IV.2.3. Padrão de Inserção dos IDEs (1970 - 1980).	124

## Parte V

### V.1.1 Importância dos IDEs p s 1980.

V.1.1.1 Condições Externas.	130
V.1.1.1.1. Aspectos Macroeconômicos.	131
V.1.1.1.2. Principais Tendências do Cenário Internacional.	134
V.1.1.3. Aspectos Financeiros da Globalização.	142
V.1.1.4 Considerações finais.	148
V.1.1.5. Principais Características do Setor Industrial p�s 1980.	149
V.1.2. Padrão Recente de Inserção dos IDEs em Nível Internacional.	152
V.1.3. Condições Internas.	160
V.1.3.1. Aspectos Macroeconômicos.	160
V.1.3.2. A Crise do Endividamento Externo e a Gestação da "Ciranda Financeira".	165
V.1.3.3. Crise e Estrutura Industrial.	168
V.1.3.4. Determinantes da Paralisia do Processo de Mudanç�a Estrutural.	172
V.1.3.4.1 Fatores Sist�micos.	174
V.1.3.4.2. Fatores Macroeconômicos.	176
V.1.3.4.3. Fatores Estruturais.	178
V.1.4. Padrão de Inserção Recente dos IDE (1980 - 1995).	183
V.1.4.1. O volume de Recursos.	183
V.1.4.2. Principais Investidores.	191
V.1.4.3. Concentração Setorial.	198



V.1.4.4. Conclusões.	201
Parte VI.	
VI. Estudo Empírico - Investimento Estrangeiro e Crescimento Econômico.	
VI.1. Introdução.	204
VI.2. Especificação do Modelo e Seus Resultados Iniciais.	205
VI.3. Teste de Cointegração.	209
VI.4. Modelo de Correção do Erro.	211
VI.5. Conclusões.	215
VI.6. Apêndice.	216
Parte VII.	
VII.1. Considerações Finais.	217
Anexo.	
VII. Principais Considerações da Teoria Econômica ao Estudo dos Determinantes dos IDE.	
1. Introdução.	229
2. Organização da Seção.	230
3. Contribuições Marxistas e Neoclássicas.	231
4. A Teoria do Poder de Mercado ( A Contribuição de Hymer)	237
5. Internalização: A Contribuição dos Custos de Transação.	240
6. O Paradigma Eclético de Dunning.	245
7. As Análises de Competição Intra-Indústria e as Contribuições Macroeconômicas.	249
Referências Bibliográficas	254

## TABELAS

- TABELA 1 - Investimentos estrangeiros por país de origem dos capitais.
- TABELA 2 - Investimento britânico em países da AL em 1880.
- TABELA 3 - Distribuição setorial do investimento estrangeiro.
- TABELA 4 - Indicadores de crescimento da produção industrial.
- TABELA 5 - Importação segundo tipos de bens para o Brasil (1901 - 1913).
- TABELA 6 - Importações segundo tipos de bens para o Brasil (1901 - 1929).
- TABELA 7 - Investimentos americanos diretos dos EUA por países da AL (1914 - 1929).
- TABELA 8 - IDE da Inglaterra e EUA e países latino americanos em 1929.
- TABELA 9 - Crescimento dos IDEs dos EUA.
- TABELA 10 - IDE dos EUA na América Latina.
- TABELA 11 - Processo de industrialização no mundo segundo regiões (1950-77)
- TABELA 12 - Investimento direto externo por país (1967).
- TABELA 13 - Capital americano investido no exterior, por região.
- TABELA 14 - Distribuição setorial dos investimentos norte-americanos.
- TABELA 15 - IDE de países selecionados nos principais setores da manufatura.
- TABELA 16 - Distribuição setorial dos IDE (1950)
- TABELA 17 - Distribuição setorial dos IDE (1960)
- TABELA 18 - Distribuição setorial dos IDE (1970)
- TABELA 19 - Participação de países selecionados no total do IDE até 1950.
- TABELA 20 - Participação de países selecionados no total do IDE de 1951-1960.
- TABELA 21 - Participação de países selecionados no total do IDE de 1961-70.

TABELA 22 - Importância do capital estrangeiro no processo de industrialização.

TABELA 23 - Principais países e regiões exportadoras de IDE.

TABELA 24 - Principais países e regiões receptoras de IDE.

TABELA 25 - EUA, Japão e Alemanha - saldos comerciais.

TABELA 26 - Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil (1971-79).

TABELA 27 - Investimentos externos no Brasil - origem de propriedade (1979).

TABELA 28 - Investimentos externos concentração setorial (1979).

TABELA 29 - Participação das empresas por origem de capital no total das vendas (1980)

TABELA 30 - Concentração da oferta mundial em setores selecionados.

TABELA 31 - Estrutura de mercado em setores selecionados do C.E.

TABELA 32 - Intermediação Financeira nos EUA.

TABELA 33 - Fluxos de IDE dos NICs asiáticos para os NICs asiáticos, China, Sul e Sudeste da Ásia.

TABELA 34 - Os 10 maiores países em desenvolvimento receptores de IDE em 1993.

TABELA 35 - Brasil - Composição da produção da indústria manufatureira (1980-1994).

TABELA 36 - Faturamento das grandes empresas coreanas.

TABELA 37 - Faturamento das grandes empresas brasileiras.

TABELA 38 - Investimentos e reinvestimentos externos no Brasil (1980-85).

TABELA 39 - Investimentos e reinvestimentos externos no Brasil (1987-95).

TABELA 40 - Investimentos e reinvestimentos externos no Brasil - concentração setorial.

TABELA 41 - Análise da composição dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil para os cinco maiores investidores na indústria de transformação.

TABELA 42 - Participação dos diversos setores no total do investimento e reinvestimento estrangeiro na indústria de transformação, em 1985.

TABELA 43 - Participação dos diversos setores no total do investimento e reinvestimento estrangeiro na indústria de transformação, em 1995.

TABELA 44 - Participação dos diversos grupos no total do investimento e reinvestimento estrangeiro na indústria de transformação.

TABELA 45 - Resultados empíricos iniciais.

TABELA 46 - Teste para a verificação de estacionalidade: Dickey-Fuller.

TABELA 47 - Teste de estacionalidade para o erro.

TABELA 48 - Teste de estacionalidade para o erro 2.

TABELA 49 - Resultados empíricos finais.

## PARTE I

### I.1. INTRODUÇÃO.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do capital estrangeiro em sua forma direta no processo de desenvolvimento da economia brasileira, em particular em seu processo de industrialização, demonstrando-se que:

1. o investimento direto estrangeiro (IDE) desempenha funções distintas ao longo do processo de industrialização; e
2. o entendimento do papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho encontra-se diretamente vinculado ao comportamento do capital externo em sua forma produtiva.

Isto requer entender a evolução do processo de industrialização brasileiro em suas diferentes etapas. Para tanto, utiliza-se a periodização estabelecida por Cardoso de Mello (1982) e Conceição Tavares (1975), em que se destacam três momentos fundamentais: 1. crescimento com diversificação da indústria (1860-1933), 2. "industrialização restringida" (1933-1955) e 3. "industrialização pesada" (1955-1980).

Pretende-se, ainda, verificar qual o papel desempenhado por estes capitais pós 1980, levando-se em consideração, tanto a crise que permeia a economia brasileira e que determina a "paralisia" do processo de mudança estrutural na indústria, quanto as alterações que se processam no cenário internacional em que se destaca o processo de globalização da economia.

### I.1.1. Crescimento com Diversificação da Estrutura Industrial (1860-1933) e Industrialização Restringida (1933-1955).

A rigor, seguindo-se o conceito utilizado nos trabalhos de Cardoso de Mello (1982) e Conceição Tavares (1975), o longo período compreendido entre 1860-1933 não pode ser considerado como determinante de um processo de industrialização.

Isto não significa que não tenham sido desenvolvidas atividades industriais no Brasil até 1933. Estas já ocorriam desde finais do século XVIII. No entanto, apesar de seu rápido crescimento, a concentração nos setores de bens-salários e o desenvolvimento restrito do setor de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) eram incapazes de endogeneizar o ritmo de crescimento da economia, ainda determinado pelos movimentos, exógenos, de contração/expansão do mercado internacional do café. (Conceição Tavares, 1975 e Cardoso de Mello, 1982)

Em outras palavras, o crescimento da atividade industrial no Brasil, que se acentuou no início do século XX, em função dos efeitos indiretos das políticas de manutenção da renda da economia cafeeira (Villela e Suzigan, 1975) e da acumulação previamente estabelecida no setor agro-exportador (Cardoso de Mello, 1982), não pode ser considerado como determinante de um processo de industrialização

“ que deve ser entendido como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas..., quer dizer, em termos de constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital vale dizer, de libertar a acumulação de capital de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital” (Cardoso de Mello, 1982, pp. 97 )

Somente a partir de 1933 deu-se, de acordo com a periodização estabelecida por Cardoso de Mello (1982) e Conceição Tavares (1975), o início do processo de industrialização no Brasil, já que a partir deste ano o ritmo de crescimento da economia passou a ser determinado pelo ritmo de expansão do setor industrial. Verificou-se também um processo de diversificação da estrutura industrial, com aumento relativo dos setores produtores de bens de produção concomitantemente à redução da importância do setor de bens-salário<sup>1</sup>.

Em poucas palavras, a partir de 1933 o processo de acumulação de capital no interior da economia brasileira passou a se estruturar num novo padrão. O ritmo de crescimento da economia não se encontrava mais vinculado a demanda externa, mas sim ao ritmo endógeno de acumulação de capital no setor industrial.

Porém, este processo de diversificação da estrutura industrial era “restrito”, estando o crescimento da atividade industrial diretamente vinculado à capacidade de importação de bens de produção que dependia das divisas obtidas pelo setor primário-exportador, o que, em última instância, era fruto da implantação apenas parcial dos setores de bens de produção. Segundo Conceição Tavares (1975):

“Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira se combinam dois fatores contraditórios, que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são

---

<sup>1</sup> Em 1920, cerca de 75% da produção industrial era derivada do setor de bens-salário, com participação significativa dos ramos têxteis, bebidas e produtos alimentares, enquanto o setor de bens de produção respondia por apenas 7% do produto industrial. Já em 1939, a produção dos setores de bens intermediários e bens de capital saltara respectivamente para, 22% e 8,8% do produto industrial (Possas, 1983).

insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital, continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento”. (Conceição Tavares, 1975, pp.118)

Mas o que dizer do papel desempenhado pelo capital estrangeiro durante o longo período de crescimento com diversificação da estrutura industrial (1860-1933) e durante a fase de industrialização restringida (1933-55) ?

O capital estrangeiro exerceu papel secundário, salvo raras exceções, na instalação das atividades industriais durante este período. Isto era conseqüência do volume reduzido de recursos investidos e sua concentração setorial em atividades não-manufatureiras, elementos explicados pela conjunção das condições internas e externas de acumulação do capital, como será demonstrado nas Partes II e III deste trabalho. (Possas, 1983, Castro, 1979 e Singer, 1985)

#### I.1.2. Industrialização Pesada e Capital Estrangeiro.

A partir de 1955, durante a execução do Plano de Metas, o caráter restrito do processo de industrialização foi superado, dando-se início a fase de “industrialização pesada” da economia (Cardoso de Mello, 1982).

Esta superação foi promovida por um bloco de investimentos concentrados, tanto em termos temporais (realizados num curto período de tempo), quanto setoriais (sobretudo nos setores de bens de produção) sob a liderança do Estado e do capital privado estrangeiro, ao qual o capital privado nacional associou-se de forma subordinada. (Conceição Tavares, 1975)



Nesta divisão interna do trabalho, coube ao Estado a realização dos investimentos em infra-estrutura econômica, em que se destacam os setores de energia e transportes e de insumos básicos, setores que se caracterizavam pelo elevado volume de investimento inicial, pelo elevado prazo de maturação, e pelas reduzidas taxas de retorno, além de constituírem-se como setores tecnologicamente "maduros".

O capital privado internacional foi responsável pela implantação dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico, com destaque para a indústria automobilística. O capital privado nacional concentrou seus investimentos nos setores de menor conteúdo tecnológico e/ou menor volume de inversão inicial, tornando evidente o caráter subordinado de sua inserção na divisão interna do trabalho da economia brasileira.

Em suma, a partir de 1955 foi superado o caráter restrito do processo de industrialização. A indústria que, durante a fase de industrialização restringida já determinava o ritmo de crescimento da economia, libertou-se de sua dependência em relação ao setor agro-exportador através da implantação do setor de bens de produção<sup>2</sup>.

O capital estrangeiro em sua forma direta, diferentemente do observado no período anterior, desempenhou papel central neste processo, em função de sua importância na instalação dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico.

A "industrialização pesada" é, portanto, entendida enquanto uma nova fase do processo de industrialização que se distingue da

---

<sup>2</sup> Em poucas palavras, é a partir da internalização deste setor, que se torna possível a economia crescer sem que isto implique necessariamente numa elevação das importações de bens de produção, o que determinaria uma restrição ao crescimento dada pela capacidade de importar. (Cardoso de Mello, 1982)

precedente, tanto pelo tipo de investimento - crescendo à frente da demanda - quanto pelas características da estrutura técnica e financeira dos capitais. Segundo Conceição Tavares (1975):

“Tanto o tipo de crescimento da capacidade produtiva, muito na frente da demanda pré-existente, como o caráter concentrado do bloco de investimentos no tempo, não parecem, em nada com a etapa de industrialização do após Guerra. A estas características das escalas de produção agregue-se o fato de que os empresários nacionais careciam de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capital, necessários a uma concentração de recursos internos e externos, da magnitude requerida. Por outro lado, a estrutura técnica e financeira dos novos capitais era também completamente diferente da anterior, e não se podia obter a partir da simples expansão e diversificação da estrutura produtiva existente. Estes fatos básicos, parecem ser, a meu juízo, a razão essencial da forte presença do Estado e do caráter dominante do capital estrangeiro neste largo ciclo de industrialização” (Conceição Tavares, 1975, pp.132, grifo meu)

Algumas considerações devem ser feitas ao processo de “industrialização pesada”

Em primeiro lugar, o grau de diversificação da matriz industrial após a implantação do Plano de Metas e, em particular, o grau de diversificação do setor de bens de produção, deve ser relativizado.

Os investimentos realizados durante o II PND (1974-78) tinham como objetivo básico a superação do desenvolvimento apenas parcial dos setores de insumos básicos e bens de capital, demonstrando-se portanto, os limites do processo de industrialização implementado durante o Plano de Metas (1956-60). (Carneiro, 1993)

Não obstante o fundamento desta ressalva, caberia ainda assim observar que, posteriormente à implantação do II PND (1974-78), tem-se a constituição de uma matriz industrial madura sob o paradigma tecnológico metalmeccânico. Assim:

“No final dos anos setenta e princípio dos oitenta, a estrutura industrial brasileira estava praticamente completa, reduzindo-se as possibilidades de expansão via substituição de importações, dentro do padrão de desenvolvimento fundado nas indústrias metalmeccânicas e químicas e sua respectiva base técnica. Implantada sob um amplo esquema de proteção, promoção e regulação, essa estrutura havia alcançado um elevado grau de integração intersetorial e de diversificação”. (Suzigan, 1992 pp. 121).

É interessante destacar qual o sentido do conceito de maturidade da matriz industrial utilizado, ainda que implicitamente, por Suzigan (1992). O fato de ressaltar que “a estrutura industrial estava praticamente completa” evidencia o caráter comparativo do conceito.

Em outras palavras, Suzigan (1992) está afirmando que, dentro dos limites impostos pela base tecnológica metalmeccânica, a matriz industrial brasileira havia atingido, em fins dos anos 70, um grau de desenvolvimento semelhante, em termos de composição e diversificação setorial às matrizes industriais dos países desenvolvidos.

Além do caráter iminente comparativo do conceito de maturidade industrial, deve-se destacar que este só faz sentido tendo-se em vista que o processo de industrialização do período de expansão das *golden ages* caracterizou-se fundamentalmente por ser um processo de convergência entre os padrões de industrialização das economias centrais<sup>3</sup>.

A não verificação de uma tendência à convergência dos distintos padrões implicaria na inexistência de uma base de comparação, inviabilizando portanto a utilização do conceito, que não faz sentido

---

<sup>3</sup> Para ser mais rigoroso não se deveria falar em “padrões de industrialização”, mas em um único padrão de industrialização, que a grosso modo, pode ser entendido como o padrão estabelecido pelo EUA durante os anos 50 e 60 e para o qual a Europa e o Japão se direcionam, através de processos de *catching up*, caminho igualmente seguido pelas matrizes industriais dos países latino americanos, num momento posterior.

num contexto de divergência entre os distintos “padrões de industrialização”<sup>4</sup>.

Em suma, havia-se chegado, como afirma Suzigan (1992), a maturidade da estrutura industrial brasileira em fins dos anos setenta, muito embora esta maturidade, e este é o aspecto central, deva ser entendida enquanto restrita a dominância de um paradigma tecnológico específico e, historicamente determinado por um processo de convergência entre os padrões de industrialização das economias centrais.

Em última análise, a implicação desta constatação é que, neste período, a matriz industrial brasileira era semelhante em termos de composição e diversificação às matrizes industriais dos países desenvolvidos<sup>5</sup>.

Destaca-se ainda que o caráter “maduro” da matriz industrial brasileira no período encontra-se diretamente vinculado ao papel do capital estrangeiro em sua forma direta, responsável, como dito, pelos principais investimentos nos setores de “maior densidade tecnológica”.(Suzigan, 1992 e Coutinho e Ferraz, 1994).

Esta mudança no papel dos IDEs na economia brasileira pós 1950 é fruto das condições específicas de acumulação do capital interna e externamente que caracterizam o período, e que serão

---

<sup>4</sup> Se os padrões de industrialização são divergentes nas próprias economias centrais, não há mais “um ponto de referência”, impossibilitando portanto que se conclua que determinada matriz está completa ou não.

<sup>5</sup>Apenas a título de esclarecimento, deve-se ter claro que tanto o conceito de “endogeinização” do crescimento econômico utilizado por Cardoso de Mello, assim como o conceito de maturidade industrial utilizado por Suzigan, não estabelecem considerações sobre a competitividade da matriz instalada. Na realidade, Suzigan chega a afirmar que a forma como se deu a instalação da matriz industrial brasileira, em que se destacam seus esquemas de regulação e proteção, determinaram, em fins dos anos setenta “a composição de uma matriz industrial madura”, porém com sérios problemas de competitividade, problemas estes que se tornaram notórios a partir da década de oitenta.

tratadas com maior grau de detalhamento nas Partes IV e V deste trabalho.

#### I.1.4. Anos 80 e Princípio dos anos 90: o Papel do Capital Estrangeiro

O fim dos anos 70 e início dos anos 80 irão marcar profundas alterações no cenário internacional, tratadas com maior detalhamento na Parte V do trabalho.

Neste ponto, interessa-nos apenas destacar as principais alterações que se processam no plano produtivo como consequência do processo de acirramento da competição inter-oligopólica, e que se tornam evidentes em função do crescente papel no cenário produtivo internacional do sistema industrial japonês e alemão. (Chesnais, 1990 e Laplane, 1992)

O fim dos 70, mas sobretudo os anos 80, caracterizam-se pela superação do paradigma tecnológico metalmecânico-químico, dominante durante o período das *golden ages*, pelo paradigma tecnológico microeletrônico. Objetivamente tem-se que os setores mais dinâmicos da economia não são mais o complexo metalmecânico-químico, mas sim um grupo "novo" de setores, assentados na tecnologia de base microeletrônica, que compõem todo um novo complexo industrial<sup>6</sup>, quer seja, o Complexo Eletrônico (C.E), formado pelos setores de: 1. telecomunicações, 2. microeletrônica, 3. automação industrial, 4. equipamentos de processamento de dados e 5. bens eletrônicos de consumo. (BNDES, 1990)

---

<sup>6</sup> Para uma análise dos elementos que permitem caracterizar o C.E enquanto um Complexo Industrial, veja-se Laplane (1992).

Destaca-se ainda, que este “novo” padrão de industrialização caracteriza-se, por ser divergente, no sentido de que as estruturas industriais das economias centrais aprofundam, a partir dos 80, seu grau de heterogeneidade em função do processo de especialização, no interior do C.E que marca o período. (Laplane, 1992).

Diferentemente do período da “industrialização pesada”, em que a economia brasileira converge para os padrões internacionalmente vigentes, no que tange a composição e diversificação da estrutura industrial, verifica-se pós 1980 a paralisação deste processo. Em outras palavras, pós 1980 não ocorre, com raras exceções, a instalação dos setores que compõem o C.E, principal característica vigente no cenário produtivo internacional pós 1980.

Isto é conseqüência das elevadas barreiras “financeiro-tecnológicas” (Perez, 1985 e Coutinho e Ferraz, 1994), que caracterizam os setores do CE, e que, ao menos no curto prazo, inviabilizam sua instalação em função das “fragilidades” do capital privado nacional frente às referidas barreiras e, do “acordo social” vigente após a “vitória do neoliberalismo” que, impede a entrada do Estado nestes setores.

Quanto ao capital estrangeiro, observa-se pós 1980 a manutenção do “padrão de inserção”<sup>7</sup> dos capitais produtivos na economia brasileira estabelecido em 1955, ao menos no que tange à concentração dos investimentos nos chamados setores dinâmicos do paradigma metalmeccânico químico<sup>8</sup>, evidenciando-se o “desinteresse”

---

<sup>7</sup> O “padrão de inserção” dos investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira é, neste trabalho, definido como dependente dos seguintes elementos: 1. volume de investimento, 2. origem de propriedade do capital, e, fundamentalmente, 3. concentração setorial dos investimentos. As mesmas variáveis compõem o “padrão internacional de inserção” dos IDEs (Veja-se o item Metodologia).

<sup>8</sup> A manutenção da importância dos setores dinâmicos do paradigma metalmeccânico pós 1980, é percebida tanto em período de expansão dos

do capital produtivo internacional na instalação dos setores dinâmicos do paradigma microeletrônico<sup>9</sup>.

Assim, enquanto ocorrem mudanças significativas no plano internacional pós 1980, com a emergência de um novo paradigma tecno-econômico centrado no C.E enquanto eixo do desenvolvimento, não se processam na economia brasileira alterações nesta direção.

Um dos elementos explicativos para este fenômeno refere-se à manutenção, em termos setoriais, do padrão de inserção dos capitais produtivos externos em relação ao padrão de inserção estabelecido durante o período da "industrialização pesada".

Acrescente-se ainda que este período marca também alterações no padrão de expansão dos capitais produtivos em nível global, que reduzem a importância da inserção brasileira enquanto receptora de capitais produtivos, e modificam profundamente o "caráter" do IDE, em que se destaca o aumento de sua "volatilidade" e de seu componente "financeiro-especulativo". (Barros, 1993, Santos Filho, 1993)

O que não se pode deixar de evidenciar é que o IDE constituiu-se num elemento central na determinação do papel desempenhado pelas economias nacionais na "divisão internacional do trabalho", dado o elevado grau de internacionalização das estruturas produtivas "nacionais".

Neste sentido, a "estabilidade" no padrão de inserção dos IDEs, no que tange à concentração setorial dos investimentos, e às alterações que se processam no padrão de expansão recente do

---

fluxos de IDE (1981-1984, e 1992-1995)), ou em períodos de retração do volume investido (1986-1992). Destacando-se portanto que as flutuações em termos de volume de IDE não alteram sua concentração setorial.

<sup>9</sup> Esta é uma tendência preocupante, tendo em vista a dependência da economia brasileira em relação aos investimentos estrangeiros na instalação dos referidos setores, em função das elevadas barreiras financeiras e tecnológicas que o caracterizam perante a fragilidade do capital privado nacional e das dificuldades de financiamento do setor público brasileiro

capital, reforçam o caráter marginal da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho estabelecido pós 1980, e que não se dá mais, como no início do século, entre nações industrializadas e nações agro-exportadoras, mas sim, entre países com formas diferenciadas de especialização industrial.



## I.2. ASPECTOS TEÓRICO - METODOLÓGICOS.

### I.2.1. Definição de Investimento Direto Estrangeiro.

A análise se concentrará no estudo dos movimentos do investimento direto externo (IDE), que:

“Designa um investimento que visa a adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir na gestão da empresa em questão” (Chesnais, 1996)

Esta definição, no entanto, é bastante imprecisa, pois não torna explícito o que se entende por “interesse duradouro” e “influir na gestão da empresa”. Para contornar este problema, tem-se como convenção, determinada pelo Fundo Monetário Internacional e pela OECD, entender-se por IDE, aquele, no qual o investidor possui 10% ou mais das ações ordinárias ou de direito de voto da firma, critério atualmente utilizado pelos principais organismos internacionais e Bancos Centrais do mundo.

Por se tratar de uma análise de longo prazo, e que recorre a distintas fontes de dados (Banco Central do Brasil, *Survey of Current Bussines*, UNCTC, ONU, Cepal, entre outras), nem sempre será possível seguir o padrão acima estabelecido. No entanto, na medida do possível, serão citadas as diferenças metodológicas.

De uma forma geral, os IDE são derivados de (Chesnais, 1996):

1. aportes líquidos de capital pelo investidor (sob a forma de compra de ações, conversão de dívidas em ações, aumento do capital ou criação de empresas);

2. empréstimos no circuito matriz-filial; e

3. lucros não-distribuídos (reinvestimentos)

### 1.2.2. Elementos Determinantes do Processo de Internacionalização Produtiva.

A análise retrospectiva do processo de internacionalização produtiva da economia brasileira será realizada levando-se em consideração os principais movimentos da economia doméstica e da conjuntura econômica internacional no período que se estende de 1860 a 1995.

Em função da extensão do período abrangido, os movimentos internos e externos à economia serão tratados de forma sintética, concentrando-se a análise nos fatores que contribuem para o entendimento do processo de internacionalização da estrutura produtiva brasileira. Estes movimentos não se constituem, portanto, num "objetivo em si próprio". Sua análise justifica-se apenas a medida em que contribuam para o entendimento da inserção dos IDEs na economia.

O trabalho segue, portanto, a proposta metodológica de Castro (1979) e Possas (1983), de vincular o movimento dos IDEs para o Brasil aos movimentos da economia doméstica e internacional :

“Partiremos da premissa de que as características assumidas pelo investimento estrangeiro no país são o resultado de uma dupla determinação: de um lado a expansão das economias centrais passava, necessariamente, pela exportação de capitais; de outro lado, o crescimento e diversificação da economia brasileira propiciavam oportunidades atraentes, que seriam aproveitadas por investidores alienígenas. Em outras palavras, realçamos o permanente surgimento de oportunidades de investimento derivadas das transformações em curso na economia brasileira e aproveitadas pelas empresas estrangeiras.

Essa hipótese impôs-nos o tratamento simultâneo das mudanças em curso nas economias nacional e internacional, não como um objeto em si, mas como marco de referência da análise” ( Castro, 1979, pp.11)

“Tanto em relação à origem quanto ao setor de destino do investimento direto estrangeiro no Brasil, é importante levar em conta ao mesmo tempo as condições internas e os determinantes externos, assim como os vínculos entre eles. Essa visão distingue-se de outras, mais comuns, que focalizam o investimento estrangeiro, seja num contexto de modernização do país receptor, seja sob a perspectiva limitada de rentabilidade dos negócios e remessas de lucros. A conexão peculiar entre os determinantes internos e externos seria assim responsável pelas características assumidas pelo investimento direto estrangeiro em cada período considerado”. (Possas, 1983, pp.9).

Não obstante esta opção, a teoria econômica tem realizado, sobretudo pós 1960, grandes avanços no estudo dos determinantes do processo de internacionalização do capital produtivo. Neste sentido, realiza-se, no Anexo I deste trabalho, um breve e reconhecidamente incompleto resumo das principais contribuições da teoria econômica ao tema. O Anexo I justifica-se por dois motivos:

1. deixa claro ao leitor que, a forma de interpretação dos determinantes da inserção dos IDEs é uma, dentre um amplo grupo de contribuições ao tema; e
2. ao longo do trabalho serão realizadas referências a estas contribuições, muito embora estas não constituam o eixo condutor da análise que, como determinado, privilegiará os movimentos da economia doméstica e da conjuntura internacional.

### 1.2.3. Definição do Padrão de Inserção dos IDEs.

Ao longo do trabalho estará se buscando o estabelecimento do “padrão de inserção” dos fluxos de IDE na economia brasileira, definido neste trabalho a partir da observação dos seguintes elementos: 1. o volume de capital investido, 2. a origem de propriedade do capital, 3. a concentração setorial dos investimentos.

Deve-se destacar que outros elementos poderiam ser analisados tais como a importância das exportações das empresas estrangeiras na Balança Comercial, o impacto enquanto capital autônomo dos IDEs na Conta Capital do Balanço de Pagamentos, o impacto enquanto gerador de emprego, questões de “soberania nacional” vinculadas ao exercício de poder destas empresas sobre o Estado, entre outras.

A focalização e simplificação do “padrão de inserção” dos fluxos de IDE justificam-se em função de dois aspectos. Em primeiro lugar, a extensão do período e as restrições características de uma dissertação tornariam impossíveis a realização de uma abordagem mais ampla do “padrão de inserção”. Em segundo lugar, a definição utilizada permite atingir o objetivo central do trabalho, quer seja, estudar a importância dos investimentos estrangeiros na estrutura industrial brasileira.

#### 1.2.4. Organização do Trabalho.

A organização do trabalho será determinada a partir do papel desempenhado pelos fluxos de IDE em distintos períodos da economia brasileira, destacando-se os seguintes subperíodos: “crescimento com diversificação da matriz industrial” (1860-1933); “industrialização restringida” (1933-1955); “industrialização pesada” (1955-1980) e movimentos recentes (1980-1995).

A escolha da periodização do processo de industrialização contida em Cardoso de Mello (1982) e Conceição Tavares (1975) é

justificada por sua importância enquanto marcos da literatura econômica brasileira e por incorporarem a variável IDE enquanto elemento fundamental no processo de “industrialização pesada”.

Não se nega a existência e importância de outras interpretações da industrialização brasileira, mas a sua discussão ultrapassa os objetivos deste trabalho. Assim, a discussão do papel do IDE na industrialização brasileira deverá ser inserida no marco teórico da chamada “escola de Campinas”.

#### 1.2.5. Resultados Empíricos.

Com intuito de fornecer subsídios adicionais à discussão histórica realizada, acrescenta-se ao trabalho um estudo econométrico que objetiva corroborar a importância da variável IDE no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Para tanto, utiliza-se como *proxy* na mensuração do desenvolvimento econômico a variável crescimento do produto interno bruto.

A especificação do modelo, os principais resultados e a base de dados utilizada são encontradas na Parte VI deste trabalho.

## PARTE II

### IDE E O PROCESSO DE CRESCIMENTO COM DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ INDUSTRIAL (1860-1933)

#### II.1. PRIMÓRDIOS DO IDE NA ECONOMIA BRASILEIRA (1860-1914).

##### II.1.1. Padrão de Inserção dos IDEs.

A presença do capital estrangeiro no Brasil em sua forma direta (IDE) não se constitui num fenômeno recente<sup>10</sup>. Pode-se dividir o período que marca o início do processo de crescimento das atividades industriais (1860 a 1914), no que tange a importância dos IDEs, em dois subperíodos. Castro, 1979).

Num primeiro momento, entre 1860 a 1902, observou-se a predominância dos investimentos de origem inglesa concentrados em atividades não-manufatureiras.

No período subsequente, de 1902 a 1913, apesar da "preponderância" em termos quantitativos dos investimentos ingleses, estes já não se constituíam mais como "predominantes", em função do aumento da participação dos investimentos norte-americanos em atividades manufatureiras, as quais irão se constituir, nas décadas posteriores, no eixo central do desenvolvimento econômico brasileiro<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Sua presença é verificada desde 1830

<sup>11</sup> Deve-se chamar atenção para uma questão muito importante no contexto deste trabalho. O fato dos investimentos ingleses serem "preponderantes" nos investimentos diretos na economia brasileira no período 1860-1914 indica apenas uma avaliação de caráter puramente quantitativo. No período 1903-1914, apesar dos IDEs de origem inglesa continuarem a ser preponderantes em termos quantitativos, já não se pode mais afirmar que estes sejam "predominantes". De acordo com Castro, já no período 1903-1914 o "predomínio" pertence ao investimento norte-americano, dada sua concentração nos setores mais dinâmicos, em especial setores industriais, em contraposição a concentração inglesa em setores cujo crescimento demonstrou-se bastante comprometido ao longo das décadas seguintes, caso

A tabela 1 resume as tendências gerais em termos de origem de propriedade dos investimentos para estes dois períodos. Nota-se claramente a redução da importância dos investimentos de origem inglesa. No período 1860-1902 estes capitais foram responsáveis por 77,60% do total de IDE na economia brasileira. Em 1903-1913 sua participação, ainda que preponderante, reduziu-se para 53% do total destes investimentos.

A redução da participação inglesa ocorreu paralelamente ao aumento da participação dos capitais canadenses<sup>12</sup> e norte-americanos. Estes capitais que representavam menos de 4% do IDE total no período de 1860-1902, passaram a contribuir com mais de 30% do total dos investimentos estrangeiros na economia brasileira, no período posterior.

Tabela 1

Investimentos Estrangeiros por País de Origem dos Capitais

(em % sobre o total)

País de Origem	1860-1902	1903-1913
Inglaterra	77,60	53,00
França	5,90	7,00
Estados Unidos	1,50	19,90
Canadá	2,30	11,10
Total Parcial	87,30	91,00

Fonte: Castro, 1979.

Apesar de sua preponderância na propriedade do IDE na economia brasileira, destaca-se a pouca importância dispensada pelo

---

notório do setor ferroviário. Em suma, ao longo de todo o texto o termo "preponderante" refere-se apenas a aspectos quantitativos, enquanto o termo "predominante" refere-se a análise qualitativa dos fenômenos.

<sup>12</sup> Associados em grande medida aos investimentos da Light & Power, no setor de Energia Elétrica e Iluminação.

capital inglês à América Latina enquanto área de investimento, assim como para o Brasil, em função da concentração dos investimentos produtivos britânicos em suas regiões coloniais.

Para se ter idéia da importância das áreas coloniais no total dos investimentos britânicos, basta verificar que no período 1860-1870 esta área recebeu 36% destes investimentos, restando 27% e 25% respectivamente para os EUA e Europa, e apenas 10,5% para a América Latina. Já no período de 1901-1910, o império aumentou sua participação para 47%, assim como a América Latina que passou a receber cerca de 21% destes capitais, em detrimento da Europa, que absorveu somente 5% destes investimentos. (ONU, 1965).

Em termos de distribuição dos investimentos ingleses na América Latina, como se observa a partir dos dados da tabela 2, tem-se a significativa concentração destes fluxos em algumas economias, destacadamente: Brasil, México, Peru e Argentina, que conjuntamente concentravam mais de 70% dos investimentos britânicos em finais de 1880<sup>13</sup>(ver tabela 2).

---

<sup>13</sup> Os dados devem ser observados com cautela, já que incluem, além do capital das empresas estrangeiras estabelecidas, o valor dos empréstimos governamentais. Isto no entanto não desqualifica sua importância enquanto uma aproximação.



Tabela 2

## Investimento Britânico em Países da AL (em 1880)

(Em milhões de libras)

Países	Investimento Nominal Total	(%)
Argentina	20,3	11,36%
Bolívia	1,6	0,90%
Brasil	38,8	21,71%
Chile	8,4	4,70%
Colômbia	3	1,68%
Costa Rica	3,3	1,85%
Cuba	1,2	0,67%
República Dominicana	0,7	0,39%
Equador	1,9	1,06%
Guatemala	0,5	0,28%
Honduras	3,2	1,79%
México	32,7	18,30%
Nicarágua	0,2	0,11%
Paraguai	1,5	0,84%
Peru	36,1	20,20%
Uruguai	7,6	4,25%
Venezuela	7,5	4,20%
Geral	10,2	5,71%
Total	178,7	100,00%

Fonte: Castro, 1979.

Em suma, apesar de sua preponderância no total dos fluxos de IDE para a economia brasileira no período de 1860-1914, dois elementos se destacam. Em primeiro lugar, a América Latina, assim como a economia brasileira, não se constituíram em áreas de grande interesse para o capital inglês<sup>14</sup>, interesse este que notadamente encontrava-se concentrado em seu domínio imperial.

Por outro lado, apesar de preponderantes, os capitais ingleses reduziram sua importância no subperíodo 1903-1913 vis a vis o período anterior 1860-1902, destacando-se o paralelo aumento da importância dos capitais de origem canadense e norte-americana.

<sup>14</sup> Sobretudo até 1900. Como visto, a partir deste ano a AL aumenta seu peso no total do IDE, muito embora prevaleça a importância das regiões coloniais.

Mais importante do que o mero aumento quantitativo dos investimentos norte-americanos foi sua concentração em setores que se constituirão nas décadas subsequentes<sup>15</sup> no eixo dinâmico do desenvolvimento brasileiro.

Por analogia, a queda quantitativa dos IDEs ingleses de 77,6% em 1860-1902 para 55,0% em 1902-1914, deve ser entendida como a redução da participação do capital inglês concentrado em áreas de investimento cujo desenvolvimento posterior seria significativamente restrito, como por exemplo o caso do setor ferroviário.

No que tange a análise setorial, os dados da tabela 3 indicam uma aparente estabilidade do setor de "serviços básicos"<sup>16</sup> enquanto área de concentração dos fluxos de IDE na economia brasileira para o período analisado.

Tabela 3

Distribuição Setorial do Investimento Estrangeiro

(em % sobre o investimento total)

Setores	1860-1902	1903-1913
Serviços Básicos	59,00	61,70
Seguros	17,40	0,90
Bancos	7,80	9,70
Coml. Import/Export	6,00	8,80
Ind. Transformação	4,00	7,20
Total Parcial	94,20	88,30

Fonte: Castro, 1979

Um primeiro ponto que deve ser destacado, refere-se à pouca importância dos investimentos estrangeiros nos setores da indústria de

<sup>15</sup> Obviamente está se referindo ao período pós 1930, quando o ritmo de crescimento da economia passa a ser determinado no setor industrial.

<sup>16</sup> Este setor é composto pelos seguintes subsectores, de acordo com a classificação utilizada por Castro (1978): ferrovias, companhias de gás, iluminação e transportes, telefones e telégrafos, portos, companhias de navegação, obras públicas e serviços particulares.

transformação que, apesar de seu aumento relativo no total dos IDEs no período 1903-1913, vis a vis o período anterior 1860-1902, ainda tem sua participação significativamente reduzida em comparação as atividades eminentemente não industriais.

Não obstante, merece destaque a alteração no interior do setor de "serviços básicos " que se processou no período de 1903 -1913. Os subsetores de ferrovias e companhias de navegação que representavam respectivamente 34% e 10% do IDE total no período 1860 - 1902, passaram a ser responsáveis por apenas 16,1% e 0,66% no período 1903 -1913.

A manutenção da importância do setor de "serviços básicos", tendo em vista a redução dos subsetores de ferrovias e companhias de navegação foi garantida em função dos itens iluminação e transporte urbano e portos, responsáveis em 1903-1913 por 22,1% e 15% dos investimentos respectivamente, em contraposição às participações relativas de 4 % e 2% no período de 1860-1902. (Castro, 1979)

Finalmente, o volume de investimentos no período 1903-1913 foi significativamente superior em relação ao período anterior. Segundo estimativas de Castro (1978), no período que abrangeu os quarenta e dois anos de 1860 a 1902 o capital das firmas estrangeiras não ultrapassou cerca de 105 milhões de libras. Esta cifra nos dez anos seguintes, de 1903-1913, alcançou cerca de 190 milhões de libras, demonstrando portanto a intensificação dos fluxos de IDE na economia brasileira.

## II.1.2. Condições Internas e Externas

Estes primeiros dados sobre a origem da propriedade do capital e suas áreas de concentração refletiam claramente o padrão de acumulação da economia brasileira e da economia internacional. (Possas, 1983 e Castro 1978)

No plano externo, destacam-se as especificidades da estrutura do Balanço de Pagamentos da Inglaterra, então nação hegemônica, que determinavam, antes que os mecanismos de ajuste automático propostos pelo padrão-ouro, a manutenção da liquidez internacional, viabilizando os fluxos de bens e mercadorias/capitais (Block, 1987, Triffin, 1979).

A Inglaterra caracterizou-se neste período, e com maior ênfase no período que abrange de 1875 a 1914, como grande exportadora de capital (produtivo/empréstimo), fruto de seus superávits em transações correntes (derivados sobretudo de seus superávits em sua balança de serviços, onde a conta juros desempenhava papel fundamental), apesar da crescente elevação dos déficits na balança comercial

Estes elementos tornavam evidente a perda de competitividade do setor produtivo inglês e o aumento do caráter financeiro da hegemonia britânica já durante os últimos decênios do século XIX. (Block, 1987).

Para se ter uma idéia desta perda de importância do setor industrial inglês no contexto internacional, lembra-se que em 1870 cerca de 31,8% da produção mundial encontravam-se sob domínio inglês, enquanto em 1914 esta não passava de 14%. Concomitantemente verificou-se o aumento da importância da produção industrial norte-americana e alemã, que no mesmo período saltaram de

20% para 35,8% no caso americano e 13,2% para 16% no caso alemão, no total da produção industrial mundial (Singer, 1985)

O contexto internacional do período 1860-1914 pode ser assim, a grosso modo, resumido como uma fase de acirramento da competição internacional, em função da emergência dos sistemas industriais norte-americano e alemão, paralelamente à perda de importância britânica na economia internacional (Singer, 1985).

Por fatores que não cabem ser analisados neste trabalho, o sistema industrial inglês foi incapaz de acompanhar a revolução científica e tecnológica que se processou sobretudo na economia norte-americana a partir de 1870, das quais a energia elétrica, os desenvolvimentos da indústria química e da metalurgia, constituiriam-se nos exemplos paradigmáticos.

No que tange às condições internas de acumulação, destaca-se o movimento de expansão da cultura cafeeira enquanto eixo dinâmico da economia, e cujo mercado consumidor, sobretudo o mercado externo, encontrava-se em franca expansão, dinamismo fundamental na determinação do posterior processo de diversificação da estrutura industrial (Cardoso de Mello, 1982).

A centralização dos investimentos estrangeiros, sobretudo ingleses, no setor de "serviços básicos", encontrava-se, portanto, diretamente vinculada às possibilidades de investimento abertas pela expansão exportadora da cultura cafeeira.

Explica-se assim, o crescimento da importância dos investimentos no setor ferroviário, fundamental no transporte do café das regiões produtoras para os portos, além do significativo crescimento dos investimentos nas atividades de importação/exportação.

O mesmo argumento serve para a expansão dos investimentos nas atividades portuárias, tendo-se em vista o caráter exportador da cultura cafeeira. A elevação da importância do setor de “iluminação e transporte urbano” ocorreu como consequência do processo de urbanização, também vinculada à dinâmica ditada pela economia agroexportadora do café.

Confirma-se, portanto, o papel central exercido pelos movimentos da economia doméstica e internacional na configuração do padrão de inserção dos IDEs no país no período analisado. Resta saber qual o papel destes investimentos no primeiro surto de crescimento da indústria brasileira.

### II.1.3. IDE e o Primeiro Surto de Crescimento Industrial (1890-1898)

Não obstante o predomínio da cultura cafeeira de exportação enquanto eixo dinâmico da economia, o período entre 1860-1902 compreendeu o primeiro surto de crescimento industrial da economia brasileira, mais precisamente no período 1890-98. (Villela e Suzigan, 1975).

A realização deste primeiro surto de crescimento industrial encontrava-se vinculada aos efeitos indiretos<sup>17</sup> da política governamental, em especial ao aumento das alíquotas aduaneiras (1890-1891) e o contínuo processo de desvalorização cambial. Estas políticas tiveram como efeito engendrar um processo de crescimento da indústria interna através da “substituição de importações”<sup>18</sup> de bens-salário, particularmente tecidos, alimentos e bebidas (Villela e Suzigan, 1975)

---

<sup>17</sup> Isto porque não pode se considerar que os objetivos da política governamental eram o de promover o crescimento da atividade industrial. A política de desvalorização cambial, por exemplo, era determinada tendo-se em vista o objetivo de manutenção da renda do setor agro-exportador. Porém ainda que implicitamente, estas políticas tiveram efeitos positivos sobre o crescimento industrial, em função de seus efeitos sobre as importações.

<sup>18</sup> O leitor deve estar atento para o fato de que não me refiro ao “processo de substituição de importações” definido em Conceição Tavares (1975), que como é amplamente reconhecido somente faz sentido durante o período 1933-1955. Para que se verificasse um processo de substituição de importações no sentido de Conceição Tavares, neste período, seria necessário que o coeficiente global de importações se reduzisse no fim do período. O que ocorre é apenas uma queda das importações de um determinado tipo de bem, os bens de consumo não duráveis. Não obstante o coeficiente global de importações não se reduz no fim do período, em função da elevação das importações por bens de produção. Em suma refiro-me a substituição de importações em seu sentido comum e não ao “processo de substituição de importações” definido por Conceição Tavares (1975)

Tabela 4

## Indicadores de Crescimento da Produção Industrial

Importação de Produtos Industrializados			
Produtos Industriais	quantidade	1891-1895	1896-1899
Carvão de pedra	(ton)	454.078	564.676
Querosene	(caixas)	427433	456186
Cimento	(barricas)	146341	155604
Tecidos de Cânhamo	(fardos)	2017	607
Farinha de Trigo	(barricas)	472016	321617
Massas	(caixas)	40833	2793
Cerveja	(caixas)	57036	3302

Fonte: Vilella e Suzigan, 1975.

O capital estrangeiro em sua forma direta exerceu papel secundário na determinação deste surto, ao menos no que tange à realização de investimentos nos setores diretamente responsáveis por este processo, em especial à indústria têxtil e de alimentos.

Esta qualificação é necessária, tendo-se em vista o importante papel dos IDEs em setores de infra-estrutura econômica (portos, ferrovias, energia elétrica, etc). Pode-se afirmar, portanto, que o capital estrangeiro exerceu, apenas indiretamente, um importante papel na determinação do primeiro surto de industrialização, sendo sua importância na instalação dos setores industriais praticamente desprezível.

Esta concentração dos capitais de origem inglesa nos setores destacados, encontrava-se em conformidade com os padrões de acumulação internos e externos à economia brasileira. Apesar do processo de crescimento industrial, que se verificou até 1898, não se pode deixar de notar que o eixo dinâmico da economia brasileira continuava a ser a atividade agro-exportadora do café, sendo



justamente nesta atividade que os capitais ingleses concentravam seus investimentos.

Cabe explicar ainda, qual a razão para a pouca importância dos investimentos estrangeiros, em especial ingleses, na atividade produtora do café. Em primeiro lugar, deve-se ter claro que este era o setor dinâmico da economia brasileira, onde “abriam-se oportunidades para o investimento estrangeiro”. (Castro, 1979).

Porém, salvo raras exceções, a produção cafeeira não recebeu um aporte significativo de recursos externos, e isto se deveu à possibilidade de absorção dos lucros deste setor, por parte do capital estrangeiro, em atividades intermediárias. Destacam-se ainda, as fortes oscilações do mercado cafeeiro, enquanto elemento inibidor dos IDEs na atividade produtiva.

“É óbvio que com o desenvolvimento da economia colonial no Brasil, ao longo do século XIX, interessava ao capital inglês dominar o seu Setor Mercado Externo, o único que participava diretamente da dinâmica do capitalismo mundial. Este domínio, porém, se fazia de forma externa...a regra era que ao capital inglês não interessava a penetração na área de produção para o mercado externo...dadas as violentas oscilações de preços no mercado, habilmente aproveitadas pelo capital comercial e financeiro inglês, que se apropriava sob a forma de ganhos especulativos de grande parte do excedente produzido na fazenda, não devia ser tentador investir em fazendas recursos que prometiam proporcionar lucros bem maiores investidos na intermediação” (Singer, 1985, pp.367).

Em resumo, o IDE desempenhou um papel secundário enquanto determinante do primeiro surto de crescimento da indústria brasileira (1890-1898). O volume restrito de recursos e sua concentração em atividades não industriais são os elementos que, preliminarmente, dão respaldo a esta afirmação.

#### II.1.4. IDE e o Segundo Surto de Crescimento Industrial (1902-1914)

O subperíodo compreendido entre 1902-1914, já permite vislumbrar, enquanto tendência, significativas alterações no padrão de inserção do capital produtivo internacional na economia brasileira. (Castro, 1979).

Mais importante ainda, é que as principais tendências que irão caracterizar a inserção dos IDEs no Brasil nas décadas subsequentes já são visíveis durante 1902-1914, no que se refere à queda da importância do capital inglês em setores não manufatureiros e sua superação pelos investimentos industriais de origem norte-americana.

Os dados a respeito do volume de capital recebido neste período pela economia brasileira de origem norte-americana variam significativamente de acordo com a fonte escolhida, em função da reconhecida escassez de dados históricos sobre IDE no Brasil, além de diferenças metodológicas implícitas em cada fonte.

Utilizando-se, por exemplo, as estimativas contidas em Castro (1978), chega-se a um montante de IDE norte-americano para o período de 1902-1914, de US\$ 38 milhões. Resultado bastante inferior é obtido a partir de dados da ONU (1965), para a qual o IDE norte-americano no Brasil alcançava em 1924 apenas US\$ 5 milhões.

É bastante plausível, no entanto, que as estimativas da ONU (1965) estejam subestimando os valores dos IDEs dos EUA no Brasil<sup>19</sup>. Não obstante, o aspecto que cabe destacar, independentemente da fonte de dados utilizada, refere-se ao papel marginal do Brasil enquanto receptor dos IDEs norte-americanos, comparativamente a outros países latino-americanos.

---

<sup>19</sup> Para uma discussão sobre este aspecto veja-se Singer (1985), pp.373

De um total de US \$ 1.275, 8 milhões investidos pelos EUA na América Latina, aproximadamente US\$ 1.000 milhões, concentravam-se em apenas três países: Cuba com US\$ 252,6 milhões, aplicados sobretudo na agroindústria açucareira, México com US\$ 587,1 milhões e Chile com US\$ 170,8 milhões, aplicados sobretudo no setor de mineração destes países. (ONU, 1965).

Como último ponto, vejamos o papel desempenhado pelo capital produtivo internacional no surto de crescimento industrial que se verificou a partir de 1902 e se estendeu até 1914.

Ao que tudo indica, o papel do IDE neste surto foi novamente secundário. Isto se explica por alguns elementos que já foram ressaltados. Em primeiro lugar, destaca-se o caráter marginal do país na absorção deste capitais, e, ainda mais importante, a concentração desses escassos recursos em atividades não industriais.

É bem verdade que, enquanto tendência, já era perceptível durante o período 1902-1914 um aumento dos IDEs em atividades manufatureiras. Porém, quantitativamente o volume de recursos era desprezível frente ao processo de crescimento com diversificação do setor industrial que ocorreu neste período.

As razões para este surto de crescimento com diversificação da matriz industrial encontravam-se diretamente vinculadas aos efeitos, ainda que novamente indiretos da política econômica do governo, em especial da política de valorização do café determinada em 1906. O contínuo processo de desvalorização do câmbio, que ocorreu desde 1902, e o controle da oferta do produto pós 1906, provocaram dois importantes efeitos sobre a indústria. (Vilella e Suzigan, 1975)

Em primeiro lugar, ao garantir o preço do produto do café, a política econômica determinava a manutenção da renda do setor agro-

exportador, permitindo portanto um processo de acumulação interna de capital fundamental na realização dos investimentos industriais.

De outro lado, ao encarecer o preço dos produtos importados, a política de desvalorização cambial incentivava a substituição de importação através da produção doméstica de bens de consumo não duráveis.

É preciso ter claro porém, que esta redução ocorreu nos campos onde a atuação do capital nacional foi possível, tendo em vista sua fragilidade tecno-financeira. Setores caracterizados por elevadas barreiras financeiro-tecnológicas, como por exemplo o setor de bens de produção, não participaram deste processo, verificando-se na realidade um elevação do coeficiente importado destes bens.

Tabela 5

Importação segundo tipos de Bens para o Brasil (1901-1913)

(em %)				
Tipos de bens	1901-1902	1903-1906	1907-1909	1910-1913
Bens de Consumo	40,1	36,6	31,3	30,7
Duráveis	3,7	5,5	7,0	8,4
Não duráveis	36,4	31,1	24,3	22,3
Combustíveis	9,3	7,7	8,3	8,7
Matérias-primas	42,0	48,5	48,4	46,3
Bens de capital	5,6	7,1	12,0	14,3

Fonte: Vilella e Suzigan, 1975.

Em suma, o papel desempenhado pelo IDE na determinação do surto de crescimento industrial de 1902-1914 foi secundário comparativamente aos efeitos, ainda que indiretos, da política econômica governamental de manutenção da renda do setor cafeeiro que estimulava a substituição de importações por produção local nos

setores de bens de consumo não duráveis, em especial alimentos, bebidas e tecidos.

#### **II.1.5. Conclusões do Período 1860-1914**

Portanto, a análise do padrão de inserção dos capitais produtivos na economia brasileira no período 1860-1914, permite afirmar que os movimentos destes capitais reforçaram o caráter primário-exportador da inserção da economia no cenário internacional.

Os grandes avanços técnicos do período e a conformação de setores industriais, como a indústria química básica, a indústria mecânica e de material elétrico, passaram completamente a margem da economia brasileira, ainda predominantemente direcionada para as atividades agro-exportadoras, caráter este que o capital estrangeiro veio apenas a reforçar.

A preponderância dos investimentos ingleses, ainda que tendencialmente declinante, e a centralização em setores não manufatureiros dos fluxos de IDE, devem ser entendidos como fruto das possibilidades internamente abertas para o investimento estrangeiro, as quais encontravam-se diretamente atreladas a dinâmica da economia agro-exportadora e do movimento de acirramento da competição internacional, em que se destaca a perda de hegemonia inglesa no cenário internacional, sobretudo no plano produtivo.

Vejamos, a partir de agora, qual o papel desempenhado pelo IDE, sobretudo norte-americano, no processo de diversificação da matriz industrial que acentuou-se a partir de 1914.

## II.2. INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE CRESCIMENTO COM DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL E O PAPEL Dos IDEs. (1914-1933)

### II.2.1. Condições Internas e Externas.

O elemento de maior destaque na conjuntura internacional refere-se à perda da hegemonia inglesa no contexto internacional, que tem, no colapso do padrão libra-ouro e no fim da manutenção da estabilidade cambial internacional, sua demonstração mais patente.

Não obstante, a Inglaterra permaneceu até 1929 como a principal exportadora de capitais em nível internacional, concentrados no Império e na América Latina. Isto deveu - se à necessidade de expansão, quer seja via exportação de mercadoria ou capitais, que caracterizou o processo de desenvolvimento inglês, e que de uma forma genérica, caracterizou economias com mercados reduzidos.

Por outro lado, apesar de constituir-se neste momento como a principal estrutura industrial mundial, não se verificou uma expansão significativa dos investimentos norte-americanos para o exterior. Por analogia isto foi fruto das dimensões continentais do mercado interno norte-americano, que possibilitaram um crescimento "autocentrado" do país. Por outro lado, era clara a concentração dos interesses norte-americanos em alguns países da América Latina, em especial Cuba, México e Chile, caráter que perdurou até os anos 50

São estes elementos, a extroversão inglesa vis a vis a introversão norte-americana<sup>20</sup> e a pouca importância do Brasil enquanto área de investimento dos EUA, que permitem entender a continuidade

---

<sup>20</sup> O caráter introvertido do crescimento norte-americano, que perdura até o fim da II Guerra Mundial, é também verificado no campo político (Block, 1987)

da preponderância<sup>21</sup> dos investimentos ingleses no total dos IDEs na América Latina e no Brasil.

Novamente, o elemento que cabe destacar é que os IDEs norte-americanos, embora não “preponderantes” são “predominantes”, em função de sua concentração em atividades industriais, em relação a centralização inglesa em setores pouco dinâmicos, como por exemplo as ferrovias.

Internamente, o período pós 1914 caracterizou-se pelo crescimento com diversificação das atividades industriais, centralizadas na indústria têxtil e de alimentos, e pelo processo de urbanização dos grandes centros. O ritmo de acumulação permaneceu porém diretamente vinculado ao comportamento da economia cafeeira, não obstante as significativas flutuações da demanda externa, contrabalançadas internamente através das políticas de desvalorizações cambiais ou através da intervenção direta do Estado sobre a oferta do produto.

No que tange à taxa de crescimento da atividade industrial, o período de 1914 a 1929 pode, no entanto, ser dividido em dois subperíodos. De 1911 a 1920, observou-se um ritmo de crescimento mais intenso, atingindo a média anual de 4,3% a.a, superior à verificada para o período posterior, de 1920-1928, em que esta taxa alcançou a média de 3,6% a.a. Esta redução do crescimento foi, em grande medida, função da política econômica contracionista exercida pelo governo brasileiro nos anos 20 (Villela e Suzigan, 1975).

Mais importante ainda, é destacar a continuidade do processo de diversificação da matriz, através dos dados da tabela 6.

---

<sup>21</sup> O volume de investimentos ingleses no Brasil ainda é três vezes maior do que o total de investimento norte-americano

Tabela 6

## Importações segundo Tipos de Bens para o Brasil (1901-1929)

(em porcentagem)

Tipos de Bens	1901-1910	1911-1920	1920-1929
Bens de consumo	35,2	27,0	20,8
Duráveis	5,8	7,0	10,2
Não duráveis	29,4	19,8	10,6
Combustíveis e lubrificantes	8,2	12,5	11,5
Matérias-primas	47,1	50,4	53,7
Bens de capital	8,8	10,1	14,0

Fonte: Villela e Suzigan, 1975

No entanto, a diversificação da estrutura industrial alcançada era incapaz de endogenizar o ritmo de crescimento do próprio setor industrial, em função da não implantação do setor produtor de bens de produção, o que determinava o atrelamento entre a capacidade de expansão do setor industrial e a capacidade de importação de bens de produção na economia, determinada em última instância pelo setor cafeeiro. (Cardoso de Mello, 1982 e Conceição Tavares, 1975).

Em outras palavras, qualquer crescimento do setor industrial que determinasse uma ampliação da demanda por bens de produção (bens de capital e bens intermediários) encontrava-se vinculada, em função do desenvolvimento apenas parcial da produção doméstica destes bens, à capacidade de importar da economia, que dependia do comportamento exógeno dos mercados externos demandantes do café brasileiro.

É a partir destes elementos internos e externos que passa ser analisado o padrão de inserção dos IDEs no período.



## II.2.2. Padrão de Inserção dos IDEs

A partir de 1914, notou-se um significativo aumento dos IDEs de origem norte-americana no Brasil, que atingiram em 1929 cerca de US\$ 108 milhões. Este aumento dos IDEs norte-americanos não alterou, no entanto, o papel secundário do Brasil enquanto receptor destes investimentos, tendo-se em vista que neste mesmo ano, os IDEs dos EUA atingiram, US\$ 887,0 milhões em Cuba, US\$ 709,0 milhões no México e US\$ 448,4 milhões no Chile. (ONU, 1965).

Tabela 7

### Investimentos Americanos Diretos dos EUA por Países da AL (1914-1929)

(em milhões de dólares)

Região/País	1914	1919	1924	1929
<b>Países do Caribe</b>	<b>274,00</b>	<b>556,90</b>	<b>953,30</b>	<b>996,00</b>
Cuba	252,00	518,10	877,20	887,00
Haiti	10,40	17,30	17,90	13,80
República Dominicana	11,00	21,50	58,20	65,20
<b>México e América Central</b>	<b>676,70</b>	<b>756,10</b>	<b>878,90</b>	<b>960,10</b>
México	587,10	643,60	735,40	709,20
Costa Rica	21,60	17,80	13,00	20,50
El Salvador	6,60	12,80	12,20	24,80
Guatemala	35,80	40,00	47,00	58,80
Honduras	9,50	18,40	40,20	80,30
Nicarágua	3,40	7,30	6,80	17,30
Panamá	12,70	16,20	24,30	49,20
<b>América do Sul</b>	<b>325,10</b>	<b>664,60</b>	<b>947,10</b>	<b>1719,70</b>
Argentina	1,20	2,50	4,50	150,80
Bolívia	2,00	22,00	29,50	44,20
Brasil	3,00	4,00	4,50	108,40
Colômbia	24,00	45,00	84,00	182,70
Chile	170,80	307,00	331,50	448,40
Equador	7,60	7,60	7,60	11,10
Paraguai	5,00	6,00	7,50	7,50
Peru	58,00	110,50	140,50	161,50
Uruguai	nd	nd	nd	3,10
Venezuela	6,50	20,50	103,50	245,30
<b>Sem distribuição por país</b>	<b>47,00</b>	<b>139,50</b>	<b>234,00</b>	<b>356,70</b>
<b>Total</b>	<b>1275,80</b>	<b>1977,60</b>	<b>2779,30</b>	<b>3645,80</b>

Fonte: ONU, 1965.

No que tange à concentração setorial dos IDEs, os dados do Banco Central são claros em confirmar o predomínio das atividades não industriais, em especial o setor de energia elétrica, enquanto área de concentração destes investimentos.

Em 1920, cerca de 78,2% do total de investimentos concentravam-se especificamente no setor de “Energia Elétrica”, e mesmo em 1930 este setor concentrou cerca de 59,0% dos fluxos de IDE na economia. Somente a partir dos anos 50 os IDEs em setores industriais passaram à representar quantitativamente valores expressivos na composição da matriz industrial. Em relação a propriedade do IDE, destaca-se a manutenção do predomínio inglês em relação aos capitais de origem norte-americana.

Tabela 8

Estoque de I.D.E da Inglaterra e EUA e países Latino Americanos, em  
1929

(em milhões de libras)

País	Inglaterra	Estados Unidos
Argentina	355	68
Brasil	121	40
Chile	48	87
Colômbia	5	26
Cuba	38	189
México	160	141
Peru	23	26
Venezuela	25	48

Fonte: Jones, 1992.

Não obstante:

“...isso não quer dizer que o imperialismo americano não se tenha feito sentir antes no Brasil. Embora dispondo de limitados fundos próprios, o capital americano soube conquistar ampla

influência no Brasil muito antes (de 1950), usando-a inclusive como meio de assegurar a representação de capitais europeus aqui” (Singer, 1985, pp.373).

Em suma, o período de 1914-1933 caracterizou-se, no que tange ao padrão de inserção dos IDEs, pela manutenção da preponderância inglesa em atividades não industriais. No que se refere ao volume de capitais investidos observou-se a manutenção do caráter marginal da economia brasileira.

Mas qual o papel do IDE neste processo de crescimento com diversificação da matriz industrial ?

### II.2.3. IDE e o Processo de Crescimento com Diversificação da Estrutura Industrial pós 1914.

O papel desempenhado pelo IDE neste processo foi novamente secundário em comparação ao esforço internamente empreendido no sentido de substituir importação por produção local. Esta afirmação encontra respaldo em dois elementos. Em primeiro lugar, observou-se a manutenção do caráter marginal do Brasil na recepção dos IDEs, assim como a manutenção da concentração destes investimentos em atividades não-industriais<sup>22</sup>.

Reafirma-se, neste sentido, que os elementos determinantes do crescimento com diversificação industrial do período encontravam-se novamente relacionados aos estímulos indiretos dados pela política governamental à substituição de importações, sobretudo no que tange à manutenção da renda do setor agro-exportador e ao encarecimento das importações. (Villela e Suzigan, 1975)

---

<sup>22</sup> De acordo com dados da FIRCE, o setor de energia elétrica é responsável em 1930 por 59,% do total dos IDEs

Esta inserção quantitativamente pouco representativa dos IDEs em atividades industriais deve ser associada ao caráter restrito deste processo. Em outras palavras, o eixo da atividade econômica continuou sendo a atividade agro-exportadora, e foi justamente nas possibilidades “abertas” por esta atividade que se concentraram os interesses do capital produtivo internacional.

O aumento da importância dos IDEs em atividades industriais, embora ainda quantitativamente insuficientes para determinar que estes investimentos exerceram um papel fundamental no crescimento industrial, coadunavam com o movimento interno de aumento de importância das atividades industriais, muito embora o eixo do crescimento continuasse subordinado aos movimentos do setor agro-exportador.

Estas qualificações reafirmam portanto a vinculação entre os fluxos de capitais produtivos, as possibilidades de investimentos “abertas” na economia brasileira e os movimentos da economia internacional.

Cabe destacar ainda que a elevação dos IDEs em setores industriais pós 1914 no Brasil, encontrava-se diretamente atrelada ao comportamento dos investimentos de origem norte-americana. Em 1929, do total de investimentos americanos no Brasil, 50% destinavam-se ao ramo de serviços públicos, 23,7% a atividades industriais, 11,8% ao petróleo, 8% a atividades comerciais e 6% a outras atividades, (ONU, 1965)

Há que se destacar, porém, que este significativo peso dos investimentos em atividades industriais no total dos IDEs norte-americanos no Brasil, contrastava com o padrão de inserção destes investimentos na América Latina, que se caracterizava pela concentração em atividades de mineração e agrícola. Do total de

investimentos norte-americanos em 1929 na região, 23,6% destinavam-se ao setor agrícola, 21,1% a mineração, 17,8% a exploração de petróleo, 25,6% ao setor ferroviário, contra apenas 6,7% em atividades manufatureiras. (ONU, 1965)

A razão para esta peculiaridade do padrão de inserção dos IDEs norte-americanos no Brasil, deve-se, de acordo com Singer (1985), a dois fatores. Em primeiro lugar, certas áreas de investimento já se encontravam dominadas pelo imperialismo britânico. Além disso, explica-se que grande parte dos IDEs norte-americanos tenham-se concentrado em áreas como agricultura e mineração, em função da inexistência de possessões coloniais por parte dos EUA.

Assim, os norte-americanos reproduziriam no exterior através de IDE, o mesmo padrão de inserção que ingleses, franceses e alemães desenvolviam em suas colônias<sup>23</sup>.

Em suma, a manutenção do volume restrito de IDE e sua concentração setorial são os elementos que permitem (re) afirmar o caráter secundário destes investimentos na constituição da matriz

---

<sup>23</sup> Como observa Singer (1985): " Durante o período sob estudo (1889-1930), o caráter do imperialismo americano na América Latina diferiu muito do britânico por duas razões básicas: uma, que certos campos como o da construção ferroviária e o do financiamento público já estavam dominados pelo capital inglês (pelo menos até 1914) e não podiam ser penetrados facilmente pelos imperialismos advindos posteriormente; a outra, que a estratégia do capital americano na América Latina era menos a de explorar de "fora" as linhas de produção, destinadas ao mercado internacional, já preexistentes do que a de desenvolver novas linhas, que ele pudesse dominar desde o início...A estratégia do capital americano, na América Latina, assemelhava-se à do capital britânico, francês e de outras procedências, em suas possessões coloniais africanas e asiáticas: a de desenvolver plantações e atividades de mineração, tendo em vista o mercado mundial...não interessava ao capital britânico (assim como o de outras potências metropolitanas) desenvolver a produção de bens primários em outras áreas, que não as do seu império...Acontece porém, que esta alternativa não estava aberta ao capital americano, que não dispunha de possessões coloniais, pelo menos até a Guerra Hispano-Americana, e mesmo as que adquiriu então eram muito reduzidas em confronto com suas necessidades de expansão. Daí sua estratégia de investir nos setores de mercado externo de economias coloniais politicamente independentes" (Singer, 1985, pp.372 e 373).

industrial brasileira, muito embora, deva-se destacar o aumento dos IDEs em atividades industriais, sobretudo dos investimentos de origem norte-americana.

#### II.2.4. Investimento Estrangeiro e a Crise de 1929

O período analisado 1914-1933 engloba uma importante data na análise econômica, o ano de 1929, que certamente não pode passar despercebido neste trabalho. Qual o efeito da crise sobre o padrão de inserção dos IDEs na economia brasileira ?

Pode-se afirmar que a crise de 1929 não alterou, ao menos no curto prazo, o padrão de inserção de IDE na economia brasileira, a não ser no que se refere a queda em seu volume, fenômeno diretamente associado ao impacto da crise sobre as economias centrais, em especial a economia norte-americana.

Destaca-se ainda que não interessa, no escopo deste trabalho, analisar quais elementos explicam o desencadeamento da crise de 1929<sup>24</sup>, mas apenas seu impacto sobre os fluxos de IDE para a economia brasileira.

Seja qual for a explicação para a crise, o elemento que merece ser destacado, refere-se ao acirramento dos movimentos protecionistas de consolidação dos "capitalismos nacionais", num contexto de recessão da economia mundial, o que provocou uma profunda retração

---

<sup>24</sup> A discussão sobre as razões que levaram à crise de 1929 transcendem os objetivos deste trabalho. Basta lembrar, rapidamente, algumas das interpretações mais difundidas da crise. Para visão ortodoxa a crise deve ser entendida como o resultado do fim da estabilidade dos mercados cambiais proporcionada pelas regras do padrão-ouro e que, desde 1914 foram gradualmente abandonadas. Outra interpretação de cunho ortodoxo, atribuída a Milton Friedman, vincula a crise de 1929 a conduta ineficaz da política monetária norte-americana, que foi incapaz de determinar um crescimento da oferta monetária condizente com a expansão da produção. Explicações de cunho não-ortodoxo procuram vincular a crise a questões de instabilidade e incerteza dos mercados financeiro e seu descolamento do setor produtivo, que promovem o surgimento de "bolhas" especulativas, ou procuram entendê-la como uma crise de realização dinâmica, advinda da superprodução de um bem específico, quer sejam os bens de produção, explicações que tem respectivamente sua base teórica vinculada aos trabalhos de Keynes e Marx. (Coutinho e Belluzo, 1982)

do comércio internacional, e uma queda dos fluxos de IDE, sobretudo norte-americanos, dado o impacto da crise sobre os USA. (Possas, 1983 e Block, 1987)

O reflexo da crise, no que tange especificamente ao “padrão de inserção” dos IDEs no Brasil, deu-se no sentido de uma importante queda no volume destes investimentos. Dados do Banco Central apontam uma queda no volume de investimento da ordem de US\$ 6,0 milhões em 1929, para US\$ 4,0 milhões em 1930, US\$ 3,0 milhões em 1931 e US\$ 1,9 milhões em 1932.

A crise de 1929 agiu portanto no sentido de conservar as principais características, em termos de origem de propriedade do capital e concentração setorial determinadas no período anterior, tendo-se em vista a redução do volume de IDE que se processou neste ano.

#### II.2.5. Conclusões (1914-1933)

Em resumo, no período que se estendeu de 1914 até o início de 1933, fase em que se acentuou o processo de crescimento com diversificação da matriz industrial, ainda fortemente concentrada nas indústrias têxteis e de alimentos, o padrão de inserção dos IDEs pode ser sumarizado por três características centrais.

Em primeiro lugar, não obstante a importância da AL no total de IDE mundial no período, o Brasil desempenhou, assim como antes de 1914, um papel marginal na distribuição destes investimentos em 1929.

Destaca-se ainda a preponderância quantitativa dos investimentos britânicos, cerca de três vezes maiores do que os investimentos de origem norte-americana<sup>25</sup>, muito embora isto não venha negar a predominância dos investimentos de origem norte-

---

<sup>25</sup> Veja-se tabela 6.



americana, que já estabeleciam suas primeiras instalações em importantes ramos industriais<sup>26</sup>.

O processo de diversificação da estrutura industrial, ainda que concentrado nos setores de bens-salário, não pode ser entendido como fruto dos interesses do capital privado internacional, ao menos em sua forma direta, já que neste trabalho não está sendo levado em consideração o papel dos investimentos indiretos (empréstimos a entidades privadas, empréstimos ao setor público, etc) estrangeiros neste processo<sup>27</sup>.

Neste contexto mais geral, o efeito da crise de 1929 sobre o padrão de inserção dos IDEs no Brasil, foi conservar as características estabelecidas quanto à origem de propriedade e concentração setorial dos investimentos. Mais importante ainda é destacar que os IDEs não alteraram a perda de dinamismo da atividade econômica, sobretudo do setor industrial, que no período 1929-1932 cresceu a taxa de apenas 1,1% a.a.

---

<sup>26</sup> Veja-se citação de Evans e Vinhas Queiroz, para alguns exemplos

<sup>27</sup> “O capital estrangeiro de risco teve um papel essencialmente secundário” neste processo de crescimento com diversificação da matriz industrial (Possas, 1983, pp13)

## II.2.6. Considerações sobre o Caráter Secundário do IDE no Período de Crescimento com Diversificação da Matriz Industrial.

Durante toda a análise do período 1860-1933 foi argumentado que, o IDE exerceu papel secundário no processo de crescimento com diversificação da matriz industrial. Esta afirmação encontra-se centrada na análise de duas variáveis do padrão de inserção dos IDEs: o volume escasso das inversões estrangeiras e sua concentração setorial em atividades não-manufatureiras.

Poder-se-ia no entanto argumentar que, embora escassos e setorialmente concentrados em atividades não manufatureiras, os IDEs tenham desempenhado um papel importante, ao menos em alguns setores, no processo de crescimento com diversificação da matriz industrial. Este argumento encontra respaldo em algumas informações disponíveis, embora mereça destaque a relativa falta de informações fidedignas sobre o tema.

Em alguns ramos industriais específicos, o capital estrangeiro desde o início do século, mas sobretudo pós 1914, já desempenha um papel fundamental; dentre eles destacam-se (Suzigan e Szmrecsányi, 1994):

- Carnes: as quatro principais empresas internacionais do setor (Armour, Swift, Wilson e Frigorífico Anglo), detinham em meados da década de 30 aproximadamente 95% da capacidade nacional de abate e processamento de gado bovino e 87% da de suínos e bovinos.
- Fósforos: estima-se que em 1907, três fábricas sob o controle do capital estrangeiro já respondiam por 2/3 da produção nacional.

- Lâmpadas Elétricas: em 1927, cerca de 35% do consumo total do produto no Brasil eram supridos pela General Electric.
- Cimento: Duas fábricas estrangeiras controlavam em 1935 cerca de  $\frac{3}{4}$  do consumo aparente de cimento do Brasil.

Além destes dados, destaca-se também, sobretudo após 1914, a importância dos IDEs em outros setores:

“A diversificação da estrutura industrial que se verifica desde a Guerra se deu paralelamente a uma importante onda de novos investimentos diretos estrangeiros. No que se refere a indústria de transformação, ocorreu o ingresso de grandes empresas e novos produtos, cabendo destacar a fabricação de produtos alimentares (carne frigorificada e processada, laticínios, produtos de milho e moagem e produtos de trigo; substâncias químicas básicas e produtos químicos de uso doméstico, indústria siderúrgica, e a fabricação de material e aparelhos elétricos simples” (Possas, 1983, pp. 15).

“Por volta dos fins da Primeira Guerra Mundial, tinham sido criadas no Brasil as bases de uma economia industrial. O café ainda dominava a economia, porém o investimento na indústria principiava parecer menos arriscado. Aumentava o ritmo do ingresso de capitais estrangeiros. Os maiores grupos que entravam no Brasil, com exceção da Swift/Armour, não se dedicavam, entretanto, a têxteis ou alimentos. A Ford e a General Motors seguiam a trilha das maiores companhias de petróleo, instalando organizações para lidar com a distribuição de seus carros. A Dupont, A Imperial Chemical Industries e a Remington participavam da fabricação de cartuchos e pólvora. A Pirelli começou fazendo cabos de cobre. A Philips principiou construir rádios, e a Unilever instalou uma subsidiária brasileira para fabricar sabonetes”. (Evans e Vinhas de Queiroz, 1977).

No entanto, os dados de Suzigan e Szmrecsányi (1994), e as citações de Possas (1981) e Evans e Vinhas de Queiroz (1977), não invalidam o argumento de que o capital estrangeiro desempenhou papel secundário na instalação direta da indústria brasileira até 1930.

Isto porque, além de seus investimentos serem escassos e de sua concentração setorial priorizar atividades não manufatureiras, o capital estrangeiro não desempenhou um papel significativo nos setores dinâmicos do processo de crescimento com diversificação da estrutura industrial, quer sejam, os setores de bens-salário.

A indústria têxtil, por exemplo, setor chave deste processo, absorveu em 1914 apenas 2,3% dos investimentos, sendo a participação do capital estrangeiro na produção local praticamente desprezível (Vinhas de Queiroz e Evans, 1977)

Em suma, três elementos corroboram o caráter secundário da inserção do IDE até 1930:

1. o volume escasso de capital estrangeiro na economia brasileira;
2. a forte concentração dos investimentos nos setores de “ serviços básicos ”, em especial no setor de “energia elétrica”; e ainda mais importante
3. os setores industriais nos quais se verificou um papel importante do capital estrangeiro (fósforos, carnes, cimento, lâmpadas elétricas, alguns ramos químicos e farmacêuticos) não se constituíram no eixo dinâmico da atividade industrial. Em outras palavras, para que o capital estrangeiro pudesse ser considerado um elemento central do processo, deveria ter-se observado a ocorrência de um papel importante destes capitais nos setores dinâmicos da indústria, quer sejam, os setores de bens-salário (têxtil e alimentos), fato que não ocorreu.

A análise é corroborada ainda pela interpretação de Evans e Vinhas e Queiroz (1977).

“Os grandes grupos estrangeiros quase não desempenharam nenhum papel na mais importante indústria do princípio da industrialização: a indústria têxtil...Se as atividades dos maiores grupos industriais podem ser tomadas como indicador da distribuição geral do capital estrangeiro e nacional, pode-se dizer que a primeira fase da industrialização brasileira foi iniciada principalmente pelo capital local “. (Vinhas, de Queiroz e Evans, 1977, grifo meu)

## PARTE III

### III.1. CAPITAL ESTRANGEIRO E INDUSTRIALIZAÇÃO

#### RESTRINGIDA.

(1933-1955)

##### III.1.1. Condições Internas e Externas

O período que se iniciou em meados da década de 1930 marcou o início do processo de industrialização no Brasil, embora ainda de forma restrita, em função do desenvolvimento incipiente do setor produtor de bens de capital. Como visto, os surtos de industrialização anteriores a 1933 restringiram-se a promover a substituição de importações por produção local de bens salário, em especial tecidos, bebidas e alimentos. (Cardoso de Mello, 1982 e Conceição Tavares, 1975)

Via de regra estes surtos determinavam elevações dos coeficientes de importação do setor de bens de produção, em função da internalização incipiente destes setores. Isto tornava o ritmo de crescimento da indústria diretamente vinculado a capacidade de importar, determinada pelas divisas obtidas pelo setor agro-exportador.

Este limite ao crescimento industrial dado pela capacidade de importar constituiu-se no elemento central do caráter restringido do processo de industrialização até 1955. (Cardoso de Mello, 1982).

Em outras palavras, até 1933 o ritmo de crescimento da economia encontrava-se diretamente associado ao comportamento da atividade cafeeira. A partir deste ano, em função do significativo crescimento dos investimentos industriais, o cenário foi singularmente modificado, passando a indústria a constituir-se no eixo dinâmico do

desenvolvimento econômico brasileiro. (Cardoso de Mello, 1982 e Conceição Tavares, 1975)

Como visto, este processo teve início nos primeiros anos do século. Alguns dados merecem ser retomados neste momento. Em 1919, as indústrias têxtil, de vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas e fumo eram responsáveis por cerca de 70% do valor adicionado no setor industrial. O mesmo conjunto de setores irá responder em 1939 por aproximadamente 58% deste valor. (Villela e Suzigan, 1975)

Em grande medida, esta redução da participação dos setores de bens-salário, fez-se paralelamente ao crescimento de indústrias que irão se constituir a partir de 1955 no eixo central do processo de "industrialização pesada". Em 1919 as indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, química, produtos farmacêuticos e medicinais e produtos de perfumaria, sabões e velas, respondiam por 10,2% do valor agregado na indústria. Esta situação mudou significativamente em 1933 quando estes mesmos setores passaram a responder por 23,0% deste valor.<sup>28</sup> (Villela e Suzigan, 1975)

A partir de 1939 este processo de diversificação com crescimento do setor industrial foi temporalmente obstruído, em função dos entraves à importação de máquinas/equipamentos e bens intermediários característicos de um período de conflito internacional.

Esta vinculação da capacidade de crescimento da indústria à capacidade de importação, neste momento obstruída pela II Guerra

---

<sup>28</sup> Deve-se ter claro porém que, o crescimento e o grau de diversificação atingido por estes setores eram ainda insuficientes para configurar um processo de industrialização. A diversificação do setor de bens de produção era notadamente limitada, elemento que vinculava ritmo do crescimento industrial a capacidade de importação destes bens.

Mundial, explicitavam o caráter “restrito” do processo de industrialização da economia brasileira no período 1933-1955. (Cardoso de Mello, 1982)

A taxa de crescimento média do setor industrial durante 1939-1945 de 5,4% a.a, que pode ser considerada satisfatória, foi no entanto significativamente reduzida em comparação ao ritmo de crescimento verificado no período imediatamente anterior, de 1933 a 1939, de 11,2% a.a. (Villela e Suzigan, 1975)

Por outro lado, o crescimento registrado no período 1939-1945 fez-se essencialmente através da redução da capacidade ociosa da indústria,

“forçando ao máximo a utilização de equipamentos e instalações existentes, o que fez com no fim da guerra alguns ramos industriais estivessem com seus equipamentos desgastados e obsoletos” (Villela e Suzigan, 1975, pp.212).

Em suma, após 1933 a economia brasileira passou por um grande surto de crescimento das atividades industriais, que foi temporalmente interrompido pelo conflito mundial, demonstrando a incapacidade do setor industrial em endogeneizar o ritmo de crescimento da economia. Mais importante do que o intenso ritmo de crescimento quantitativo, sobretudo entre 1933 a 1939, foi a mudança qualitativa na estrutura industrial brasileira, que se caracterizou pela redução da importância das indústrias de bens salário.

O contexto mundial do período que se estendeu de 1933 até o fim da II Guerra Mundial, foi marcado por extrema instabilidade, sobretudo no que se refere ao comportamento do mercado financeiro internacional, e da retração do ritmo de crescimento da economia mundial. (Coutinho , mimeo, s/d)



O período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial marcou a consolidação da hegemonia norte americana. Na esfera financeira, isto tornou-se evidente a partir da consolidação das regras de política cambial estabelecidas no acordo de Bretton Woods (1944), que determinavam o estabelecimento das paridades fixas entre as principais moedas e o ouro, mas que na prática acabaram por definir a consolidação do padrão ouro-dólar, enquanto padrão monetário internacional.

Na esfera produtiva, este domínio tornou-se claro em função do processo de internacionalização da produção, que se deu sobre domínio virtualmente exclusivo das grandes empresas norte-americanas<sup>29</sup> (GEAs). (Block, 1987 Teixeira, 1983 e Dunning, 1979)

Mas qual o papel desenvolvido pelo capital produtivo estrangeiro neste processo de crescimento com diversificação do setor industrial pós 1933, num contexto internacional de significativa instabilidade econômica e de conformação da hegemonia norte-americana no plano internacional ? Analisemos antes as principais características em nível internacional dos fluxos de IDE.

---

<sup>29</sup> Estes aspectos voltaram a ser tratados, com maior ênfase, no próximo item do trabalho.

### III.1.2. Padrão de Inserção do IDE e sua Importância na Industrialização Restringida(1933-1950)

No que tange especificamente a América Latina notou-se o reforço da tendência, já anteriormente vislumbrada de aumento da participação dos investimentos de origem norte-americana em detrimento dos investimentos britânicos. A explicação para este fato encontra-se, dentro do escopo deste trabalho, no processo de consolidação da hegemonia norte-americana, que se deu sobretudo após 1945.

As inversões privadas britânicas no setor privado latino-americano<sup>30</sup>, que haviam atingido 876,2 milhões de libras em 1928, passaram para 803,8 milhões em 1939, e reduziram-se ainda mais em 1949, ao atingir apenas 385,7 milhões de libras, indicando uma redução de 52% em relação a 1939. (ONU, 1965)

Movimento contrário foi verificado nos EUA, ao menos para o período 1929-1950 como um todo. A crise de 1929 teve como efeito inicial uma redução do volume de inversões norte-americanas que passaram de um total de US\$ 3.462 milhões em 1929 para US\$ 2.696 milhões em 1940. Esta queda de 22,1% no período 1929-1940, foi no entanto superada, verificando-se em 1950 um volume de IDEs americanos na região de US\$ 4.445 milhões, 28,4% superior ao verificado no ano de 1929, o que contrastava com a performance britânica de redução em aproximadamente 60% para o período 1929-1950 (ONU, 1950).

---

<sup>30</sup> Estas estimativas correspondem ao total de investimento inglês na AL, quer sejam investimentos diretos ou de carteira, devendo portanto ser observados com cautela.

Duas tendências parecem ser claras no que tange à distribuição dos IDEs norte-americanos no período. Em primeiro lugar, verifica-se a consolidação da América Latina como principal área de concentração destes investimentos. O segundo ponto refere-se a modificação na tendência de concentração setorial destes investimentos, com destaque para o aumento da importância do setor de manufaturados. Estes aspectos encontram-se resumidos através dos dados da tabela 9.

Tabela 9  
Crescimento dos IDEs dos EUA.  
(1929-1950)

(em bilhões de dólares)

Regiões e Setores	1929	1950
<b>Total das Regiões</b>	<b>7,5</b>	<b>11,8</b>
Canadá	2,0	3,6
América Latina	3,5	4,6
Europa	1,4	1,7
Outras Regiões	0,6	1,9
<b>Setores</b>		
Manufaturados	1,8	3,8
Petróleo	1,1	3,4
Mineração	1,2	1,1
Outros	3,4	3,5

Fonte: Fajnzylber, 1983

Vejamos a situação do Brasil. Os dados da tabela 10, determinam a continuidade do papel secundário desempenhado pelo país enquanto receptor de IDE norte americanos, ao menos até o ano de 1943. No período de 1943-1950 o volume destes investimentos quase triplica, levando o Brasil a se constituir no terceiro país em importância em 1950, atrás apenas de México e Cuba, vis a vis sua

sexta posição em 1929, atrás de Cuba, México, Chile, Argentina e Venezuela. (ONU, 1965).

Tabela 10  
 IDE dos EUA na América Latina  
 (1929-1950)

(em milhões de dólares)

Países	1929	1936	1940	1943	1950
Cuba	919	666	559	526	642
Haiti	14	10	12	14	13
Rep. Dominicana	69	41	41	71	106
México	682	480	357	286	415
Costa Rica	22	13	24	30	60
El Salvador	30	17	11	15	17
Guatemala	70	50	68	87	106
Honduras	72	36	38	37	62
Nicarágua	12	5	8	4	9
Panamá	29	27	36	110	58
Argentina	332	348	388	380	356
Bolívia	62	18	26	13	11
Brasil	194	194	240	233	644
Colômbia	124	108	111	117	193
Chile	423	484	413	328	540
Equador	12	5	5	11	14
Paraguai	11	5	5	9	6
Peru	124	96	81	71	145
Uruguai	28	14	11	6	55
Venezuela	233	186	262	373	993
Total	3462	2803	2696	2721	4445

Fonte: ONU, 1965

Não obstante esta elevação no volume de IDE, que se processou durante os anos de 1943 a 1950, o elemento que cabe destacar é que o IDE desempenhou novamente, ao menos em termos quantitativos, um papel secundário face ao processo de crescimento com diversificação da matriz industrial que se verificou, com maior intensidade, após 1933.

Dados do Banco Central indicam que o total acumulado de investimentos e reinvestimentos norte-americanos no Brasil até 1950 atingiram US\$ 97.7 milhões de dólares. Este volume foi significativamente reduzido tendo-se em conta que nos dez anos

subsequentes, entre 1951 a 1960, esta cifra atingiu US\$410,8 milhões<sup>31</sup>.

O volume de capital estrangeiro investido foi portanto, tendo-se em conta o tamanho da economia brasileira e o intenso processo de diversificação industrial que a caracterizou no período, significativamente reduzido, o que leva-nos a aceitar a proposição de Singer (1985), de que o investimento estrangeiro desempenhou um papel secundário no processo de crescimento com diversificação da estrutura industrial até 1950.

Isto não significa que, o capital estrangeiro não tenha realizado investimentos importantes antes de 1950. Significa apenas que não pode ser atribuído ao capital estrangeiro um papel decisivo no processo de diversificação da indústria pós 1933.

O elemento que explica este processo de crescimento da atividade industrial é a acumulação interna de capital da economia diretamente associada aos movimentos da política econômica do governo de manutenção da renda do setor agro exportador. É claramente perceptível, segundo Villela e Suzigan (1975) a forte correlação entre o ritmo de crescimento dos investimentos e produção industrial e a política econômica do governo, em especial a política cambial.

Neste sentido, movimentos de desvalorização cambial encontram-se fortemente associados a reduções no investimento, em função do encarecimento da importação de máquinas e equipamentos, com paralelo aumento da produção industrial. Períodos de valorização

---

<sup>31</sup> Estes dados não podem ser comparados com o desenvolvimento anterior do texto, em função de diferenças metodológicas, de inserirem reinvestimentos e das moedas terem sido convertidas em US\$ a paridade vigente em 30-06-79.

do câmbio, que reduzem o preço das importações associam-se a retração da produção, com elevação dos investimentos.

De acordo com Possas (1981), o período pós 1937 irá determinar um aumento relativo do número de subsidiárias estrangeiras no Brasil, destacando-se o aumento da importância dos investimentos nos seguintes setores industriais: produtos metálicos, minerais não metálicos (cimento e vidro), papel, equipamentos e aparelhos elétricos e tecidos sintéticos, além da indústria química em geral, que passam a se constituir em pólos de atração dos investimentos externos, demonstrando que os interesses estrangeiros no país haviam definitivamente ultrapassado os limites das atividades extrativas e mercantis.

Não obstante, o elemento que se deve ter em conta, e que auxilia no argumento de que o papel desempenhado pelo capital estrangeiro é novamente secundário frente ao esforço interno de substituir importações realizado pelo capital privado nacional, refere-se ao papel ainda predominante dos IDEs em energia elétrica, que representa 27,1% do total destes em 1950 ( Banco Central). O setor de petróleo com 12,9% e Bancos com 6,9% aparecem a frente do setor industrial com maior aporte de capital estrangeiro em 1950, quer seja o setor químico, com 5,9% do total dos investimentos, seguido das indústrias alimentares e de eletroeletrônicos, com respectivamente 5,6 % e 4,9% do total dos IDEs.

### III.1.3. Conclusões (1930-1950)

Resume-se, portanto, o padrão de inserção dos fluxos de IDE na economia brasileira, no período 1930-1950, pelas seguintes características. Notória predominância dos investimentos norte-americanos, que em 1950 já representam cerca de 31,21% do total dos IDEs no Brasil, contra apenas 8,45% da participação britânica.

Outro ponto importante deste padrão refere-se ao contínuo aumento dos investimentos em atividades industriais, ainda que, em função do volume substancialmente reduzido estes não possam ser considerados como elementos determinantes do processo de industrialização restringida que se verifica pós 1933.

Novamente isto não quer dizer que o capital internacional não tenha exercido um papel importante em alguns ramos industriais, como por exemplo a química. Apenas significa que o papel do IDE é ainda marginal na composição da matriz industrial, sobretudo tendo-se em conta o papel essencial que os investimentos estrangeiros, associados ao Estado, terão no desenvolvimento posterior da industrialização no Brasil.



#### III.1.4. Sobre o Caráter Secundário do IDE na Industrialização Restringida.

Argumentou-se ao longo de toda a seção que o capital estrangeiro em sua forma direta desempenhou, assim como no período precedente (1860-1933), papel secundário na determinação do processo de industrialização restringida da economia brasileira.

Esta inserção marginal do IDE no Brasil foi fruto, tanto da drástica retração dos fluxos de capital em sua forma financeira, comercial e produtiva - consequência dos efeitos depressivos da crise dos anos 30 que assolou a economia internacional e da II Guerra Mundial (1939-45) - quanto da grave crise cambial que atingiu o Brasil neste período, em função da queda no valor das exportações do café.

Em suma, em consequência de condições externas e internas desfavoráveis, observou-se a significativa redução dos fluxos de capital externo para a economia brasileira, interessando-nos destacar a retração no IDE<sup>32</sup>

O volume escasso de recursos, embora se constitua num elemento fundamental da argumentação sobre o caráter secundário do capital estrangeiro, não basta. Da mesma forma que na seção anterior, poder-se-ia argumentar que embora reduzidos, os IDEs constituíram parcelas importantes em atividades industriais.

---

<sup>32</sup> “Durante o período 1930-36, apesar da precariedade dos dados disponíveis, há indicações de uma redução absoluta no estoque de inversões diretas estrangeiras no Brasil, associada tanto as dificuldades que caracterizam a economia internacional no período, quanto à crise cambial brasileira. A crise acarretou a redução do capital registrado de algumas firmas, a falência de outras, a nacionalização forçada de umas poucas...” Paiva Abreu, 1984, pp.39. A reversão deste quadro dá-se sobretudo a partir de 1943. No entanto, a recuperação no volume de IDE ainda é modesta, sobretudo quando comparada ao volume de recursos que entram no Brasil pós 1955

Isto é verdade e não poderia deixar de sê-lo. Nesta fase, a expansão do capital estrangeiro no Brasil encontrava-se diretamente vinculada ao comportamento dos capitais norte-americanos, historicamente concentrados na indústria de transformação vis a vis a predominância de atividades não manufatureiras que caracterizam o padrão de expansão britânico<sup>33</sup>.

A questão é saber em quais setores o capital estrangeiro desempenhou um papel central, e ainda mais importante, é discutir qual o papel destes setores na dinâmica do processo de industrialização restringida.

De acordo com Singer (1984) e Vinhas de Queiroz e Evans (1977), os ramos industriais em que já se configurava uma participação importante do capital estrangeiro no total da oferta nacional durante os anos 30 e 40 foram: a indústria farmacêutica, o cimento, alguns ramos da química e, principalmente, borracha e siderurgia, ou seja, setores (com exceção da farmacêutica) produtores de bens intermediários.

Mas qual a importância destes setores no processo de industrialização restringida? Segundo Singer (1984):

“...O peso específico destes ramos no conjunto da produção industrial era ainda muito pequeno no fim da década de 30...ao valor adicionado na indústria de transformação, em 1939, a indústria de borracha contribuía com somente 0,4%, ... a de minerais não metálicos com 4,3% e a metalurgia com 7,6%...Trata-se do surgimento de um germe de indústria de base, cujo desenvolvimento se dará plenamente a partir do período seguinte (1956-67). Na verdade, o que caracteriza a industrialização deste

---

<sup>33</sup> Isto não significa que o padrão de inserção setorial dos IDEs tenha privilegiado atividades industriais. Como visto ao longo da seção, embora aumentem os interesses estrangeiros nestas atividades, é notória a concentração dos IDEs em atividades não industriais, em especial na geração e distribuição de energia elétrica. Em suma, embora crescentes IDE nas atividades industriais, o que encontra-se diretamente relacionado a expansão dos investimentos norte-americanos, seu volume ainda é significativamente reduzido, quando comparado aos investimentos em atividades não industriais.

período é a grande expansão da fiação e tecelagem e de outros ramos do D II, sobretudo dos que produzem bens de consumo não duráveis (exceto mobiliário)<sup>34</sup> (Singer, 1984, pp. 217)

Assim, as atividades em que o capital estrangeiro concentrou seus investimentos não se constituíram no eixo central do processo de industrialização restringida, quer seja os setores de bens salário, amplamente dominado pelo capital privado nacional (Paiva Abreu, 1984 e Singer, 1984).

É interessante notar ainda que a concentração dos capitais estrangeiros em setores produtores de bens intermediários foi incapaz de tornar estes ramos o centro dinâmico do processo de industrialização do período.

Isto era fruto da incompatibilidade entre o volume escasso de recursos estrangeiros no Brasil vis a vis o grau de concentração de capital necessário para efetivar a internalização dos setores produtores de bens de produção que, como se verá nas próximas seções, ocorreu apenas após 1955.

Coube assim, ao capital privado nacional a liderança na execução direta dos investimentos nos setores que se constituíram no eixo de expansão do processo de industrialização restringida, quer seja o setor de bens de consumo não duráveis.

No entanto, diferentemente do período anterior, este processo encontrava-se diretamente vinculado ao objetivo estatal de promover a industrialização brasileira, estratégia explicitamente delineada no acordo "político-social" vigente após a Revolução de 30, o qual consolidava a burguesia industrial brasileira, enquanto classe social

---

<sup>34</sup> Em 1939, o ramo têxtil responde por 22% do valor agregado total da indústria, comparáveis aos 22,9% representado por todos os ramos da indústria de bens intermediários. (Singer, 1984)

dominante e amplamente articulada às políticas do Estado (Draibe, 1985).

Em outras palavras, os instrumentos de política econômica já visavam durante o período da “industrialização restringida” a execução do projeto de industrialização da economia, diferentemente do período anterior a 30, quando os objetivos da política econômica governamental objetivavam manter a renda da economia agro-exportadora do café.

Assim, o Estado, através de sua intervenção indireta já se constituiu ao longo dos anos 30 e 40 num importante promotor do processo de “industrialização restringida”, muito embora seja amplamente reconhecido que não se tenha verificado neste período a utilização da intervenção direta do Estado nos setores dinâmicos deste processo, quer seja o setor de bens salário, tarefa que, como argumentado, encontrava-se sobre o domínio do capital privado nacional.

No entanto, durante o período de “industrialização restringida” já se tornava necessária a instalação, ainda que de forma embrionária, de alguns setores produtores de bens de produção na economia brasileira, em função da incompatibilidade entre o volume escasso de divisas e a crescente demanda por importações, que caracterizava as fase iniciais do processo substitutivo de importações (Conceição Tavares, 1975). A continuidade do processo de industrialização restringida:

“resulta num crescimento intenso da demanda por importações, que tende a ultrapassar a disponibilidade de reservas do país. Esta se achava limitada, no período sob exame, primeiro pela crise e depressão, que reduziram a demanda externa pelos produtos brasileiros, depois pela Segunda Guerra Mundial, e, no após-guerra, pelo fato de que o Brasil dispunha apenas de um número reduzido de artigos de exportação, todos eles mercadorias coloniais...Impunha-se desta maneira a substituição de importações como condições básica para a continuidade do processo de industrialização” (Paiva Abreu, 1984)

Como visto, os IDEs foram incapazes de realizar esta tarefa, em função do volume escasso de recursos sob a tutela do agente estrangeiro no Brasil. Por outro lado, o grau de concentração do capital requerido para a instalação destes setores encontrava-se além da capacidade de acumulação do setor privado nacional, o qual estava “satisfeito” com sua inserção nos setores de bens de consumo não duráveis que, além de dinâmicos, eram protegidos da concorrência internacional, garantindo elevadas margens de lucros ao agente nacional

Coube ao Estado, através de sua intervenção direta e indireta, a realização destes investimentos que, além de garantir a continuidade do processo de industrialização, gestariam as bases materiais e institucionais que possibilitaram a superação do caráter restringido do processo de industrialização, após 1955.

Embora não se constitua em elemento central da análise, destacam-se, a título de ilustração, alguns importantes empreendimentos (diretos e indiretos), que corroboram o papel fundamental desempenhado pelo Estado no período de industrialização restringida.

Em termos de intervenção direta, destacam-se, como importantes investimentos (Singer, 1984, Serra, 1981):

- Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1946), que contribuiu para baixar o peso do setor na pauta de importações de 15% em 1946 para 11,5% em 1952 e a entrada em operação da Acesita, especializada na produção de aços especiais;
- Entrada em operação a Companhia Nacional de Álcalis, que contribuiu para o aumento da produção interna de barrilha e soda caustica;

- Entrada em operação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para extração de minério de Ferro;
- Início das obras da Hidrelétrica de Paulo Afonso; e.
- Início das inversões em refinarias, frota de petroleiros e organização da exploração do petróleo, a partir da constituição do monopólio das atividades do setor petrolífero na Petrobrás

Em termos de intervenção indireta destacam-se os seguintes elementos:

- Instrução 70 da Sumoc, que disciplinava a alocação de recursos para importação de forma mais racional e definida em função dos interesses industriais (1953);
- Criação do BNDE com função primordial de apoiar a ampliação de infra-estrutura de transporte e energia; e.
- A já referida instituição do monopólio do petróleo (1953)

O que interessa destacar neste ponto é que, o Estado se constituiu durante a fase de industrialização restringida num agente central do processo de industrialização, quer seja como consequência de sua importância indireta sobre o crescimento do setor de bens salário da economia - que encontrava-se sob domínio direto do capital privado nacional - ou em função de seu papel exclusivo na realização dos investimentos que, além de garantir a continuidade do processo de industrialização -em meio à crescente demanda por importações num contexto de restrição e cambial - irão gerar as condições materiais e institucionais para superação do caráter restrito da industrialização brasileira, que se materializa de forma definitiva após 1955.

Em suma, a partir da década dos trinta tornava-se necessário que o Brasil passasse à etapa do capitalismo monopolista. Esta passagem, não podendo ser feita sob a égide do capital privado nacional, ainda embrionário e débil, teve que ser realizada mediante a intervenção do capital estatal e, mais tarde,

do capital multinacional. No período 1933-55, pelos motivos já expostos, o capital monopolista dos países industrializados não se mostrou interessado em se inserir, em proporções significativas, no processo de industrialização do Brasil (Singer, 1984, pp. 224)

Em suma, o IDE desempenhou papel secundário no processo de industrialização restringida em relação, ao papel desempenhado pelo capital privado nacional na instalação dos setores dinâmicos do processo, e sobretudo, em relação à importância do capital estatal na realização de investimentos que além de garantirem a continuidade do processo, viriam a se constituir nas bases materiais da futura superação do caráter restrito da industrialização brasileira.

## PARTE IV

### IV.1. CAPITAL ESTRANGEIRO E INTERNALIZAÇÃO DOS SETORES DINÂMICOS DA INDÚSTRIA SOBRE O PARADIGMA TECNOLÓGICO METALMECÂNICO-QUÍMICO (1950-1970)

#### IV.1.1. Condições Externas.

Os anos 50 e 60 são conhecidos na literatura econômica como as “décadas douradas” do capitalismo<sup>35</sup>. Nesta fase, o ritmo de crescimento da economia mundial medido pelo produto interno bruto alcança a taxa média de 4,9% aa. Algumas peculiaridades deste processo devem ser destacadas.

Em primeiro lugar, este intenso ritmo de crescimento ocorre de forma assimétrica em termos intra-regionais, com destaque para o crescimento acima da média mundial das economias japonesa, da Europa Oriental e da América Latina. Outro elemento que merece destaque é o predomínio do setor industrial enquanto eixo dinâmico do crescimento.

---

<sup>35</sup> A discussão acerca dos determinantes deste processo é tema de intenso debate na literatura econômica, o qual não será abordado neste trabalho, em função de seus objetivos e suas limitações



Tabela 11.

## Processo de industrialização no mundo segundo regiões (1950-1977)

## Crescimento do produto interno bruto acumulado por ano.

Região	Total		Por Habitante	
	Global	Industrial	Global	Industrial
Mundo	4,9	5,9	2,9	3,9
América do Norte	3,6	3,6	2,1	2,2
Europa Ocidental	4,3	5,2	3,6	4,4
Europa Oriental e URSS	7,3	10,2	6,1	8,9
Japão	8,6	12,7	7,5	11,4
América Latina	5,5	6,7	2,6	3,8

Fonte: Fajnzylber, 1983

Este último aspecto, quer seja, a importância do setor industrial no crescimento do período deve ser melhor qualificado. Esta fase marca a consolidação do paradigma tecnológico metalmeccânico enquanto base tecnológica do sistema industrial<sup>36</sup>.

A grosso modo, a base tecnológica dos anos 50 e 60, caracteriza-se por sua ênfase na metalmeccânica, e tem como característica central a determinação de um processo produtivo de "automação rígida e não reprogramável". A organização da produção faz-se em consonância com os princípios do "taylorismo-fordismo", que objetiva a produção em massa, e é, devido às limitações técnicas, automatizada, porém rígida. (Perez, 1985 e Castells, 1990)

Os setores dinâmicos deste paradigma, no sentido de serem os "carros-chefes" do crescimento industrial, são os complexos

<sup>36</sup> Seria um erro afirmar que esta fase marca o aparecimento de um novo paradigma, dado que em grande medida as características da base técnica dominante durante os anos 50-60 são derivadas dos avanços tecnológicos promovidos durante a II Revolução Industrial (1870).

metalmecânico (material elétrico, material de transportes, mecânica) e químico (química básica e petroquímica), além da metalurgia (siderurgia e metalurgia). (Laplaine, 1992).

Em suma, o período que se estende do pós guerra até 1960, caracteriza-se pelo intenso ritmo de crescimento da economia mundial, que ocorre de forma assimétrica em termos intra-regionais, e tem no ritmo de crescimento industrial o “motor” do sistema. Destaca-se ainda, a consolidação do paradigma tecnológico metalmecânico-químico enquanto base tecnológica do sistema industrial mundial, com significativo destaque para o ritmo de crescimento de alguns setores, em particular, os setores de material de transporte e elétrico, a indústria mecânica, o complexo químico e o setor de metalurgia.

Embora importantes, estes aspectos mais gerais não deixam transparecer um elemento fundamental. O período do imediato pós-guerra marca a consolidação do papel hegemônico da economia norte-americana no cenário internacional, em suas esferas comercial, financeira, produtiva e militar.

No que tange especificamente ao plano financeiro, a consolidação da hegemonia norte-americana torna-se clara a partir do acordo de Bretton Woods (1944) em que se institucionaliza o dólar enquanto padrão monetário internacional<sup>37</sup> (Block, 1987). Nas esferas comercial, produtiva e militar a hegemonia norte-americana é inconteste no mundo ocidental.

São os EUA os principais exportadores do mundo, sobretudo para a Europa. São eles os grandes vencedores do conflito mundial. São ainda os únicos que tiveram sua estrutura produtiva intacta em relação a II Guerra Mundial, que dizimou, na prática, sistemas

---

<sup>37</sup> A discussão sobre Bretton Woods é retomada, com maior ênfase, mais a frente.

industriais inteiros como foi o caso da Alemanha e Itália (Coutinho, mimeo, s/d e Teixeira, 1983).

“ ... a destruição causada pela guerra aos parceiros capitalistas dos Estados Unidos garantiam-lhe, na alvorada da paz, uma supremacia absoluta no que diz respeito aos fluxos de comércio, produção industrial e disponibilidade de reservas... não há como recusar que os Estados Unidos detinham, no imediato pós guerra, as condições básicas e a capacidade econômica, política e militar para propor e viabilizar um ordenamento mundial sob seu comando”. (Teixeira, 1983)

As “décadas douradas” irão determinar outro importante fenômeno. A grande empresa em escala internacional passa se constituir no elemento responsável pela dinâmica da economia internacional. Isto não quer dizer que o processo de internacionalização ocorra apenas a partir das “décadas douradas”. Como visto as atividades de empresas em mais de um país, através de seus fluxos de IDE, é bastante antiga remontando a última metade do século XIX.

No entanto, é somente a partir dos anos 50 que a grande empresa em escala mundial constitui-se em elemento central da dinâmica internacional. Este argumento encontra respaldo em dois aspectos.

Em primeiro lugar, o volume de inversão atinge níveis sem precedentes na história mundial. O segundo ponto é que estas empresas passam a atuar predominantemente em atividade industriais, com especial destaque para sua importância nos setores dinâmicos do complexo metalmeccânico-químico.

A análise, no entanto, deixa transparecer que o processo de internacionalização no imediato pós guerra é genérico às “grandes empresas”. Uma importante qualificação deve ser realizada. Este

processo é restrito a um único agente - a grande empresa norte-americana. (Dunning, 1979)

Em outras palavras, a internacionalização produtiva do imediato pós -guerra é a internacionalização de um sistema industrial específico, quer seja, o sistema industrial hegemônico norte-americano. ( Dunning, 1979).

A análise dos determinantes deste processo é tema de intenso debate na economia entre diversas correntes do pensamento. Nenhum destes grupos teóricos tomados isoladamente é capaz de explicar o fenômeno em sua complexidade<sup>38</sup>.

Não é tarefa desta análise tentar encontrar uma resposta para o problema ou realizar a defesa de uma corrente teórica em particular. Neste sentido, irá se limitar a breve colocação de alguns elementos, que apesar de importantes, estão longe de fornecer uma interpretação "completa" do fenômeno.

A formação da grande empresa norte-americana é um processo longo que remonta aos últimos decênios do século XIX. O reflexo deste processo de "agigantamento" das empresas industriais é a determinação de uma estrutura de uma mercado altamente concentrada, em alguns setores industriais, já nas primeiras décadas do século XX, em especial a indústria petrolífera e alguns setores de minerais não metálicos. (Chesnais, 1990)

Este processo de oligopolização de alguns setores industriais, fornece elementos importantes na análise da internacionalização do sistema industrial norte-americano.

Em primeiro lugar, a capacidade de acumulação de capital no interior destas empresas ultrapassa a capacidade de realização do mercado doméstico norte-americano (Guimarães, 1980). Em outras

---

<sup>38</sup> Veja-se Apêndice.

palavras, os limites geográficos nacionais passam a obstruir de forma significativa as possibilidades de expansão da grande empresa.

Determina-se, desta forma, a necessidade de expansão da grande empresa em função dos limites impostos pelo espaço nacional à expansão do capital. Mas será que as grandes empresas norte-americanas tinham capacidade de competir com as empresas estrangeiras em seus mercados nacionais? A resposta à pergunta é óbvia. Claramente, pelos elementos acima analisados, no período do imediato pós guerra, não existem competidores capazes de impedir a expansão das firmas norte-americanas.

Resta-nos ainda responder uma indagação. Mas porquê as firmas norte-americanas não exploraram comercialmente, através de exportações, esta sua vantagem competitiva? A resposta encontra-se em elementos objetivos e historicamente determinados.

Por um lado o período do imediato pós-guerra é uma fase de escassez de dólares no mercado internacional, dificultando portanto as transações comerciais. Como consequência deste fato, os próprios formuladores do Plano Marshall admitiam que os europeus impusessem elevadas restrições tarifárias e não tarifárias às exportações norte-americanas. (Coutinho, mimeo).

Outro importante fato, que age no sentido de promover a internacionalização do capital produtivo norte-americano, refere-se à generalizada desvalorização cambial das moedas européias no imediato pós-guerra, elemento que ao determinar a elevação do poder de compra da moeda norte-americana reduz o custo dos investimentos norte-americanos no continente europeu.

A intensificação da internacionalização dos capitais produtivos norte-americanos no pós-guerra é portanto, fruto de uma série de elementos historicamente determinados, em que se destaca o papel

hegemônico desempenhado pela economia dos EUA nesta fase da economia mundial. Vejamos agora quais as particularidades deste processo.

#### IV.1.2. Padrão de Inserção dos IDEs em Nível Internacional.

O período compreendido entre 1950 e 1970 é marcado, no que tange ao padrão de inserção internacional dos fluxos de capital produtivo, pelo predomínio dos investimentos de origem norte-americana, como pode ser vislumbrado através dos dados da Tabela 12.

Tabela 12

Estoque de Investimento Direto Externo por País (1967)		
País de origem	(US\$ milhões)	(%)
USA	59486	55,00
GBR	17521	16,20
França	6001	5,50
RFA	3015	2,80
Suíça	4251	3,90
Canadá	3728	3,40
Japão	1458	1,30
Holanda	2251	2,10
Suécia	1514	1,40
Itália	2111	1,90
Bélgica	2040	1,90
Austrália	380	0,40
Portugal	200	0,20
Dinamarca	190	0,20
Noruega	60	d**
Áustria	30	d**
Outros	4000	3,70

\*\*d: desprezível.

Fonte: Michalet, 1984

Estes fluxos de capital produtivo direcionavam-se sobretudo para o Canadá e América Latina que preponderavam *vis a vis* o continente europeu. Não obstante, como visto através dos dados da tabela 13, nota-se a tendência à reversão deste quadro, em que se destaca o aumento da importância europeia e a significativa perda de importância da América Latina. (Michalet, 1984)

Tabela 13

## Capital Americano Investido no Exterior, por Região.

(Em US\$ milhões)

Ano	Total (A)	Canadá (B)	B/A	A.L (C)	C/A	Europa	D/A	O.R* (E)	E/A
1950	11788,00	3579,00	0,30	4445,00	0,38	1720,00	0,15	2044,00	0,17
1952	14819,00	4593,00	0,31	5443,00	0,37	2145,00	0,14	2627,00	0,18
1955	19313,00	6494,00	0,34	6233,00	0,32	3004,00	0,16	3583,00	0,19
1956	22177,00	7460,00	0,34	7059,00	0,32	3520,00	0,16	4138,00	0,19
1957	25394,00	8760,00	0,34	8052,00	0,32	4151,00	0,16	4422,00	0,17
1958	27075,00	8929,00	0,33	8730,00	0,32	4382,00	0,16	5034,00	0,19
1959	29827,00	10130,00	0,34	8888,00	0,30	5323,00	0,18	5306,00	0,18
1960	32778,00	11198,00	0,34	9271,00	0,28	6681,00	0,20	5628,00	0,17
1961	34664,00	11614,00	0,34	9209,00	0,27	7713,00	0,22	6128,00	0,18
1962	37145,00	12131,00	0,33	9528,00	0,26	8843,00	0,24	6643,00	0,18
1963	40736,00	13044,00	0,32	9941,00	0,24	10340,00	0,25	7411,00	0,18
1964	44480,00	13855,00	0,31	10254,0	0,23	12129,00	0,27	8242,00	0,19
1965	49474,00	15318,00	0,31	10886,0	0,22	13985,00	0,28	9285,00	0,19
1966	54799,00	17017,00	0,31	11498,0	0,21	16233,00	0,30	10051,00	0,18
1967	59491,00	18102,00	0,30	12049,0	0,20	17926,00	0,30	11414,00	0,19
1968	64983,00	19535,00	0,30	13101,0	0,20	19407,00	0,30	12941,00	0,20
1969	71033,00	21127,00	0,30	13858,0	0,20	21651,00	0,30	14398,00	0,20
1970	78178,00	22790,00	0,29	14760,0	0,19	24516,00	0,31	16113,00	0,21
1971	86001,00	24030,00	0,28	15763,0	0,18	27621,00	0,32	18586,00	0,22

Fonte: Michalet, 1984

Torna-se importante destacar a concentração destes investimentos, tanto na Europa e Canadá, como na América Latina e outras regiões periféricas, na indústria manufatureira *vis a vis* outros setores da economia, como demonstram os dados da tabela 14.



Tabela 14

## Distribuição Setorial dos Investimentos Norte-Americanos (%)

Anos	Setores			
	Mineração	Petróleo	Ind. Manufatureira	Outros
1957	10,50	35,60	31,40	22,60
1971	7,80	28,10	41,20	22,60

Fonte: Michalet, 1984

Em suma, tem-se como característica central do padrão de internacionalização produtiva do período 1950-1970, a predominância dos investimentos de origem norte-americana, inicialmente concentrados, em termos regionais, na A.L e Canadá, mas que gradualmente passam a direcionar-se para a Europa, e cuja concentração, em termos setoriais, dá-se sobretudo na indústria manufatureira. (Michalet, 1984).

Mais importante ainda, é a concentração dos IDEs norte-americanos em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico químico. Cabe destacar que este padrão é uma peculiaridade da expansão produtiva norte-americana, e também alemã, de expandir-se em setores em que suas firmas possuem vantagens competitivas. De outro lado, aparecem Japão e Grã-Bretanha, cuja expansão dá-se sobretudo em setores intensivos em matérias-primas e mão-de-obra.

Estes elementos são importantes no entendimento do padrão de inserção dos IDEs na economia brasileira, na medida em que este padrão é um reflexo do padrão de inserção dos IDEs norte-americanos no cenário internacional.

Tabela 15.

IDE de países Selecionados nos principais setores da manufatura.

(Em 1975)

	EUA		Japão		Inglaterra		Suiça		Alemanha	
	\$m	%	\$m	%	\$m	%	\$m	%	\$m	%
Setores intensivos em tecnologia	37620	67	1630	39,4	6437	44	4054	69	8206	68,8
química	11172	20	634	15,3	3108	21	522	8	3818	32
mecânica	11646	21	307	7,4	1210	8,2	2089	32	1377	11,5
material elétrico	6384	11	426	10,3	1630	11	1436	22	1797	15,1
material de transporte	8418	15	263	6,4	489	3,3	457	7	1214	10,2
Setores menos intensivos em tecnologia	18417	33	2507	60,6	8253	56	2023	31	3742	31,2
Alimentos, Bebidas e Fumo.	4716	8,4	231	5,6	3947	27	65	1	716	6
Textil, Couro, Vestuário e Calçados	1099	2	918	22,2	1038	7,1	65	1	469	3,9
Papel e Artigos para impressão	3774	6,7	423	10,2	1073	7,3	653	10	567	4,8
produtos primários e fabricação de metais	3649	6,5	635	15,4	602	4,1	848	13	1737	14,5
outros	5179	9,3	300	7,3	1593	11	392	6	253	2,1
Total	56037	100	4137	100	1469	10	6527	100	11948	100

Fonte: Dunning, 1979.

Tendo em vista estas características do movimento exógeno à economia e, em particular do caráter assumido pelo padrão de inserção internacional dos IDEs no pós guerra, o que dizer da inserção da

economia brasileira neste cenário, em especial enquanto receptora de capitais produtivos ? Antes porém é necessário ter-se alguns elementos do contexto interno.

#### **IV. 1.3. Condições Internas.**

Internamente tem-se que o período imediatamente posterior à implantação do Plano de Metas (1956-60) irá marcar o início da fase de industrialização “pesada”, quando se promove a superação do caráter “restringido” da industrialização precedente<sup>39</sup>. O ritmo de crescimento e o grau de diversificação atingido pelo setor produtor de bens de produção possibilitam o desenvolvimento autosustentado do setor industrial. (Tavares, 1975 e Cardoso de Mello, 1982)

A superação do caráter restringido do processo de industrialização não se deu através de uma simples continuidade do processo de crescimento com diversificação da estrutura industrial. Em outras palavras, não se tratou de uma acentuação do processo precedente. A implantação do setor de bens de produção não ocorreu como uma continuidade do processo de instalação de setores de bens de consumo. Esta ocorreu através de um bloco de investimentos concentrados em termos temporal e setorial, através de um significativo esforço de investimento do Estado brasileiro. (Conceição Tavares, 1975).

Dois agentes foram fundamentais durante o processo de superação do caráter restringido da industrialização: o Estado e o capital estrangeiro em sua forma direta. No que compete ao papel desenvolvido pelo Estado, basta, em função dos objetivos deste

---

<sup>39</sup> Vide Cardoso de Mello (1982).

trabalho, observar que este agente foi diretamente responsável pela instalação dos setores de bens intermediários e insumos básicos.

Alguns elementos devem ser destacados. Em primeiro lugar, estes setores constituíam-se nos setores de maior inversão inicial, maior prazo de maturação e menor taxa de rentabilidade dos investimentos. Estas características, por um lado, impossibilitavam a entrada do capital privado nacional, em função sobretudo de sua fragilidade financeira e tecnológica. Por outro lado, os prazos de maturação e a rentabilidade, não estimulavam o capital estrangeiro a promover a instalação destes setores.

O que pretende-se deixar claro é que, contrariamente a algumas análises que privilegiam o caráter "voraz" e "incontrolável" da expansão das empresas estatais no período, a realização destes investimentos deve ser entendida como uma "necessidade" imposta pela expansão do capital privado nacional e internacional. Em poucas palavras, se o Estado não o fizesse ninguém o faria, e o caráter restrito da industrialização não seria superado. Mas o que dizer do papel desempenhado pelos investimentos do capital estrangeiro no pós 1955?

#### IV. 1.4. Padrão de Inserção dos IDEs no Brasil

Analise os três elementos que compõem o padrão de inserção dos capitais produtivos na economia brasileira, quer sejam: o volume de capital, a origem de propriedade e a concentração setorial dos investimentos.

O período pós 1950 marcou um significativo aumento do volume de investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira. Até este ano o estoque de IDE havia chegado a marca de US\$ 334.022.000<sup>40</sup>. No decênio seguinte, de 1951 a 1960 estes valores atingiram a marca de US\$ 1.105.712.000, evidenciando uma elevação de 231%.

É preciso chamar atenção para a importância deste dado. No período compreendido de apenas dez anos pós cinquenta, o volume de investimentos estrangeiros mais do que triplicou em relação a todo o estoque de investimento anterior. Isto confirma o caráter marginal da economia na recepção de IDE até 1950, e permite determinar que esta fase marcou o primeiro *boom* do capital estrangeiro em sua forma produtiva na economia brasileira.

O período posterior, 1961-1970 irá marcar a continuação deste processo. Nesta fase os fluxos de IDE para a economia brasileira atingiram US\$ 2.482.907.000 evidenciando portanto um aumento de 124% em relação ao período imediatamente anterior e de 643% em relação a todo o volume de capital investido até 1950.

Os dados referentes a concentração setorial destes investimentos, para o período 1950-1970, encontram-se resumidos nas Tabelas 16, 17 e 18.

---

<sup>40</sup> Estes dados foram retirados da Separata d Boletim do Banco Central do Brasil de 1979. Os valores referem-se ao total de investimentos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira e as moedas encontram-se convertidas em US\$ as paridades vigentes em 30-06-79.

Tabela 16.

## Participação dos Principais Setores na Absorção dos IDEs (1950).

(em % do total dos estoques)

Energia Elétrica	27,10
Petróleo	12,90
Bancos	6,90
Prod. Químicos	5,90
Alimentos	5,60
Aparelhos Eletrônicos	4,90
Indústria Automobilística	3,20
Metalurgia	2,40
Cimento	2,30
Prod. Farmacêuticos	1,50
Máquinas p/ Indústria	1,40
Papel e Celulose	0,90

Fonte: Relatórios do Banco Central do Brasil.

Tabela 17

## Participação dos Principais Setores na Absorção dos IDEs (1960)

(em % do total dos estoques)

Indústria Automobilística	11,40
Petróleo	11,00
Prod. Químicos	10,80
Metalurgia	5,40
Alimentos	5,00
Prod. Farmacêuticos	4,50
Aparelhos Eletrônicos	4,30
Siderurgia	3,60
Atividades Comerciais	3,30
Autopeças	2,80
Bancos	2,60
Fumo	2,50
Máquinas p/ Indústria	2,40
Pneus	2,30
Borracha	1,90
Têxtil	1,80
Frigoríficos	1,40
Cimento	1,30
Papel e Celulose	1,20

Fonte: Relatórios do Banco Central do Brasil.

Tabela 18.

## Participação dos Principais Setores na Absorção dos IDEs (1970)

(em % do total dos estoques)

Indústria automobilística	11,5
Petróleo	6,0
Aparelhos Eletroeletrônicos	5,9
Metalurgia	5,5
Laboratórios Farmacêuticos	4,8
Serviços Liberais	4,6
Energia Elétrica	4,4
Indústria Alimentar	3,7
Máquinas p/ indústria	3,4
Siderurgia	3,2
Autopeças	2,9
Fumo	2,8
Comércio	2,6
Bancos	2,3
Papel e Celulose	2,1
Borracha	1,9

Fonte: Relatórios do Banco Central do Brasil.

Os dados determinam a centralização dos investimentos estrangeiros em atividades industriais ao longo do período 1950-1970. Outro aspecto a ser destacado refere-se a importância dos setores que compõem o eixo dinâmico do paradigma tecnológico metalmeccânico enquanto área de concentração dos investimentos industriais estrangeiros. A indústria de produtos químicos básicos e a automobilística, símbolos deste paradigma, que representavam em 1950, apenas 9,1% do total de IDE, passaram a representar 22,2% deste total em 1960 e 22,4% em 1970.

Esta tendência de centralização dos investimentos em atividades industriais que constituem o eixo central do paradigma tecnológico metalmeccânico, cujos dados iniciais<sup>41</sup> já se encontram analisados, ocorre paralelamente a pouca importância dispensada pelo capital

<sup>41</sup> Mais a frente este aspecto será retornado, o que possibilitará a realização de uma análise mais detalhada do fenômeno.

estrangeiro em atividades de menor conteúdo tecnológico, como por exemplo, alimentos, tecidos, fumo, entre outros.

Em suma, o período pós 1950 determina um novo padrão de inserção setorial dos IDEs na economia brasileira, caracterizado pela concentração destes investimentos em atividades industriais, sobretudo aquelas que se constituem no eixo dinâmico do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico. (Cardoso de Mello, 1982, Conceição Tavares, 1975, Serra, 1981, Possas, 1983, Vinhas de Queiroz e Evans, 1977)

Já foi mencionado que o volume de investimentos estrangeiros no período 1950-1970 sofre um crescimento significativo, permitindo inclusive concluir que este período se constitui no primeiro “boom” de IDE no Brasil. Outra conclusão, é que nesta fase já está clara a concentração setorial destes investimentos nos setores industriais que constituem o eixo dinâmico do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico.

No que tange a origem de propriedade do capital a predominância do IDE norte-americano é indiscutível no período entre 1950-1970. Os dados da Tabela 19 confirmam a predominância destes investimentos no total realizado até 1950.



Tabela 19

## Participação de países selecionados no total do IDE até 1950

(Em US\$ 1000)

País	Volume	(%)
EUA	97.721	29,25
Canadá	96.273	28,80
Reino Unido	37.018	11,08
Suíça	26.235	7,80
Itália	8.746	2,60
França	7.402	2,20
Holanda	5.298	1,50
Japão	1.450	0,43
Alemanha	d	d
Total do Grupo	280.143	83,69
Total	334.022	100

Fonte: Separata do Banco Central do Brasil, Dez/1979

Estes dados demonstram claramente o predomínio dos EUA e do Canadá<sup>42</sup> enquanto investidores na economia brasileira. Estes dois investidores são responsáveis por 58,05% do total dos investimentos. As nove economias selecionadas respondem por 83,69% deste total, demonstrando portanto a concentração destes investimentos num grupo restrito de países.

Destaca-se ainda a significativa queda da importância britânica enquanto exportadora de capital produtivo para o Brasil. O principal investidor na economia até 1929, não ultrapassa 11,08% do total do IDE em 1950. Outro fato interessante é o caráter desprezível dos IDEs da Alemanha e Japão.

O período que compreende o primeiro *boom* de IDE, entre 1951-1960, apresenta algumas características interessantes em termos de

<sup>42</sup> Não se deve esquecer que Light & Power é de propriedade canadense. Esta empresa constituiu-se na líder do setor de Energia Elétrica, que como visto tem posição predominante até 1950.

propriedade do capital investido, que encontram-se resumidos na Tabela 20.

Tabela 20.

Participação de países selecionados no total de IDE de 1951-1960.

(Em US\$ 1000)

Países	Volume	(%)
EUA	410.863	37,15
Suíça	158.015	14,29
Alemanha	144.715	13,08
Reino Unido	73.647	6,60
Canadá	65.058	5,80
França	45.686	4,13
Japão	29.898	2,70
Holanda	19.216	1,73
Itália	6.423	0,5
Total do Grupo	953.521	86,23
Total	1.105.712	100

Fonte: Separata do Banco Central do Brasil Dez/79

Um primeiro aspecto a ser destacado é a relativa estabilidade do grupo de países selecionados no total de IDE no Brasil, que atinge 86,23% destes investimentos no período 1951-60 contra os 83,29% observados até 1950. Porém, algumas mudanças no interior do grupo devem ser comentadas.

Em primeiro lugar, cresce o predomínio norte-americano, que atinge 37,15% do total de investimentos no período contra os 29,25% observados no período anterior. Concomitantemente observa-se a queda significativa da importância canadense, responsável por apenas 5,8% dos IDEs contra os 28,8% obtidos até 1950.

A queda dos investimentos canadenses faz sentido em função da perda de importância dos IDEs no setor de energia elétrica pós 1950, tendo-se em conta que grande parte dos investimentos deste país

encontravam-se concentrados neste setor, em especial através do investimentos da Light & Power.

Nota-se ainda um significativo aumento da participação relativa da Suíça e Alemanha nos total destes investimentos. No caso específico da Alemanha sua participação, que até 1950 era desprezível, passa a representar cerca de 13,2% de todo o investimento estrangeiro no Brasil.

Os dados referentes a propriedade do capital para o período imediatamente posterior encontram-se resumidos na tabela 21

Tabela 21

Participação de países selecionados no total do IDE, de 1961-70

(em US\$ 1000)

País	Volume	(%)
EUA	692.723	27,89
Alemanha	434.891	17,51
Suíça	276.280	11,12
Canadá	139.289	5,60
França	125.571	5,05
Japão	110.123	4,43
Reino Unido	107.941	4,34
Itália	84.646	3,40
Holanda	74.855	3,00
Total do Grupo	2.046.319	82,21
Total	2,482.907	100

Fonte: Separata do Banco Central do Brasil Dez/79

Nota-se no período 1961-70 uma pequena queda da participação do grupo no total dos IDEs em relação ao período anterior, muito embora a concentração dos investimentos destes países no total seja inquestionável. Tem-se ainda como importante tendência a queda relativa da participação norte-americana, que se reduz de 37, 15% no período 1951-60 para 27,89% no período analisado.

Outra importante tendência é a consolidação da posição alemã, como segunda maior exportadora de capital produtivo para o Brasil, fato

extremamente importante tendo-se em vista a participação desprezível dos capitais alemães até 1950. O Japão, ainda que não ocupando lugar de destaque, já ultrapassa o Reino Unido em importância relativa no total dos IDEs na economia. Nota-se ainda a elevação da participação relativa francesa, italiana e holandesa, além da queda na participação da Suíça e do Reino Unido.

Em grande medida, a queda da participação americana em 1960-71 e a consolidação dos interesses europeus encontram-se vinculadas a alterações que se processam no cenário internacional e no padrão de inserção dos capitais produtivos em nível internacional, da qual a característica mais importante é o processo de *catching-up* empreendido em especial pelas economias alemã e japonesa e a ameaça a hegemonia norte-americana no plano produtivo, que se faz sentir no final dos anos 60.

Gráfico 1 - Comportamento de Países Seleccionados no IDE para o Brasil

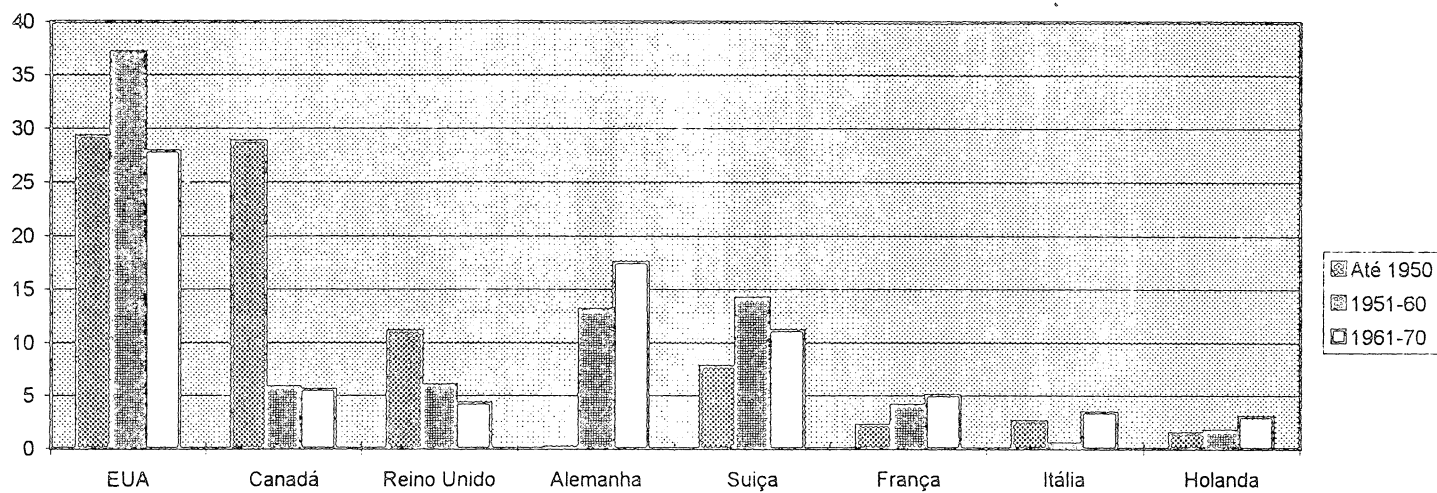
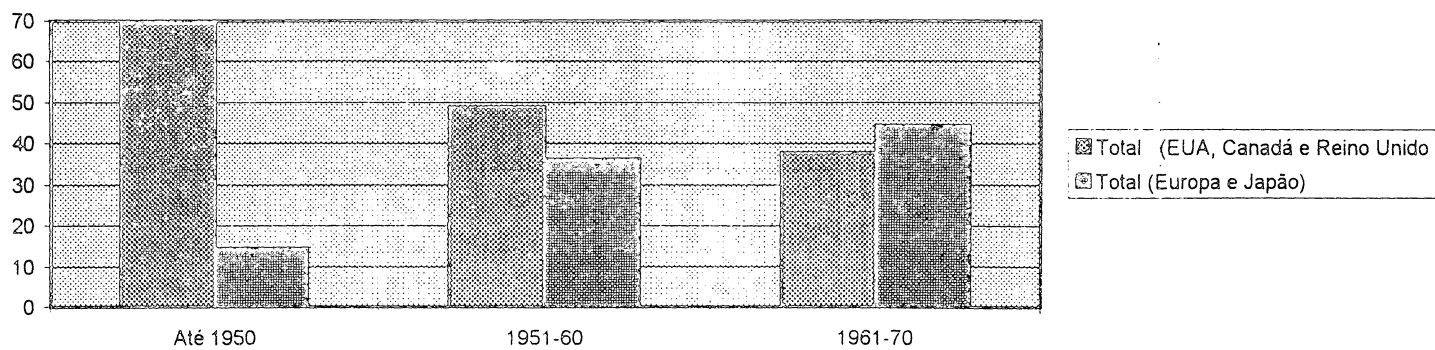


Gráfico 2 - Comportamento dos Grupos no IDE para o Brasil



Os principais aspectos observados pelos gráficos 1 e 2, podem ser assim resumidos. No que se refere ao grupo de países composto por EUA, Reino Unido e Canadá, duas tendências devem ser destacadas: 1. A queda da participação do grupo no período 1951-1960 deve ser atribuída a queda na participação inglesa e, em especial, canadense, vislumbrando-se inclusive a elevação da participação norte-americana e 2. Por outro lado, a queda que se verifica no período posterior, deve ser atribuída, dada a relativa estabilidade canadense e inglesa, a significativa queda da importância norte-americana.

Europa (com exceção do Reino Unido) e Japão apresentam as seguintes características: 1. O crescimento no período 1951-60 deve ser atribuído a elevação significativa das participações alemã e suíça, sendo o comportamento dos outros países praticamente desprezível e 2. O período posterior, marca um crescimento diversificado do grupo. Neste sentido, todos os países elevam sua participação, com exceção da Suíça.

Em grande medida, estes aspectos podem ser explicados a partir das alterações que se processam na conjuntura internacional a partir dos anos 60, e das alterações que se dão no padrão de inserção dos capitais produtivos em nível mundial. Antes porém, é necessário responder-se a indagação central deste capítulo, quer seja, qual o papel desempenhado pelo IDE no processo de industrialização pesada que se verifica pós 1955.

Os principais aspectos observados pelos gráficos 1 e 2, podem ser assim resumidos. No que se refere ao grupo de países composto por EUA, Reino Unido e Canadá, duas tendências devem ser destacadas: 1. A queda da participação do grupo no período 1951-1960 deve ser atribuída a queda na participação inglesa e, em especial, canadense, vislumbrando-se inclusive a elevação da participação norte-americana e 2. Por outro lado, a queda que se verifica no período posterior, deve ser atribuída, dada a relativa estabilidade canadense e inglesa, a significativa queda da importância norte-americana.

Europa (com exceção do Reino Unido) e Japão apresentam as seguintes características: 1. O crescimento no período 1951-60 deve ser atribuído a elevação significativa das participações alemã e suíça, sendo o comportamento dos outros países praticamente desprezível e 2. O período posterior, marca um crescimento diversificado do grupo. Neste sentido, todos os países elevam sua participação, com exceção da Suíça.

Em grande medida, estes aspectos podem ser explicados a partir das alterações que se processam na conjuntura internacional a partir dos anos 60, e das alterações que se dão no padrão de inserção dos capitais produtivos em nível mundial. Antes porém, é necessário responder-se a indagação central deste capítulo, quer seja, qual o papel desempenhado pelo IDE no processo de industrialização pesada que se verifica pós 1955.

#### IV.1.5. IDE e Industrialização Pesada.

A tabela 22 fornece os elementos necessários para a demonstração de que, contrariamente ao verificado no período pré 1950 em que o papel do capital estrangeiro nos surtos de industrialização é secundário, o papel desempenhado por este agente, ao lado do Estado, é de fundamental importância na realização do processo de industrialização pesada pós 1950.

Os dados sobre volume e concentração setorial dos IDEs já se constituem num indicativo do aumento da importância deste capital no processo de industrialização. Porém a afirmação de que o papel dos IDEs é fundamental neste processo necessita de algumas qualificações.

O objetivo desta seção é demonstrar como este aumento no volume dos IDEs e sua concentração setorial se materializam em predominância na propriedade do capital em diversos setores de importância fundamental no processo de industrialização, em especial naqueles setores que verificam elevação no valor agregado industrial no período 1950-1970, quer sejam, os setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico.



**Tabela 22**  
**Importância do Capital Estrangeiro no Processo de Industrialização.**  
**Tipo de Estimativa (% de controle estrangeiro).**

	A	B	C	D	E	F
	Ativos das 300 Maiores Manufaturas <sup>1</sup>	Propriedade da Economia Brasileira <sup>2</sup>	As Principais 500 Companhias <sup>3</sup>	Vendas -1970 <sup>4</sup>	Crescimento <sup>5</sup>	Importância <sup>6</sup>
<b>Categorias Industriais</b>						
<b>Predominância do Capital Nacional</b>						
Artigos de Couro	Nd	37%	Nd	N.d	46	0,60%
Editorial e Gráfica	Nd	0%	0%	2%	71	3,00%
Vestuário e Calçados	Nd	0%	Nd	Nd	65	2,80%
Produtos de Madeira	Nd	0%	Nd	Nd	75	4,20%
Produtos de Papel	29%	12%	5%	24%	129	2,70%
Minerais não Metálicos	22%	21%	Nd	25%	78	5,80%
<b>Predominância do Capital Nacional, com Significante Participação Estrangeira</b>						
Alimentos e Bebidas	32%	53%	40%	8%	63	15,60%
Têxteis	44%	29%	44%	29%	50	10,10%
Fabricação de Metal	25%	38%	44%	54%	154	11,40%
<b>Predominância do Capital Estrangeiro com Significante Participação Nacional</b>						
Química	65%	76%	60%	44%	187	12,10%
Maquinaria	74%	61%	56%	71%	273	6,00%
Maquinaria Elétrica	78%	49%	68%	62%	154	6,30%
<b>Predominância do Capital Estrangeiro</b>						
Fumo	ND	91%	Nd	Nd	88	1,40%
Borracha	100%	82%	94%	58%	95	2,00%
Farmacêutica	100%	94%	87%	N.d	187	5,50%
Equipamento de Transporte	84%	100%	92%	90%	374	8,60%

1- Estimativas de Newfarmer e Mueller (1975)

2 - Estimativas de Jaspersen (1975)

3- Estimativas de Fanzylber (1971)

4. Estimativas de Pignaton (1973)

5 - Os números-índices representam a parte do valor agregado produzido pela indústria em 1968 como porcentagem da parte do valor agregado produzido pela indústria em 1950

Fonte: Vinhas de Queiroz e Evans, 1977.

As quatro primeiras colunas da tabela 22 (A, B, C, D) são indicadores do controle do capital estrangeiro em diversos setores da economia em 1970, de acordo com participação percentual do capital estrangeiro nos ativos das 300 maiores manufaturas na propriedade da economia brasileira, na participação do grupo das 500 maiores empresas e de participação nas vendas em 1970.

De acordo com estes indicadores, o capital estrangeiro tem participação predominante em 1970 nos setores de fumo, borracha, farmacêutica e equipamento de transporte. Sua participação é predominante, porém o capital nacional desempenha um papel importante nos setores químico, maquinaria e maquinaria elétrica. (Evans.P, Vinhas de Queiroz, 1977)

Os setores de artigos de couro, editorial e gráfica, vestuário e calçados, produtos de madeira, produtos de papel e minerais não metálicos, são dominados pelo capital nacional, sendo a participação estrangeira desprezível. E finalmente, os setores de alimentos e bebidas, têxteis e fabricação de metal, são dominados pelo capital nacional, porém a participação estrangeira é importante.

A coluna E é constituída pelos números-índices que representam a parte do valor agregado produzido pela indústria em 1968 como porcentagem da parte do valor agregado produzido pela indústria em 1950. É portanto um indicador de mudança estrutural da indústria brasileira no período.

Os setores onde ocorre predomínio absoluto do capital nacional, com exceção de Produtos de Papel, se caracterizam pela queda na participação do valor agregado industrial em 1968 em comparação a 1950. Dos setores em que apesar do predomínio nacional a participação do capital estrangeiro é importante, apenas o setor de

fabricação de metal, tem um desempenho positivo em termos de aumento no valor agregado industrial.

Situação inversa é observada nos setores dominados pelo capital estrangeiro. Todos os setores em que sua participação é predominante, porém o capital nacional tem papel importante, tiveram desempenho positivo, elevando sua participação no valor agregado industrial em 1968. Nos setores em que há predomínio absoluto do capital estrangeiro, fumo e borracha, observaram queda na participação, porém farmacêutica e equipamentos de transporte, verificaram um aumento significativo.

Duas conclusões são fundamentais. Em primeiro lugar, nota-se a predominância do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmecânico, em especial, química, maquinaria, maquinaria elétrica, farmacêutica e equipamentos de transporte, muito embora a participação do capital nacional seja importante em alguns destes setores. Isto se traduz no estabelecimento do controle estrangeiro das atividades que verificaram crescimento mais intenso no período 1950-1968.

Esta predominância do capital estrangeiro em atividades que verificam um aumento na participação do valor agregado industrial não significa no entanto preponderância. Como visto na Coluna F, o capital privado nacional possui o controle das atividades com maior peso no valor agregado industrial (alimentos e bebidas, têxteis e fabricação de metais). Não obstante, o capital estrangeiro possui o controle de atividade com peso significativo na geração do valor agregado, em especial, no setor químico (com 12,10%) e material de transporte (com 8,60%).

A conclusão desta análise é que a preponderância do capital nacional na geração do valor agregado industrial dá-se sobre base

frágeis tendo em vista o comportamento tendencialmente declinante destas atividades. O mais importante no entanto é o controle do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do paradigma metalmecânico-químico.

Supera-se portanto o papel secundário do IDE no crescimento industrial brasileiro, que se verifica até 1950. Muito pelo contrário, a partir de 50 a predominância do capital estrangeiro nas atividades mais dinâmicas da indústria permitem atribuir a este agente um papel central, ao lado do Estado, na superação do caráter restringido da industrialização brasileira.

#### IV.1.6. Conclusões (1950-1970)

Nesta fase os fluxos de IDE rompem com o padrão de inserção dominante até 1950. O aumento no volume e sua concentração setorial em setores industriais dinâmicos fazem do IDE um elemento fundamental na superação do caráter restringido do processo de industrialização precedente.

Mais importante ainda é que, como será analisado, o padrão de inserção dos IDEs estabelecido neste período, no que tange especificamente à concentração setorial será mantido, não obstante as significativas alterações que se processam no cenário internacional, em especial a superação do paradigma tecnológico metalmecânico-químico pela microeletrônica.

## IV.2. MUDANÇAS INTERNACIONAIS E IDE NO BRASIL (1970- 1980)

### IV.2.1. Condições Internas.

A década de 70 marcou a economia brasileira pela finalização do chamado “milagre econômico”, que iniciou em 1968 estendendo-se até 1973, ano da crise do petróleo, considerada a principal causa, segundo os *policy makers* de plantão, da reversão do ciclo de crescimento da economia brasileira, que atingira neste período a média de 11% aa. (Carneiro, 1991)

Este período de amplo crescimento da economia brasileira encontrava-se assentado no ritmo de expansão dos setores produtores de bens de consumo duráveis. A abundância de liquidez do mercado internacional, em função da reciclagem dos petrodólares do euromercado, e o endividamento familiar, constituíram-se nos pilares básicos da manutenção deste movimento de crescimento explosivo da economia. (Carneiro, 1991)

A partir de 1974 deu-se a implementação do II PND, que garantiu, apesar dos efeitos do choque do petróleo na Balança Comercial brasileira, a manutenção do ritmo de crescimento da economia a sua taxa histórica de 7% aa. O investimento estatal nos setores de bens intermediários, financiados via empréstimo externo, constituiu-se no principal determinante da manutenção do nível de crescimento, dada a retração do investimento privado, que se verificou após o choque do petróleo.

Tem-se portanto a manutenção do ritmo de acumulação interno em contraposição à queda da atividade econômica em nível internacional, tratada mais a frente e que, sobretudo após 1974, deriva

diretamente dos investimentos do Estado nos setores de base da economia.

O que se deve ter em mente é que o padrão de desenvolvimento econômico que caracterizou a economia de 1955 a 1980, materializado pela liderança dos investimentos estatais e estrangeiros aos quais o capital privado nacional associou-se de forma subordinada e pelo financiamento via endividamento externo, sob forte proteção do mercado doméstico à concorrência internacional, foi capaz de promover o rápido crescimento, mesmo durante a crise internacional dos anos 70, com mudanças de caráter estrutural, que permitiram a economia brasileira a conformação de um setor industrial com elevado grau de diversificação, integrado vertical e horizontalmente, constituindo, dentro do paradigma metalmecânico, uma estrutura industrial "madura". (Suzigan, 1992)

#### IV.2.2. Condições Externas

A partir de 1969 foi verificado, em nível mundial, o retrocesso do ritmo de expansão da economia ditado a partir da queda do ritmo de acumulação no setor industrial.

Do ponto de vista dos economistas ortodoxos, a retração do ritmo de crescimento na atividade econômica é fruto do choque de oferta adverso derivado do aumento dos preços do petróleo em 1973, dado o peso deste insumo enquanto principal fonte energética em nível internacional. Este fenômeno tem duas conseqüências. Determina a retração da atividade econômica em função dos impactos sobre a Balança Comercial dos países importadores de petróleo e promove a aceleração do processo inflacionário, dado o

peso do insumo na estrutura de custo de produção dos principais bens.

Entende-se, portanto, o processo de estagflação da economia mundial, iniciado em 1973, como sendo fruto do choque de oferta exógeno ao funcionamento da economia mundial. É justamente sobre o caráter exógeno da crise e sobre o peso dado ao impacto do choque do petróleo que estão consubstanciadas as principais críticas a análise ortodoxa.

De uma forma geral, as análises não-ortodoxas sobre a determinação da crise levam em consideração o impacto do choque petrolífero. A diferença básica está na ênfase dada a este fenômeno. Enquanto as análises tradicionais entendem ser o choque do petróleo a causa central da crise, as análises não-ortodoxas acreditam que este fenômeno apenas acelerou os impactos de uma crise que já vinha sendo gestada no interior da economia mundial durante as *golden ages*<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Para Fajnzylber (1983), por exemplo, a crise é resultado da combinação de dois fatores, o crescimento dos níveis salariais acima da produtividade do trabalho e a saturação do padrão de consumo baseado em bens de consumo duráveis. Estes fatores conjugados irão determinar a queda na taxa de retorno dos investimentos, sobretudo nos setores dinâmicos paradigma tecnológico metalmecânico. Esta queda da rentabilidade determina, sobretudo num ambiente de incertezas como a década de 70, a queda do investimento privado - sobretudo nos setores inovadores - reduzindo sensivelmente os incrementos de produtividade do sistema, o que somado a queda do ritmo de crescimento do comércio internacional, irão determinar a ruptura do mecanismo de círculo-virtuoso que marcou o funcionamento do capitalismo mundial nos anos 50 e 60

Uma visão muito próxima a de Fajnzylber (1983) é encontrada nas explicações neoschumpeterianas para a determinação da crise, em que se destaca a interpretação de Carlota Perez (1985). Em seu modelo de propagação e ciclo de vida de um paradigma, torna-se evidente a determinação, ao longo das fases do ciclo, de uma tendência a queda na taxa de rentabilidade do sistema econômico. Esta fase de transição do sistema econômico, que marca os anos 70, será fruto da inadequação entre o novo paradigma tecnológico gestado durante a crise e o aparato institucional vigente, elaborado de acordo com os padrões tecnológicos do paradigma anterior. Carlota Perez (1985)

O debate sobre o tema não faz sentido no escopo reduzido deste trabalho. O que interessa neste ponto, é marcar o fim de um longo período de crescimento, elemento que afetará o padrão de inserção dos capitais produtivos em nível internacional.

No entanto, a identificação da crise em termos meramente quantitativos (redução do produto) não basta.

A análise das condições vigentes no cenário internacional entre 1970-80, necessita ser complementada pela inclusão de dois fenômenos, fundamentais nas discussões posteriores sobre a conjuntura internacional pós 1980, quer sejam:

1. a gestação de um novo paradigma tecnológico, baseado na tecnologia microeletrônica; e
2. a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho, em que se destaca o crescente peso do Japão e Alemanha, vis a vis a perda de importância.

Antes porém, devem ser tecidos alguns comentários sobre o impacto da ruptura do Bretton Woods sobre o setor produtivo. A análise é justificada em função de sua importância na compreensão tanto dos determinantes do fim da hegemonia norte-americana, no

---

Outra forma de interpretação sobre os elementos determinantes da crise do padrão produtivo, refere-se a visão, de inspiração marxista, de Belluzo e Coutinho, que entendem ser a crise de 70, assim como a crise de 1929, em sua essência uma "crise de realização dinâmica". Trata-se portanto de uma crise de superprodução de um bem específico, e de importância central no modo de produção capitalista, quer sejam, os bens de capital. (Coutinho e Belluzo, 1982). Em outras palavras, é a superacumulação de bens de capital o elemento determinante da queda na rentabilidade dos investimentos produtivos e que promove a redução no ritmo destes investimentos, o que em última instância se traduz em menores taxas de crescimento das economias centrais. (Coutinho e Belluzo, 1982)



plano produtivo - fenômeno central na gestão da nova divisão internacional do trabalho - quanto na configuração de um novo paradigma tecnológico.

#### IV.2.2.1. Implicações da Ruptura do Bretton Woods sobre o Sistema Produtivo.

A partir deste momento será realizada a análise sobre as razões da ruptura do padrão monetário e suas relações com a dinâmica produtiva. O objetivo será demonstrar como a ruptura do padrão monetário de Bretton Woods, um fenômeno aparentemente monetário, é na realidade essencialmente produtivo.

Pode-se dizer, que o padrão monetário "acordado" em Bretton Woods é apenas um reflexo, a materialização no campo monetário, da hegemonia norte-americana nas esferas produtiva-financeira no imediato pós-guerra. A ruptura do padrão monetário deve ser entendida como a ruptura desta hegemonia, sobretudo na esfera produtiva, que se evidencia a partir de finais dos anos sessenta. (Baer, 1990)

Em poucas palavras, o funcionamento de Bretton Woods, sobretudo no que tange à manutenção da moeda americana enquanto padrão monetário internacional e da estabilidade entre as paridades cambiais, encontrava-se intrinsecamente determinado pela dinâmica da economia norte-americana. O nível de liquidez da economia mundial, encontrava-se, dada a função de ativo internacional desempenhada pelo dólar, diretamente relacionado à capacidade de manutenção dos superávits no Balanço de Pagamentos norte-americano. (Baer, 1990)

O fim do acordo de Bretton Woods a partir de 1971, quando o *Federal Reserve Board* passa a desvalorizar o dólar frente ao ouro determinará o fim do sistema de taxas de câmbio fixas, somente pode ser compreendido, em sua plenitude, quando se analisam os fatores que levaram o FED a abandonar a paridade ouro-dólar, e em 1973 a promover desvalorizações do dólar frente a outras moedas, elementos diretamente relacionados à incapacidade da economia norte-americana em manter constantes superávits em seu Balanço de Pagamentos.

É justamente a combinação de uma balança comercial deficitária a partir de 1968, que evidencia a perda de competitividade da economia americana no campo produtivo, com uma conta de capitais historicamente deficitária, em função do processo de internacionalização produtiva empreendido pelas grandes empresas americanas desde o imediato pós guerra, que encontram-se como elementos centrais na determinação do fim do padrão monetário instituído em Bretton Woods. (Baer, 1990).

Em outras palavras, o excesso de dólares no mercado internacional, dados os constantes déficits em seu Balanço de Pagamentos, eram absorvidos pelos bancos centrais da Europa e Japão, dada a necessidade da manutenção das paridades cambiais fixas, o que passou a tornar-se ineficiente do ponto de vista destas economias. (Baer, 1990)

Em suma, o padrão monetário instituído em Bretton Woods era o reflexo da hegemonia americana. Com o fim desta, ao menos no campo produtivo, este padrão monetário torna-se ineficiente, e em grande medida contraditório aos interesses das nações emergentes, sobretudo Japão e Alemanha, que já não “agüentavam” manter as paridades fixas de suas moedas em relação ao dólar - via

compra desta moeda- ou seja, não agüentavam mais “pagar a conta” do desajuste do Balanço de Pagamentos Americano. (Conceição Tavares, 1990)

Como último ponto, merecem alguns comentários as inter-relações entre a sistema produtivo e sistema financeiro. O efeito da queda nos investimentos produtivos é o de promover o deslocamento de capitais, ávidos em perpetuar seu processo de valorização, para o circuito financeiro, crescentemente especulativo, dada, entre outros exemplos, a possibilidade aberta a partir da ruptura do padrão monetário instituído em Bretton Woods, de especular com a compra/venda de moedas nos mercados de câmbio. (Baer, 1990)

Este elemento ajuda a entender o *gap* temporal entre a crise produtiva, que ocorre no início dos anos setenta e a crise do sistema financeiro que irá ocorrer somente no início dos anos oitenta, em função da fragilização financeira das economias periféricas. Estas economias passam a se constituir, após a crise, no *locus*, deste processo de valorização financeira do capital, em função da queda na demanda dos chamados “tomadores de primeira linha”, as grandes empresas multinacionais. (Baer, 1990)

Em suma, crise produtiva, ruptura do padrão monetário e crise do sistema financeiro são fenômenos altamente correlacionados, onde porém o raciocínio simplificador das interpretações ortodoxas é de pouca valia.

#### IV.2.2.2. Gesta3o da Nova Divis3o Internacional do Trabalho.

Os anos 70 evidenciam ainda, a gesta3o de uma nova divis3o internacional do trabalho, onde a hegemonia norte-americana na esfera produtiva passa a ser questionada, com o concomitante aumento da import3ncia da RFA e do Jap3o no cen3rio internacional. (Tavares, 1990)

Segundo Concei3o Tavares (1990) esta eleva3o da import3ncia da RFA e do Jap3o no cen3rio internacional est3 diretamente vinculada ao processo de reestrutura3o industrial que se verifica neste pa3ses desde os anos 50 e que se intensifica posteriormente ao I choque do petr3leo. Ainda segundo a autora, este processo de ajuste das matrizes industriais destes pa3ses p3s 1973 est3 diretamente associado ao ajuste do Balan3o de Pagamentos dos USA, marcado pela pol3tica de *soft-landing* do d3lar, que se entende at3 1979.

“...a pol3tica de ajuste do Balan3o de Pagamentos dos EUA, bem como suas tentativas em manter a hegemonia do d3lar, levaram os demais pa3ses das OCDE, em particular o Jap3o e a Alemanha, a formularem respostas bem sucedidas de reestrutura3o industrial, provocando acentuadas mudan3as na divis3o internacional do trabalho... as flutua33es nas taxas de c3mbio e de juros, acompanhadas de fortes movimentos de capitais, modificaram as condi33es de financiamento do Estado e de rentabilidade da grande empresa dentro dos pa3ses centrais, for3ando a um aumento da competi3o internacional que por sua vez, obrigou a uma r3pida transforma3o industrial e tecnol3gica” (Tavares, 1990, pp. 7)

Desta forma, o ajuste do Balan3o de Pagamentos dos USA, executado a partir de 1973, atrav3s da pol3tica de *soft-landing* do d3lar, determinou a eleva3o da competi3o em n3vel internacional, tornando

o processo de reestruturação industrial promovido pela Alemanha e o Japão, uma verdadeira questão de “sobrevivência” num cenário internacional, marcado pelas contínuas desvalorizações do padrão monetário internacional.

O impacto do ajuste do Balanço de Pagamento dos USA, via desvalorizações cambiais, sobre o processo de reestruturação industrial torna-se evidente no caso do Japão.

“Exatamente o contrário ocorreu no Japão, ao ser forçado a valorizar o iene frente ao dólar, na década de 70. Dada a sua extrema vulnerabilidade externa em matérias primas estratégicas, teve de fazer, por razões de sobrevivência, um ajuste drástico, tanto macroeconômico como em termos de eficiência industrial, para incrementar as exportações, além de economizar petróleo e matérias primas para diminuir o peso das importações. O ajuste, no entanto, não se limitou às políticas macroeconômicas e à busca do equilíbrio do balanço comercial. O Japão empreendeu uma mudança deliberada na sua estrutura industrial que não seguiu a orientação do livre mercado, nem dos preços relativos, nem a busca de vantagens comparativas no mercado internacional...Dedicou-se acima de tudo, à implementação de uma estratégia de transformação tecnológica centrada na eletro-eletrônica de ponta e na difusão acelerada das novas técnicas de informação e controle no interior de todo o aparelho produtivo” (Conceição Tavares, 1990, pp. 8)

Portanto, a crise desencadeada nos anos 70 e a reação dos países centrais, coordenada como no caso do Japão e Alemanha, e não coordenada como no caso norte-americano, são elementos determinantes de um dos principais fenômenos econômicos do fim dos anos 70, quer seja o fim da hegemonia produtiva norte-americana no cenário internacional com paralelo fortalecimento das posições japonesa e alemã, o que somado ao fortalecimento da posição competitiva dos NIC's, sobretudo asiáticos, em setores tradicionais, vem configurar a elevação da competitividade em nível internacional.

#### IV.2.2.3. Geração do Novo Paradigma Tecnológico.

Outra importante alteração verificada pós 1970 foi a superação do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico pelo paradigma microeletrônico<sup>44</sup>, fenômeno diretamente associado à elevação da competitividade em nível internacional acima destacada.

A base tecnológica microeletrônica introduz no processo produtivo um atributo fundamental: a flexibilidade da produção. Os controles lógicos programáveis (CLPs) permitem alterações em características do produto durante o processo produtivo. Um exemplo deste fato pode ser encontrado na indústria siderúrgica. Pode-se durante o processo de produção alterar especificações do produto, tais como largura, espessura ou forma da chapa de aço. Isto é possível devido à informatização da planta.

Deve-se destacar que estas modificações podem ser realizadas diretamente por operários da firma, os quais passam assim a interferir diretamente no processo produtivo, modificando as relações da força de trabalho no interior da fábrica. Exige-se uma maior qualificação da mão-de-obra que passa a ser especializada, provocando uma diminuição nas escalas hierárquicas da firma.

A inserção da microeletrônica confere à produção um caráter automatizado, flexível e reprogramável em contraste com o observado na base tecnológica metalmeccânica onde a produção era automatizada, rígida e não reprogramável. O setor dinâmico da economia passa a ser o Complexo Eletrônico - informática, telecomunicações, microeletrônica,

---

<sup>44</sup> A vinculação entre a elevação da competitividade internacional, em que se destaca o processo de *catching up* promovido pelo Japão e as alterações no plano produtivo parecem claras na observação de Tavares (1990) de que "O Japão empreendeu uma mudança deliberada na sua estrutura industrial...centrada na eletro-eletrônica de ponta "

automação industrial e bens de consumo eletro-eletrônicos. Cabe assinalar que enquanto uma base tecnológica, a microeletrônica perpassa todos os setores industriais, atuando desde a indústria siderúrgica até a indústria de bens de capital, o que difunde os ganhos de produtividade da inserção microeletrônica por toda a economia. (BNDES, 1988)

Em termos de modelo, o fordismo é substituído pelo toyotismo dentro deste contexto de esforço competitivo internacional. Esta nova organização da produção pautada nas mudanças conferidas pela nova base tecnológica, que proporciona maior flexibilidade à produção, redução de custos e aumento da produtividade, agrega ao elemento competitivo o aumento da qualidade e a diferenciação do produto. (Coutinho, 1992 e Miranda, 1989)

Os elementos destacados acerca da concepção do novo modelo de desenvolvimento econômico, o chamado toyotismo, podem ser observado com maior intensidade nos chamados *Keiretsus* japoneses. Foram estes grandes conglomerados industriais que desenvolveram novos métodos de produção como o *Just in Time*, o *Kanban* e o *Total Quality Control*, todos relacionados com a flexibilidade da produção e que se aproveitaram das mudanças mudanças de caráter técnico com o objetivo de reduzir custos, aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, características que aprofundam-se durante os anos 80 e a primeira metade dos anos 90 (Coutinho, 1992 e BNDES, 1988)

Vejamos agora qual o impacto destas mudanças (crise produtiva, ruptura do padrão financeiro, mudança tecnológica e configuração uma nova divisão internacional do trabalho) sobre o padrão de internacionalização dos capitais produtivos pós 1975.

#### IV.2.3. Padrão de Inserção dos IDEs pós 1975 em Nível Internacional.

A partir de 1975 o padrão internacional dos fluxos de IDE sofre significativas alterações em comparação ao período anterior. Não obstante, um primeiro ponto que merece destaque é a continuidade do crescimento destes fluxos, apesar da crise mundial que se instala a partir de 1973.

“The available information shows that, in spite of the slowdown in world economic growth and the heightening of international economic uncertainties, growth in the activities of TNC’s continued at a steady pace” (UNCTC, 1994, pp32)

As diferenças centrais deste período em relação ao anterior, encontram-se no direcionamento dos fluxos de IDE, tanto no que refere a origem de propriedade, quanto ao papel desempenhado por países e regiões enquanto receptores destes fluxos, em que se destacam dois movimentos centrais: 1.a redução da importância dos IDEs de origem norte-americana, concomitantemente ao aumento da importância japonesa e alemã e 2. o aumento da importância dos USA enquanto receptor dos fluxos de IDE, constituindo-se em 1985 no principal receptor destes fluxos de investimento produtivo. (UNCTC, 1994)

A tabela 23 demonstra a queda de importância dos USA e aumentos da importância japonesa e alemã, enquanto exportadores de capitais produtivos. Destaca-se ainda a relativa estabilidade do papel desempenhado pelas economias desenvolvidas na exportação de capitais produtivos, com participação, ao longo do período 1960-1985, acima dos 95% do estoque de capital produtivo exportado



Tabela 23

## Principais países e regiões exportadoras de IDE

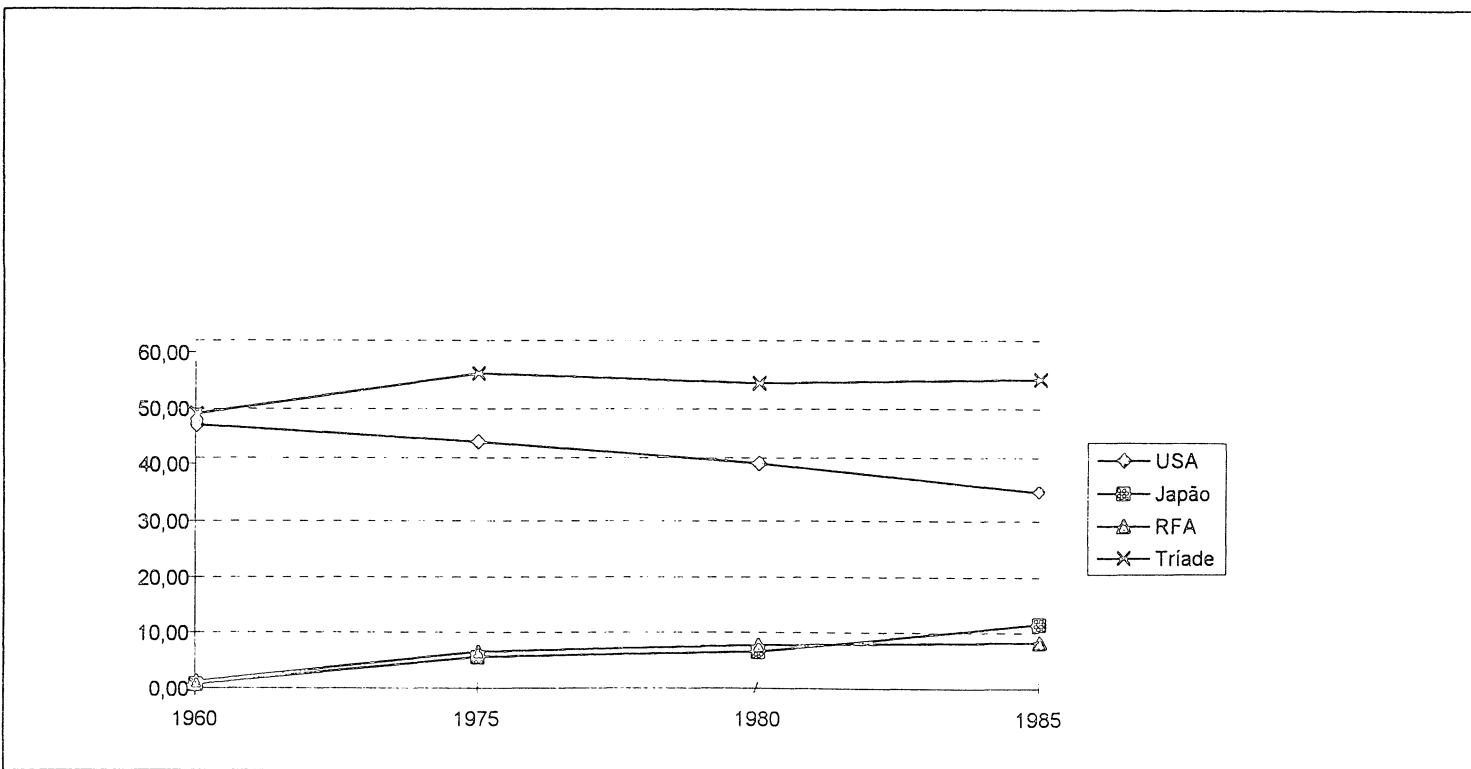
País/ Região	1970		1975		1980		1985	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
<b>Economias desenvolvidas</b>	<b>67,00</b>	<b>99,0</b>	<b>275,4</b>	<b>97,70</b>	<b>535,70</b>	<b>97,20</b>	<b>693,30</b>	<b>97,20</b>
USA	31,90	47,1	124,2	44,00	220,30	40,00	250,70	35,10
Inglaterra	12,40	18,3	37,00	13,10	81,40	14,80	104,70	14,70
Japão	0,50	0,70	15,90	5,70	36,50	6,60	83,60	11,70
RFA	0,80	1,20	18,40	6,50	43,10	7,80	60,00	8,40
Suíça	2,30	3,40	22,40	8,00	38,50	7,00	45,30	6,40
Holanda	7,00	10,3	19,90	7,10	41,90	7,60	43,80	6,10
Canadá	2,50	3,70	10,40	3,70	21,60	3,90	36,50	5,10
França	4,10	6,10	10,60	3,80	20,80	3,80	21,60	3,00
Itália	1,10	1,60	3,30	1,20	7,00	1,30	12,40	1,70
Suécia	0,40	0,60	4,70	1,70	7,20	1,30	9,00	1,30
Outros	4,00	5,90	8,50	6,40	17,40	3,20	25,60	3,60
<b>Economias em desenvolvimento</b>	<b>0,70</b>	<b>1,00</b>	<b>6,60</b>	<b>2,30</b>	<b>15,30</b>	<b>2,80</b>	<b>19,20</b>	<b>2,70</b>
<b>Total</b>	<b>67,70</b>	<b>100,</b>	<b>282,0</b>	<b>100,0</b>	<b>551,00</b>	<b>100,00</b>	<b>712,50</b>	<b>100,00</b>

\* Referente ao estoque de IDE por país ou região em US\$ Bilhões.

Fonte: UNCTC, 1994

O gráfico 3 permite vislumbrar este aspecto, destacando-se também o papel desempenhado pela Tríade na exportação de capitais produtivos, que aumenta sua participação na exportação de capitais produtivos durante o período 1960-75 de 49,7% para 55%, mantendo-se posteriormente estável neste nível.

Gráfico 3



Não obstante o aspecto que cabe ressaltar, no que tange a origem de propriedade dos estoques de IDE exportados, refere-se a queda da importância dos investimentos de origem norte-americana, ainda que a preponderância dos investimentos americanos seja inquestionável.

A tabela 24 demonstra claramente o segundo fenômeno destacado, isto é: o aumento da importância dos USA enquanto receptores de capitais produtivos

Tabela 24

Principais países e regiões receptoras de IDE						
Principais países e regiões receptoras de IDEs						
País/Região	1975		1983		1985	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Economias desenvolvidas	185,30	75,10	401,00	75,60	478,20	75,00
Oeste da Europa	100,60	40,80	159,60	30,10	184,30	28,90
USA	27,70	11,20	137,10	25,90	184,60	29,00
Outros*	57,00	23,10	104,30	19,70	109,20	17,10
Japão	1,50	0,60	5,00	0,90	6,10	1,00
Economias em desenvolvimento	61,50	24,90	138,40	24,40	159,00	25,00
África	16,50	6,70	19,60	3,70	22,30	3,50
Ásia	13,00	5,30	40,10	5,80	49,60	7,80
A.L e Caribe	29,70	12,00	73,20	13,80	80,50	12,60
Outros	2,30	0,90	5,40	1,00	6,60	1,00
Total	246,80	100,00	539,40	100,00	637,20	100,00

\* Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul.

Fonte: UNCTC, 1994

Destaca-se ainda, a estabilidade na distribuição dos estoques de IDE entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Ao longo do período 1975-1985, os estoques de IDE nos países desenvolvidos manteve-se estável, em torno de 3/4 do total, enquanto os países em desenvolvimento permaneceram com cerca de 1/4 destes estoques.

Não obstante tal tendência de estabilidade na distribuição dos estoques, observa-se, no interior dos países em desenvolvimento, o aumento da importância asiática concomitantemente a perda de importância do continente africano e da América Latina e Caribe, enquanto receptores destes capitais. Isto reflete uma tendência, que irá se aprofundar ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, de aumento na competição entre os países em desenvolvimento pelos fluxos de IDE (Barros, 1993)

Resume-se desta forma, as principais tendências do padrão internacional dos fluxos de IDE no período de crise da economia mundial (1975-1985), em que se destacam, como dito, o aumento da importância do capital japonês e alemão enquanto exportadores de capital em detrimento a importância dos investimentos de origem norte-americana e a elevação dos USA enquanto área de destino dos fluxos de IDE. (UNCTC, 1994)

Neste ponto torna-se interessante procurar responder a seguinte questão: quais os elementos que permitem compreender as alterações entre o padrão de difusão dos investimentos produtivos em escala internacional do período 1950-1970 em relação ao período que se segue, 1970-1985 ?

No que tange especificamente a queda de importância dos investimentos produtivos das firmas de origem norte-americana, ou o que é o mesmo, o aumento da importância dos investimentos de firmas não-americanas, em especial alemãs e japonesas e ao aumento da importância dos USA enquanto receptor destes investimentos, a explicação mais "plausível" de acordo com a UNCTC (1994) , encontra-se nas análises que enfocam as alterações no padrão de competitividade internacional, que se verifica sobretudo a partir dos anos 70.

Estas explicações partem da suposição teórica a *la Hymer* (1976) e Dunning (1979) de que o processo de internacionalização produtiva tem como condição necessária a posse de algum *unique asset*, que possibilite a firma que pretende transnacionalizar-se, obter vantagens em comparação as concorrentes.

Embora para Hymer (1976), esta seja apenas uma condição necessária, assim como para Dunning(1979), onde a posse do *unique asset* é apenas um dos elementos explicativos deste processo, há na literatura recente sobre o tema um relativo consenso de que o processo de internacionalização das empresas norte-americanas é fruto da posse de ativos, que possibilitaram vantagens competitivas destas empresas vis a vis suas concorrentes européias. (UNCTC, 1994)

“The period of the Second World War and the post-war reconstruction had opened up a wide gap between United States firms and those of other industrialized countries. United States firms emerged from that period with an accumulation of the technological and organizational assets that are the basis for a firm’s ability to operate in foreign countries. That gap between United States and non- United States companies led to an increase in the level of foreign operations and the share of foreign operations in the total activity of United States companies” (UNCTC, 1994, pp.43)

Não obstante a reconhecida limitação<sup>45</sup> da explicação para o fenômeno, esta ordem de explicação fornece um importante elemento na compreensão do padrão de difusão internacional dos investimentos

---

<sup>45</sup> Este tipo de argumentação não explica por exemplo porque a exploração desta vantagem competitiva não se fez através de exportações. A teoria da internacionalização e o modelo de ciclo do produto de Vernon (1966), contribuem significativamente na resposta a esta questão. No caso específico da teoria da internacionalização as imperfeições do mercado, como por exemplo , as elevadas barreiras tarifárias da Europa no pós Guerra, constituem-se no elemento central da explicação para a internacionalização vis a vis a opção de exportação. No caso do modelo de Vernon (1966), o *processo de catching up* empreendido por firmas não americanas, possibilitado pela maturação de produtos e processo, constitui-se novamente no elemento central da análise

produtivos, quer seja, a vinculação entre a capacidade competitiva das firmas e sua capacidade em transnacionalizar-se, elemento que insere a discussão sobre internacionalização produtiva num contexto dinâmico<sup>46</sup>.

Se o processo de internacionalização produtiva pós Segunda Guerra pode ser associado a vantagem competitiva das firmas norte-americanas, então a perda de importância dos USA na difusão de investimentos produtivos em nível internacional pós 1970, deve ser entendida, por analogia, como fruto da perda de competitividade destas firmas vis a vis suas concorrentes europeias e japonesas.

“Since the early 1970’s, however, corporations based in home countries other than the United States have probably in the process of catching up with United States TNC’s. IF the transnational expansion of United States firms in Western Europe was, in fact, based on technological superiority, the recovery of Western European corporations would have worked to diminish the capability of United States corporations to expand further in Western Europe. At the same time, it would have increased the incentive for Western European companies to become transnationals...The transnational expansion of Japanese corporations appears to be due to superior technological and organizational factors...The hypothesis that non United States TNC’s have been gaining in competitiveness relative to their United States counterparts is in agreement with the dramatic increase observed in FDI in the United States in the 1980s. TNC’s from industrialized countries other than the United States are now strong enough to compete with United States corporations on their own home ground, and they have been anxious to position themselves in the huge United States market, where their presence before 1980 was relatively small”. (UNCTC, 1994, pp.44 e 45)

---

<sup>46</sup> Destaca-se ainda que como visto em seção anteriores, esta versão da UNCTC não leva em consideração elementos objetivos que estimularam os IDE norte-americanos no pós guerra, como por exemplo a desvalorização das moedas europeias e as barreiras tarifárias. A versão da UNCTC também não incorpora a necessidade de expansão das firmas frente as limitações geográficas.

A perda de competitividade das empresas norte-americanas ao longo dos anos 70 e, sobretudo a partir dos anos 80, pode ser verificada através de diversos indicadores, dentre eles a comparação dos saldos comerciais entre USA, RFA e Japão, constitui-se num indicativo preciso do fenômeno.

Tabela 25  
EUA, Japão e Alemanha - Saldos Comerciais

(US\$ mil)

Indústria	1970	1975	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Manufatureira								
USA	4154	21196	13369	-3942	-28925	-82377	-107566	-138626
RFA	14424	39338	62317	68174	59013	60235	68131	89902
Japão	13180	42393	119152	107197	113403	131689	137550	162311

Fonte: Fajnzylber, 1989.

Em suma, as alterações no padrão de difusão dos investimentos produtivos em nível internacional pós 1970, em que se destacam, a perda de importância dos investimentos de origem norte-americana e o paralelo aumento dos USA na recepção destes investimentos, devem ser entendidas, de uma forma geral, como fruto das alterações no padrão de competição internacional e na distribuição das vantagens competitivas das firmas baseadas em distintos países, em consequência do processo de *catching up* empreendido pelas empresas de origem, em especial, japonesa e alemã, e do aumento da competitividade internacional de alguns NIC's, em setores tradicionais.

#### IV.2.4. Padrão de Inserção dos IDEs (1970-1980).

Seguindo o padrão realizado até o presente momento, analisa-se nesta seção o volume, a origem de propriedade e a concentração setorial dos investimentos estrangeiros na economia brasileira. No que tange especificamente ao volume nota-se, através dos dados da Tabela 26, que o movimento iniciado a partir de 1950 de aumento do volume dos IDEs no Brasil tem continuidade no período 1970-1979, em que se destaca o significativo crescimento deste volume no período 1973-1978.

Tabela 26

#### Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil (1971-1979)

(em US\$ 1000)

Ano	Investimento	Reinvestimento	Total
1971	284.445	168.844	453.289
1972	499.805	289.902	789.707
1973	1.058.739	361.992	1.420.731
1974	1.049.491	493.484	1.542.975
1975	1.178.069	331.700	1.509.769
1976	1.177.393	553.983	1.731.376
1977	1.223.539	559.604	1.783.143
1978	920.604	501.073	1.421.677
1.sem/79	63.413	-94.959	-31.546
Total	9.644.558	4.899.204	14.543.762

Fonte: Banco Central do Brasil.

É interessante que o crescimento do volume de IDE dá-se após o período do milagre econômico (1969-1973), justamente durante o



período do II PND (1974-1978), muito embora já em 1978, e sobretudo no primeiro semestre de 1979, nota-se a desarticulação do interesse estatal de manter o crescimento independentemente da crise internacional de 1973, com os interesses do capital privado internacional, que passa a retrair-se.

Em termos de origem de propriedade destes investimentos percebe-se a manutenção do padrão estabelecido no período 1961-1970 (vide Tabela 21). O único destaque no período refere-se ao crescimento da importância japonesa no total do IDE em 1979 quando atinge 10% deste volume, comparativamente a participação no período anterior (1961-70), em que este agente era responsável por apenas 4,43% destes investimentos. Destaca-se ainda a estabilidade da participação dos IDEs de origem norte americana (tabela 27)

Tabela 27

## Investimentos Externos no Brasil

## Origem de Propriedade do Capital

Posição em 30.06.79

País	Investimento	Reinvestimento	Total	(%)
Estado Unidos	2.486.303	1.608.440	4.076.743	28,0
Alemanha	1.529.748	661.536	2.191.284	15,1
Suiça	1.025	658.485	1.684.447	11,6
Japão	1.352.588	106.917	1.459.505	10,0
Reino Unido	467.809	361.212	829.021	5,7
França	313.520	297.453	610.973	4,2
Canadá	388.825	187.514	576.339	4,0
Holanda	178.373	130.854	309.227	2,1
Itália	141.293	74.668	215.961	1,5

Fonte: Banco Central do Brasil

Os dados referentes a concentração setorial dos IDEs, encontram-se resumidos na tabela 28

Tabela 28

Investimentos Externos no Brasil - Distribuição por Ramos de Atividade  
Posição em 30-06-79 (Em US\$ 1.000)

Ramo de Atividade	Invest.	Reinvest.	Total
Indústria Extrativa Mineral	274,834	54,801	329,635
Indústria de Transformação de Min. não Metálicos	7.162,94	4.086,56	11249,501
Transformação de Minerais não Metálicos	139,234	164,409	303,643
Mat. de Const. Civil, Cerâmica e Artefs de Cimento	71,172	80,987	152,159
Cimento	36,112	52,225	88,337
Vidro e Cristal	31,951	31,197	63,148
Metalurgia	834,13	358,826	1192,956
Siderurgia	261,75	63,073	324,823
Metalurgia	572,38	295,753	868,133
Mecânica	1.004,04	360,179	1364,222
Material Elétrico e de Comunicação	848,054	402,675	1250,729
Material de Transporte	1207,163	747,504	1954,667
Construção Naval	66,643	20,154	86,797
Material Ferroviário	9,271	2,841	12,112
Veículos Automotores	828,901	559,246	1388,147
Auto-Peças	301,455	164,797	466,252
Construção Aeronáutica	893	107	1000
Madeira	133,931	20,653	154,584
Celulose - Papel - Papelão	228,114	114,711	342,825
Borracha	112,551	257,642	370,193
Química	1381,074	801,389	2182,463
Produtos Químicos Básicos	1098,603	465,284	1563,887
Derivados do Processamento de Petróleo	98,877	275,931	374,808
Fósf. de Segurança. Tintas, Vernizes e Lacas	43,868	45,026	88,894
Adubos e Fertilizantes	139,726	15,149	154,875
Produtos Medicinais, Farmacêuticos e Vet.	387,958	206,355	594,313
Têxtil	245,346	115,446	360,792
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	59,928	23,816	83,744
Produtos Alimentares	250,721	431,175	681,896
Beneficiamento, Torrefação e Moagem	8,388	62,291	70,679
Frigoríficos	14,714	332	346,714
Produtos Alimentares Diversos	227,619	369,553	597,172
Bebidas	44,996	20,137	65,133
Fumo	119,473	11,393	130,866
Editorial e Gráfica	14,752	12,477	27,229
Diversas	151,473	37,773	189,246
Serviços de Utilidade Pública	21350	6,858	21356,858
Agricultura	53,211	18,118	71,329
Serviços	1.934,76	615,905	2550,669
Outras	197,458	116,964	314,422
Total Geral	9.644,56	4.899,20	14543,762

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil - Separata de Dez- 1979

Alguns aspectos merecem ser destacados. Em primeiro lugar torna-se nítida a preponderância das indústrias de transformação com 77,3% dos IDEs total até 1980 vis a vis a indústria extrativa mineral, os serviços de utilidade pública, serviços e agricultura, que representavam 2,3%, 0,2%, 17,5% e 0,5%, deste total.

Mais interessante ainda é notar a concentração destes investimentos em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico<sup>47</sup> e nas chamadas *commodities industriais*<sup>48</sup> vis a vis os setores tradicionais<sup>49,50</sup>

Os resultados são claros. Os setores dinâmicos do paradigma metalmeccânico-químico e as *commodities* industriais respondem por mais de 50% do total dos IDEs até 1980. Por outro lado, todo o grupo do setor tradicional responde por 15,3% deste total, evidenciando portanto uma forte concentração dos IDEs nos setores dinâmicos.

Confirma-se portanto no período 1970-80 a manutenção do padrão de inserção dos IDEs na economia brasileira verificada no período 1950-1970. O volume crescente até 1978, a manutenção do predomínio norte-americano e a concentração setorial em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico são os elementos que corroboram esta afirmação.

Mas qual o efeito destes elementos no que tange a posição do IDE na economia brasileira?

Tendo-se como indicativo a participação na vendas para o ano de 1980, tem-se claramente a manutenção do papel central

---

<sup>47</sup> Mecânica, Material de Transportes, Adubos, Fertilizantes e Fosfatos de Segurança, Tintas e Vernizes, Lacas e Produtos Médicos e Veterinários.

<sup>48</sup> Siderurgia, Metalurgia, Derivados de Petróleo, Produtos Químicos Básicos, Papel e Celulose e Borracha

<sup>49</sup> Transformação de Minerais não Metálicos, Madeira, Têxtil, Vestuário, Calçados, Artefatos de tecidos, Alimentos, Bebidas e Fumo

<sup>50</sup> Segue-se o mais proximamente possível, em função da agregação dos dados a divisão setorial de Santos Filho (1995)

desempenhado pelo IDE na indústria brasileira, igualmente verificado no período 1950-70, em especial nos setores: fumo, produtos farmacêuticos, material de transporte, borracha, perfumaria e sabões, material elétrico, metais não ferrosos e mecânica em que sua participação é superior a 40% do total das vendas.

Tabela 29

Participação das Empresas por Origem de Capital no Total das Vendas para 1980

<u>Gêneros</u>	<u>Nacionais Privadas</u>	<u>Empresas Estrangeiras</u>	<u>Empresas Estatais</u>
Minerais não metálicos	72	28	0
Ferro e Aço	37	23	40
Metais não-ferrosos	56	44	0
Produtos Metálicos	75	23	2
Mecânica	59	41	0
Material Elétrico	56	44	0
Material de Transporte	29	68	3
Madeira	95	5	0
Mobiliário	97	3	0
Papel e Celulose	75	21	5
Borracha	37	63	0
Couros e Peles	85	15	0
Produtos Químicos	27	21	52
Produtos Farmacêuticos	28	71	1
Perfumaria e Sabões	47	53	0
Plásticos	83	17	0
Têxtil	78	22	0
Vestuário e Calçados	96	4	0
Produtos Alimentares	81	18	1
Bebidas	85	15	0
Fumo	27	73	0
Editorial e Gráfica	91	3	6

Fonte: BNDES. 1992

## PARTE V.

### V.1. IMPORTÂNCIA DOS IDEs PÓS 1980

#### V. 1. 1. Condições Externas.

Em função da importância nas discussões posteriores, a seção encontra-se organizada em três blocos. Num primeiro momento são analisadas as principais alterações que se processam em nível macroeconômico no cenário internacional, com especial destaque para os efeitos da política de valorização do dólar (1979-85) e do acordo de Plaza (1985) sobre o ritmo da atividade econômica mundial.

Posteriormente, são analisadas as principais tendências atuais que, a grosso modo, são denominadas “processo de globalização” da economia, em que se destacam além do crescente movimento de expansão do capital em sua forma produtiva, os aspectos referentes a “globalização da concorrência” (Chesnais, 1990), a “regionalização de mercados e processos produtivos” (Santos Filho, 1993) e os aspectos financeiros da globalização, a globalização financeira.

A seção é finalizada com a caracterização, breve, das principais alterações que se processam ao longo do período no setor industrial, com destaque para a configuração do C.E enquanto eixo dinâmico da atividade industrial e da expansão dos novos métodos de organização da produção, num contexto de aumento do grau de especialização das estruturas produtivas no interior dos países da OECD.

É necessário sublinhar que a complexidade dos temas abordados faz com que a seção tenha como objetivo central apenas a demarcação, em caráter por vezes descritivo, dos processos analisados. Elementos que, no entanto, não poderiam deixar de ser

analisados, ainda que de forma breve, em função de sua importância na compreensão da atual inserção dos capitais produtivos externos na economia brasileira.

#### V.1.1.1. Aspectos Macroeconômicos.

Em 1979, em função do fracasso do ajuste do Balanço de Pagamentos via política de *softlanding* do dólar (instituída desde 1973), verificou-se a reversão da política monetária e cambial norte-americana e das demais economias da OECD que acompanharam, de forma relativamente alinhada, as medidas de elevação das taxas de juros do mercado norte-americano e de valorização do dólar. (Baer, 1990). Estas medidas tornavam clara a opção de mudança na estratégia do FED no ajuste Balanço de Pagamentos dos EUA.

Durante o período 1973-79, como visto, o ajuste do Balanço de Pagamentos foi centrado na busca de superávits comerciais através da promoção de uma política de desvalorizações graduais do dólar. No entanto, a fuga de capitais durante o período, fruto desta política cambial e da manutenção do processo de internacionalização do sistema industrial norte-americano, tornavam o ajuste via balança comercial ineficaz frente aos desajustes da conta capital. (Baer, 1990, Conceição Tavares, 1990)

A saída encontrada pelo FED foi reverter esta estratégia, concentrando esforços na obtenção de superávits na conta capital, para os quais seriam fundamentais a elevação das taxas de juros internas e uma forte valorização do câmbio, elementos que caracterizaram a política econômica norte-americana no período 1979-85, a chamada "política do dólar forte". (Conceição Tavares, 1990)

Esta política acentuou o desequilíbrio da Balança Comercial norte-americana, cujo determinante central encontrava-se na perda de competitividade do sistema industrial desde meados dos anos 60. No entanto, foi eficaz em determinar o incremento dos fluxos de capitais de curto prazo - em função do diferencial de juros - que possibilitaram o ajuste do Balanço de Pagamentos, via movimento de capitais autônomos.

Em suma, o movimento geral da “política do dólar forte” deu-se no sentido de agravar a perda de competitividade do setor produtivo norte-americano em nível internacional, e de vincular o financiamento do déficit em transações correntes aos movimentos da conta capital, o que elevou os encargos financeiros do Estado.

“ Os EUA continuaram desta forma piorando a situação de seu Balanço Comercial, endividando-se com o resto do mundo e agravando seus desequilíbrios macroeconômicos ao longo da década de 80. De uma posição de credores líquidos internacionais desde 1914, passaram a devedores líquidos, com uma velocidade impressionante, entre 1982 e 1985. Esse endividamento não se deveu ao declínio comercial, mas sobretudo, à diplomacia do dólar forte e ao endividamento financeiro do Estado. Projeções feitas por Cline mostram uma mudança nas posições líquidas dos ativos dos EUA, desde 1980 até 1992, de aproximadamente, US\$ 1,2 trilhões” (Conceição Tavares, 1990, pp.14 e15)

A “política do dólar forte” determinou um movimento recessivo da economia mundial, em especial nos países em desenvolvimento, como conseqüência da elevação dos encargos financeiros do endividamento externo destes países, que passaram a transferir parcelas significativas de sua renda para os países credores. No caso brasileiro, por exemplo, a necessidade de geração de divisas (fruto das elevações nos juros) desencadeou um ajuste de caráter recessivo que objetivava a



obtenção de superávits comerciais via redução da atividade econômica interna, para compensar o déficit associado a conta de juros<sup>51</sup>.

A crise foi superada apenas em 1984, em função da retomada do crescimento da economia norte-americana. O elemento determinante desta retomada foi a elevação dos gastos do setor público norte-americano, sobretudo no setor militar, política que ficou amplamente conhecida na literatura econômica como “keynesianismo bélico” ou *warfare state*.

Em 1985, durante o acordo de Plaza, foi revertida a política cambial e monetária norte-americana, que passou a se caracterizar pela redução das taxas de juros e promoção de desvalorizações do dólar. Esta política tinha um duplo objetivo. Em primeiro lugar, reduzir os encargos financeiros do Estado americano, francamente comprometido pela política monetária restritiva implementada pelo FED desde 1979. Em segundo lugar, buscava elevar a competitividade do setor exportador comprometido pela valorização cambial do dólar no período 1979-85.

A política desvalorização do dólar foi incapaz de reverter a tendência de agravamento do déficit comercial norte-americano. Apenas a partir de 1988 tem-se a reversão deste quadro, como resultado do processo de reestruturação industrial dos EUA diretamente vinculado a expansão, via IDE, dos *keiretsus* japoneses<sup>52</sup>. (Conceição Tavares, 1990)

O que interessa destacar, em função dos objetivos do trabalho, é que o caráter recessivo do início dos anos 80 na economia mundial foi superado pós 1984 . A partir deste ano abriu-se uma nova fase de crescimento da economia mundial, alavancada pelo crescimento da

---

<sup>51</sup> Elemento analisado na próxima seção do trabalho.

<sup>52</sup> A discussão será realizada com maior detalhamento nas próximas seções

economia norte-americana, muito embora tenha-se instaurado nas regiões periféricas uma profunda crise com aceleração do processo inflacionário, que tornou a situação social destas regiões ainda mais difícil.

#### V. 1. 1. 2. Principais Tendências do Cenário Internacional.

O objetivo desta seção é analisar as principais características do cenário internacional pós 1980, que encontram-se além da esfera macroeconômica.

A grosso modo, pode-se afirmar que, os anos 80 e princípio dos anos 90 são marcados pelo processo de globalização da economia. Neste sentido, o objetivo desta seção é dar conteúdo ao termo<sup>53</sup>, enquanto elemento distintivo do cenário internacional pós 1980.

Adota-se neste sentido, o conteúdo encontrado nos recentes trabalhos da OECD (1992) de associação da globalização a uma nova fase do processo de internacionalização do capital, ao qual adicionam-se elementos relativos a globalização da concorrência (Chesnais, 1990), a regionalização de mercados e processos produtivos (Santos Filho, 1994a) e da globalização financeira (BNDES, 1991, Gonçalves 1996, Zini Júnior, 1996 )<sup>54</sup>

Nega-se portanto, a vinculação do conceito de globalização a um mero processo de expansão das trocas<sup>55</sup> ou de intensificação do

---

<sup>53</sup> Não obstante os recentes esforço de conceituar globalização, enquanto resumo das principais tendências internacionais pós 1980, "são raros os termos econômicos tão impregnados de ideologia quanto a palavra globalização" (Chesnais, 1995)

<sup>54</sup> Veja o quadro sinóptico ao final da seção.

<sup>55</sup> "Generalizando, globalização é o período histórico atual marcado pela ampliação das trocas econômicas e culturais entre os habitantes da terra" Zini Júnior, 1996, pp.116

processo de internacionalização do capital, sem alterações em relação ao padrão precedente. (OECD, 1992, Chesnais, 1995)

A associação entre globalização e expansão das trocas internacionais, comum nos principais veículos de comunicação enquanto elemento distintivo do cenário internacional pós 1980, não encontra suporte empírico. Durante os anos 80 e princípio dos anos 90 a expansão comercial foi significativamente lenta quando comparada ao ritmo de expansão do capital em sua forma produtiva (via IDE) ou financeira (via investimentos de portfólio) (Chesnais, 1995). Em outras palavras, a expansão comercial no período não se constitui no elemento predominante do contexto internacional, não devendo portanto ser considerada o elemento distintivo do processo de globalização<sup>56</sup>.

A vinculação do conceito de globalização a uma mera intensificação do processo de internacionalização precedente falha em reconhecer um grande número de características qualitativas que permitem afirmar "que a expansão do capital nesta fase dá-se sobre bases significativamente distintas" em relação ao período precedente. (OECD, 1992)

Mas quais os elementos que distinguem a atual fase de expansão do capital da fase precedente de internacionalização produtiva que ocorre, como visto nas seções anteriores, desde o início dos anos 50, a partir da internacionalização do sistema industrial norte-americano ?

---

<sup>56</sup> Não se nega que pós 1980 os fluxos de comércio verificaram um importante processo de expansão. Ocorre que a magnitude do processo de expansão comercial é significativamente inferior a expansão do capital em sua forma produtiva e financeira, o que impede portanto que seja a expansão comercial o elemento fundamental do recente processo de globalização (Chesnais, 1995)

De acordo com a OECD (1992), quatro elementos distinguem esta nova fase de expansão do capital, são eles:

1. o crescimento sem precedentes dos fluxos de IDE. Entre 1983-89 o IDE nos países da OECD cresceu a taxa média anual de 31,4%, aproximadamente três vezes mais que o comércio (11, 0%), a FBCF (11,9%) e o GDP (10,4%). (OECD, 1992). Para se ter uma idéia do significado desta expansão, basta assinalar que do estoque mundial de US\$ 1, 7 trilhões de IDE no final de 1990, mais de US\$ 800 bilhões se concretizaram entre 1985-90 (Santos Filho, 1993). Ainda no que tange a expansão do IDE, destaca-se entre outras características, o aumento de importância do IDE em fusões / aquisições<sup>57</sup>;
2. a predominância do IDE nos setores de serviços vis a vis sua concentração em atividades manufatureiras que caracterizavam a expansão precedente. Até 1970 o setor de serviços representava cerca de 25% do total do estoque de IDE no mundo. Em 1980, esta participação salta para cerca de 50%, destacando-se ainda que, recentemente este setor tem absorvido entre 55 e 60% do total dos fluxos de IDE;
3. o papel predominante desempenhado pelas MNE's no comércio internacional, destacando-se ainda o significativo volume de comércio intra-firma . Estima-se neste sentido, que as empresas

---

<sup>57</sup> Entre 1982-88, os IDEs norte-americanos em novos estabelecimentos somaram cerca de US\$ 58 bilhões, enquanto as aquisições/fusões representaram US\$ 300 bilhões (Santos Filho, 1993)

multinacionais estão envolvidas em cerca de 40% do total do comércio de manufaturas da OECD (Chesnais, 1995); e

4. a emergência de uma estrutura de oferta altamente concentrada e o surgimento de um oligopólio global como resultado da reestruturação produtiva e do crescimento dos investimentos em fusões/aquisições entre fronteiras.

Este último aspecto deve ser tratado com cautela. A priori, o processo de oligopolização das estruturas de oferta da economia mundial não pode ser considerado totalmente recente. São conhecidos os elevados graus de concentração verificados já desde as primeiras décadas do século na indústria petrolífera e em muitas indústrias de metais não-ferrosos.

No entanto, dois elementos distinguem o recente processo de formação de um oligopólio global do processo precedente de oligopolização da economia: (Chesnais, 1990):

1. a extensão do processo de oligopolização da economia, que passa a ser verificado em diversos setores econômicos, inclusive em setores de serviços (tabela, 30); e
2. a verificação em setores de alta intensidade tecnológica de estruturas altamente concentradas (tabela 31)

Tabela 30

## Concentração da Oferta Mundial em Setores Selecionados

Setores	Anos	Concentração da produção mundial
Automóveis	1984	78% da produção em 12 firmas
Componente de vidro para automóveis	1988	88% da produção em 7 firmas
Processamento de Dados/DRAM	1987	100% da produção em 10 firmas
Processamento de Dados/ ASIC	1989	100% da produção em 12 firmas
Prolipropileno	1980	50% da produção em 8 firmas
Poliestireno	1980	69% da produção em 8 firmas
Serviços em Computação	1988	54,4% da oferta em 8 firmas
Propaganda	1989	60,7% da oferta em 16 firmas
Serviços em Consultoria	1989	80% da oferta em 15 firmas

Fonte: OECD, 1992.

Tabela 31

## Estrutura de Mercado em Setores Selecionados do C.E

(% das dez maiores empresas no total da produção mundial)

Computadores		Telecomunicações		Semicondutores	
Firmas	(%)	Firmas	(%)	Firmas	(%)
IBM	51	AT&T	23	IBM	10
Digital	8	Alcatel	9	NEC	8
Burroughs	5	Siemens	7	Texas Inst	7
Control Data	4	ITT	7	Hitachi	7
NCR	4	N.Telecom	7	Motorola	7
Fujitsu	4	Ericsson	7	Philips	6
Sperry	4	IBM	7	Toshiba	5
Hewlett Packard	4	Motorola	7	AT&T	4
NEC	3	Nec	6	Fujitsu	4
Siemens	3	GTE	5	Intel	3
Total	90	Total	85	Total	61

Fonte: OECD, 1992

Em suma, de acordo com OECD (1992), o elemento distintivo do processo de globalização da economia, enquanto síntese dos principais movimentos recentes da economia, encontra-se no estabelecimento de novas bases de expansão do capital em nível internacional, destacando-se enquanto elementos constitutivos desta nova base de expansão do capital, o crescimento sem precedentes dos fluxos de IDE concentrados em serviços e sob a forma de fusões e aquisições, além do papel de destaque das MNEs no comércio internacional e da expansão da estrutura de mercado do tipo oligopólio em nível global.

No entanto, o conceito de globalização da OECD (1992) não incorpora elementos fundamentais na compreensão dos movimentos recentes da economia internacional. A crítica que pode-se estabelecer a este conceito refere-se a sua concentração na expansão do capital em sua forma produtiva.

Em outras palavras, o conceito da OECD (1992) não incorpora, ao menos explicitamente, importantes elementos da dinâmica recente que compõem o processo de globalização, em que se destacam: o processo de globalização da concorrência; a regionalização de mercados e processos produtivos e a globalização financeira.

O processo de globalização da concorrência constitui-se no acirramento da competição em nível internacional, fruto do processo de *catching up* empreendido pelas economias alemã e (sobretudo) japonesa, durante os anos 60 e 70 - e que acentua-se pós 1980 -. (Chesnais, 1995).

Novamente deve-se destacar que, a priori, este processo não se constitui num fato novo. O elemento que diferencia o acirramento da concorrência recente do ocorrido durante os anos 60 e 70 e que, claramente rompe com certas "convencões" deste processo, refere-se

ao “ataque” promovido pelas empresas japonesas, via IDE, ao mercado americano.

“One of most important international developments of the 1970s was the irruption of the major Japanese firms in a number of industrial sectors, not only as major actors in world markets, but also as entrants into the prevailing oligopoly who were not prepared to accept...Japanese oligopolists broke the unwritten conventions of the previous phase of international oligopolistic expansion. They attacked the major US firms in their domestic economy, first through exports and then in the 1980 through direct investment, depriving US firms in many industries (consumer electronics first, later cars and machine tools, now semiconductors) of huge market shares, not simply in “neutral” or “third party” markets, but in their own *home economy*” (Chesnais, 1990, 10).

Além do processo de *catching up* empreendido durante os anos 60 e 70 pela economia japonesa que se traduz num aumento da competitividade de suas firmas e possibilita a disputa de mercados (inicialmente via exportações e posteriormente via IDE), destaca-se ainda como propulsor deste processo a valorização do iene pós 1985, que reduz o custo de aquisição de ativos no mercado norte-americano.

O resultado deste processo é a aceleração do processo de reestruturação do sistema industrial norte-americano, iniciado a partir de um conjunto de políticas de isenções fiscais e depreciação acelerada do capital, empreendidas a partir de meados dos anos 80 pelo governo dos EUA. Assim:

“ No período de 1984-90, sua reestruturação industrial foi sendo promovida pelo aumento da taxa de investimento com incentivos fiscais e depreciação acelerada das empresas, mas, principalmente impulsionada pela competição ou a complementaridade do investimento direto estrangeiro, não só japonês, como de todos os países capitalistas do mundo” (Conceição Tavares, 1990, pp. 14)



Destaca-se ainda que, em grande medida, este processo de internacionalização dos *Keiretsus* japoneses, é conseqüência do processo de formação de blocos comerciais em fins dos anos 80 e princípio dos anos 90, e da resultante ameaça protecionista que emerge da formação de tais blocos (Nafta e CEE). Desta forma, a globalização da concorrência e a própria internacionalização do capital, devem ser entendidas num contexto de regionalização de mercados e processos produtivos.

“ A aceleração da integração econômica européia, assim como o fato de que o crescimento econômico aberto dos Estados Unidos (principal “locomotiva” do crescimento mundial nos anos 80) se fez seguir por um movimento de institucionalização de um bloco norte-americano, constituíram-se forças que se moveram na direção da regionalização de mercado protegidos e puxados por cada um desses dois membros da “Triade”. Tal perspectiva protecionista representou ameaça particularmente para os conglomerados japoneses, ainda relativamente introvertidos do ponto de vista da produção industrial nos primeiros anos da década...A valorização do iene a partir de 1985 atuou no mesmo sentido” (Santos Filho, 1994a, pp.140)

Como conseqüência da expansão regionalizada do capital produtivo, tem-se a constituição de redes de produção com núcleo regional (Santos Filho, 1993), que se caracterizam pela determinação de “processos produtivos integrados e relativamente autônomos no nível regional de cada macromercado”<sup>58</sup> .(Santos Filho, 1993, pp.141)

---

<sup>58</sup> É preciso acrescentar que, em grande medida, a formação destas redes de produção com núcleo regional encontram-se vinculadas às mudanças nos métodos de organização e gestão da produção (veja-se próxima seção). Por exemplo, a articulação *just-in-time* entre fornecedor-cliente torna necessária a proximidade física das unidades produtivas, sendo portanto mais um elemento a corroborar a formação das redes de produção com núcleo regional. (Coutinho, 1992)

Em suma, o conceito de globalização da OECD, para que este represente uma síntese dos principais movimentos da economia pós 80, deve ser inserido num contexto de globalização da concorrência, e de regionalização de mercados e processos produtivos. Resta ainda analisar o plano financeiro da globalização, a chamada globalização financeira.

#### V.1.1.3. Aspectos Financeiros da Globalização.

A globalização financeira pode ser entendida como um fenómeno que abrange fundamentalmente três dimensões, que se reforçam mutuamente: (Gonçalves, 1996)

1. maior integração entre os sistemas financeiros nacionais, sobretudo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, para o qual tem ajudado o processo de liberalização cambial recente;
2. acirramento da competição interbancária, e entre bancos e instituições financeiras; e
3. internacionalização dos serviços e produtos do sistema financeiro, no sentido de que não residentes de um país podem utilizar serviços financeiros oferecidos externamente.

Este processo de globalização financeira pós 80 tem seu ponto de partida na determinação da conversibilidade das moedas europeias em fins dos anos 50, ao qual soma-se a internacionalização das atividades bancárias que também se faz notar no período (Baer, 1990). A formação do mercado de euromonedas em meados dos anos 70,

acelerada pela reciclagem dos petrodólares, é outro elemento importante na aceleração deste processo de globalização das atividades financeiras (Gonçalves, 1996)

Mais recentemente, contribuíram para este processo, as medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros das economias centrais, movimentos facilitados pelas novas tecnologias de comunicação-informação de base microeletrônica. (BNDES, 1991).

O movimento de liberalização-desregulamentação do sistema financeiro age em duplo sentido:

1. reduz os obstáculos a atuação de empresas financeiras em diversas atividades do sistema, contrastando portanto com os padrões segmentados do sistema financeiro até 1980; e
2. permite que instituições não-financeiras realizem operações até então restritas às instituições financeiras.

A concorrência no sistema financeiro, fruto desta ruptura na segmentação de mercado que marca o sistema financeiro internacional até 80, é visível através dos dados da tabela 32, em que se destaca a redução da importância dos bancos comerciais e o paralelo aumento dos fundos de pensão no total da intermediação financeira norte-americana.

Tabela 32

**Intermediação financeira nos Estados Unidos**  
(distribuição percentual dos ativos financeiros)

	1950	1970	1993
<b>Instituições por depósito</b>			
Bancos Comerciais	51,2	38,6	25,1
Instituições de poupança	13,4	18,7	6,7
Cooperativas de crédito	0,3	1,1	2,0
<b>Intermediários por Contrato</b>			
Seguradoras	25,3	18,7	15,6
Fundos de Pensão	4,1	13,1	22,1
<b>Outros Tipos</b>			
Financeiras	3,2	4,8	4,3
Fundos Mútuos	1,1	3,5	12,9
Demais Agentes	1,4	1,5	11,3
Valor dos Ativos (US\$ bilhões)	294	1.340	15.387

Fonte: Zini Júnior, 1996.

Por outro lado, resultado destes movimentos de liberalização-desregulamentação do sistema financeiro, verifica-se a ocorrência de um movimento de desintermediação das atividades bancárias, em que se destaca o papel recentemente desempenhado pelas empresas na captação de recursos via emissão de títulos securitizados. (BNDES, 1991)

Este processo vem reduzindo a atuação dos bancos comerciais à colocação e garantia dos títulos de grandes empresas privadas. A vantagem - para as empresas - é que reduz-se o custo de captação dos recursos, em consequência da eliminação do intermediário.

Embora muito mais intenso nas grandes empresas internacionais, os efeitos da desintermediação bancária são visíveis também no Brasil. A colocação de títulos no mercado internacional por

grandes empresas nacionais ou multinacionais que atuam no país já não é novidade:

“ Várias operações desse tipo foram realizadas em 1990, como por exemplo, as da Bayer e do Grupo Vendex, que representaram a captação de US\$ 630 milhões através da emissão de *commercial papers* ... A Petrobrás, Vale e Telebrás captaram recursos da ordem de US\$ 1 bilhão, até setembro de 1991... A Odebrecht finaliza uma colocação de US\$ 100 milhões. A Valmet e a Metalúrgica Barbará realizaram lançamentos de cerca de US\$ 550 milhões” (BNDES, 1991, pp. 8)

Em suma, o processo de globalização financeira tem seus movimentos iniciais na internacionalização bancária e formação do euromercado, acentuando-se a partir dos anos 80 quando da verificação dos processos de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros das economias centrais.

A liberalização cambial nos países centrais, movimento recentemente seguido pelas economias periféricas, reforça o processo de globalização financeira, na medida em que facilita os movimentos dos fluxos de capitais entre-países. (BNDES, 1991).

O resultado desta liberalização, por exemplo, na economia brasileira, deu-se no sentido de uma forte ampliação do volume de investimentos externos indiretos. Assim, os investimentos em carteira (de curto prazo) no Brasil passaram de US\$ 171 milhões em 1990 para cerca de US\$ 21,6 bilhões em 1994. (Gonçalves, 1996).

A análise dos efeitos dos processos de globalização financeira e liberalização cambial encontram-se além dos objetivos deste trabalho. No entanto, alguns pontos importantes para a caracterização dos movimentos recentes dos fluxos de IDE e do cenário nacional, tema das próximas seções, devem ser destacados:

1. o crescente aumento da importância do capital em sua forma financeira tem levado alguns autores, em especial Chesnais, a interpretar os movimentos recentes da economia internacional como determinantes de um novo padrão de acumulação do capital, caracterizado pela manutenção da riqueza em sua forma financeira. A possibilidade de valorização do capital em sua forma dinheiro, num ambiente de crescente preferência pela liquidez, dada a elevada instabilidade do sistema, seria o elemento distintivo deste novo padrão de acumulação do capital. Alguns dados, além de reforçar elementos já analisados, corroboram esta análise:

i. estima-se que os mercados de câmbio movimentem por dia cerca de US\$ 1 trilhão (BIS, 1994);

ii. verifica-se um crescimento no período compreendido entre 1980-88 de 8,5 vezes nos valores transacionados nos mercados de câmbio, contra apenas 3,5 vezes nos fluxos de IDE, 2 vezes nos fluxos comerciais e 1,95 vezes no crescimento do produto. (Chesnais, 1996);

iii. enquanto a FBCF na OECD cresceu a taxa média anual de 2,3%, os ativos financeiros acumulados cresceram cerca de 6,0% aa. (Chesnais, 1996); e

iv. o total de ativos financeiros acumulados atinge, em 1992, cerca de US\$ 35,4 trilhões, dos quais aproximadamente US\$ 13, trilhões possuídos pelos departamentos financeiros das EMNs, um valor quase 10 vezes superior ao total dos estoques dos IDEs que, em 1990, chegavam a aproximadamente US\$ 1,7 trilhões,

demonstrando-se claramente a preferência das grandes corporações em manter sua riqueza na forma financeira (líquida).

2. o crescimento dos movimentos do capital financeiro vis a vis os movimentos em sua forma produtiva e comercial, reduz significativamente a capacidade de controle/atuação das Autoridades Monetárias (AM), mesmos dos principais Bancos Centrais, sobre o mercado financeiro internacional (Chesnais, 1996);

3. a liberalização cambial age no mesmo sentido. O crescente volume<sup>59</sup> de investimentos externos indiretos (de curto prazo) reduz a capacidade de controle/atuação das AM frente a movimentos especulativos ao Balanço de Pagamentos, sobretudo dos países em desenvolvimento. (Gonçalves, 1996). A crise cambial mexicana de 1994 é um exemplo claro deste fenômeno;

4. o ambiente instável e especulativo que caracteriza o mercado financeiro, associado a perda de controle das AM frente ao volume de transações diariamente realizadas, elevam significativamente o risco de uma crise sistêmica, não obstante o crescente aumento dos instrumentos de *hedge* em nível microeconômico (Chesnais, 1996); e

5. o recente *boom* de IDE<sup>60</sup>, sobretudo na forma de fusões/aquisições foi amplamente favorecido pelo grande número de inovações do mercado financeiro internacional. (OECD, 1992)

---

<sup>59</sup> o ingresso de investimentos de portfólio na América Latina salta da média anual de US\$ 5,4 bilhões no período 1986-90 para US\$ 67,9 bilhões (BIS, 1994).

<sup>60</sup> Veja-se próxima seção

#### V.1.1.4. Considerações Finais.

Em suma, os principais movimentos recentes, e que distinguem o processo de globalização do processo precedente de internacionalização são relativos a expansão do capital em sua forma produtiva e principalmente financeira (Chesnais, 1996).

A globalização no plano produtivo, a globalização da concorrência, a regionalização de mercados e processos produtivos e os aspectos financeiros da globalização são fenômenos que se retroalimentam.

A expansão do IDE pós 1980, por exemplo, encontra elementos determinantes na regionalização de mercado e na expansão das inovações financeiras, que facilitam um maior número de fusões/aquisições, assim como também é fruto direto do acirramento da competição interoligopólica em nível internacional.

Da mesma forma, o caráter regional da expansão do capital e a formação de redes de produção foram o resultado (e ao mesmo tempo incentivaram) o grande volume de IDE sob a forma de fusões / aquisições, novamente facilitadas pelas inovações financeiras dos anos 80<sup>61</sup>.

Uma das conseqüências marcantes deste processo é a elevação da concentração dos principais fluxos de capital (financeiro, produtivo e comercial) na OECD, em especial da região triática, o que contradiz a noção mais comum do conceito de associar esta expansão recente do capital a uma redução das diferenças inter-regionais.

---

<sup>61</sup> O que se deve ter claro é que a ordem de determinação causal dos processos acima analisado por diversas vezes não se dá num único sentido. Em outras palavras, uma das principais características dos processos acima descritos, é seu caráter retroalimentador



“Recent calculations made by the United Nations Centre on Transnational Corporations show that “between 1980 and 1988, intra -Triad foreign-direct-investment stock nearly tripled, from \$ 142 billion to \$ 410 billion. In 1980, the stock within the Triad accounted for 30 per cent of world-wide stock of inward investment; by 1988, intra -Triad stock had increased to an estimated 39 per cent of world-wide inward stock. Intra - Triade trade also grew more rapidly than world trade, increasing from 13 per cent to 17 per cent of world trade over the period “ (OECD, 1992, pp. 214)

O processo de globalização age portanto, no sentido de elevar a concentração da riqueza mundial, ou em outras palavras, de marginalizar parcelas crescentes da população mundial em relação aos padrões de vida “globalizados”. Ainda mais grave, marginaliza regiões inteiras dos principais fluxos de capital, elevando portanto as desigualdades no ritmo de desenvolvimento entre o mundo desenvolvido e os países em “desenvolvimento”.

É neste contexto internacional complexo e marcado por profundas mudanças que devem ser entendidos os movimentos dos fluxos de capital produtivo. Antes porém, é realizada uma breve análise dos principais mudança no padrão industrial internacional.

#### V.1.1.5. Principais Características do Setor Industrial pós 1980.

As principais características do setor industrial mundial pós 1980 nas economias avançadas são fruto dos elementos acima analisados<sup>62</sup>. No entanto, o objetivo da seção constitui-se apenas em demarcar três aspectos importantes do sistema industrial pós 80.

---

<sup>62</sup> Por exemplo, as mudanças tecnológicas, sobretudo após 1970 e que aprofundam-se durante os anos 80, sobretudo no sistema industrial japonês e alemão, não podem ser entendidas sem levar-se em consideração as pressões sobre estas economias das políticas de desvalorização do dólar durante 1973-79 e pós 1985 (Tavares, 1991) e de uma forma mais ampla, dos efeitos sobre estes sistemas industriais, da globalização da concorrência.

Em primeiro lugar, seguindo-se as tendências visualizadas durante os anos 70, tem-se a constituição do C.E enquanto eixo dinâmico da atividade industrial (Laplane, 1992, OECD, 1992). Três elementos são fundamentais na corroboração desta afirmação:

1. o “peso” do C.E nas estruturas industriais dos países desenvolvidos é crescente. Na economia norte-americana, por exemplo, o complexo já supera o complexo automobilístico e químico em termos de valor nas vendas (Pessini, 1993 e Fanzylber, 1993);

2. as taxas de crescimento dos mercados do C.E são em geral muito elevadas. Alguns setores, como por exemplo a telefonia celular, tem taxas de crescimento anual superior a 20%. O setor é certamente o mais dinâmico em termos de taxas de crescimento no interior do sistema industrial (Pessini, 1993); e

3. mais importante ainda é a verificação de que os setores do C.E constituem-se no eixo irradiador do progresso técnico pelo setor industrial. A capacidade inovativa dos demais setores industriais encontra-se diretamente vinculada ao ritmo de inovações determinado no interior do C.E (Laplane, 1992). A introdução de tecnologia de base microeletrônica em setores tradicionais ou caracterizados pela base tecnológica metalmeccânica tem promovido a “revitalização”, no sentido da retomada das taxas de crescimento, de setores “maduros” (Laplane, 1992)

Em suma, o C.E passa a se constituir no setor determinante da dinâmica da atividade industrial pós 1980 em função de seu crescente peso na estrutura industrial, de suas elevadas taxas de crescimento e de seu papel enquanto difusor do progresso técnico na atividade

industrial, que em grande medida tem promovido a retomada das taxas de crescimento de setores já “maduros”.

Outra importante característica da estrutura industrial pós 1980 é a crescente importância dos novos métodos de gestão/organização da produção, “caracterizado pela articulação das cadeias de suprimento e de distribuição através de redes que minimizam estoques, desperdícios, períodos de produção e tempos de resposta, tornando os processos mais rápidos e eficientes” (Coutinho, 1996, pp.220).

Finalmente, cabe destacar, que tais mudanças configuram um processo divergente entre os diversos sistemas industriais, diferentemente do padrão industrial característico dos anos 50 e 60, que é marcado pela convergência entre os distintos padrões de industrialização. (Laplane, 1992)

Em outras palavras, é característica marcante do padrão industrial recente, o elevado grau de especialização das distintas estruturas industriais. Mesmo os países que compõem a tríade são incapazes de internalizar de forma competitiva, ao menos até o momento, todos os ramos do C.E.

Em suma, os elementos que caracterizam o padrão industrial pós 80 encontram-se na constituição do C.E enquanto eixo dinâmico da atividade industrial e pela extensão dos novos modos de organização da produção. A característica fundamental deste processo é o elevado grau de especialização no interior dos ramos C.E que marca um processo de industrialização não-convergente, mesmo entre os países centrais. (Laplane, 1992, Coutinho, 1996).

### V.1.2. Padrão Recente de Inserção dos IDEs em Nível Internacional.

A caracterização do padrão de inserção dos IDEs durante o período recente já foi parcialmente realizada durante a seção anterior, em função da importância deste elemento na contextualização das principais tendências da economia internacional. O objetivo desta seção é fornecer alguns novos elementos a análise

Antes contudo, a título de revisão, vale lembrar as principais características do padrão de inserção dos IDEs no período 1975-85, quer sejam:

1. estabilidade na expansão dos fluxos de IDE, não obstante a crise que marca a economia internacional, sobretudo no período 1979-83;
2. aumento da importância do Japão e Alemanha enquanto exportadores de capital produtivo, em detrimento do papel desempenhado pelos EUA;<sup>e</sup>
3. aumento do papel dos EUA enquanto área de destino dos investimentos.

Algumas destas características continuam válidas (e inclusive acentuam-se) no período posterior (1986-1990), em específico o aumento da importância do Japão<sup>63</sup> e Alemanha enquanto exportadores

---

<sup>63</sup> Em 1988, os investimentos japoneses alcançam seu pico histórico, na marca de US\$ 48 bilhões, bastante superior por exemplo ao total investido em 1994 de US\$ 18 bilhões, ano da recuperação dos IDEs japoneses em relação a crise de 1991-92. (UNCTC, 1995). Como consequência a participação japonesa no estoque de IDEs salta de 4% em 1980 para 11% em 1989. (Santos Filho, 1993).

de capital produtivo e o papel preponderante dos EUA enquanto área de destino destes investimentos<sup>64</sup>. A diferença fundamental do período 1986-90 em relação a fase anterior encontra-se no crescimento brutal dos IDEs. Enquanto durante o período 1981-85 os estoques de IDE crescem a taxa média anual de 5,4%, no período 1986-90 este crescimento é da ordem de 19,8%. (UNCTC, 1995). Isto é consequência da significativa expansão nos fluxos de IDE no período 1986-90, em torno de 25% aa. (Barros, 1993).

Alguns elementos característicos da expansão dos fluxos de IDE no período pós 1986-90, que já foram tratados, merecem ser retomados. Em primeiro lugar, esta expansão dá-se sobretudo na forma de fusões e aquisições<sup>65</sup>.

Outro elemento importante é o caráter regional desta expansão do capital produtivo, característica central do processo de internacionalização com regionalização de mercados. Estima-se, por exemplo, que as empresas japonesas investem cerca de quatro vezes mais nos países em desenvolvimento da Ásia do que as empresas da CEE. (UNCTC, 1995).

Outro exemplo do caráter regional da expansão recente do capital em sua forma produtiva, encontra-se no padrão alemão. Estima-se que, por exemplo, o estoque de IDE alemão na Ásia (com exceção do Oeste) é a metade do estoque de IDE que o país possui na Espanha. Os fluxos de capital alemão para a Ásia durante o período

---

<sup>64</sup> A continuidade do papel preponderante dos EUA na absorção dos IDEs é demonstrada pelo salto na participação do estoque mundial, que passa de 18% em 1980 para 27% em 1989, seguido proximamente pela CEE com 22% do total destes estoques. (Santos Filho, 1993)

<sup>65</sup> Estima-se que a participação desta forma de investimento foi responsável por cerca de 70% do total de IDE no período. (Barros, 1993).

1990-93 foram menores do que os absorvidos pela Áustria. (UNCTC, 1995)

Esta tendência de regionalização dos fluxos de IDE pode ser notada também a partir dos dados da tabela 33.

**Tabela 33**  
**Fluxos de IDE dos NICs Asiáticos para os NICs Asiáticos, China, Sul e**  
**Sudeste da Ásia**  
**(% dos fluxos médios anuais)**

Economia receptora	1983-86	1987-90
<b>Sul e Sudeste da Ásia</b>		
Índia	1	3 <sup>b</sup>
Indonésia	11	19
Malásia	19	41
Filipinas	6	18 <sup>c</sup>
Tailândia	13	31
<b>Nics</b>		
Coréia do Sul	3	5 <sup>b</sup>
Taiwan	10	14
China	55	66 <sup>b</sup>

a. conforme economia receptora

b. 1987-88

c. 1987-89

Fonte: Santos Filho, 1993

Os anos de 1991-92 irão marcar a reversão da tendência de expansão dos fluxos de capital produtivo. Em 1992, os fluxos de IDE foram da ordem de US\$ 160 bilhões, contra US\$ 217 bilhões verificados em 1990. Em grande medida, esta "recessão" do IDE é consequência da relativa paralisação do movimento de fusões / aquisições nestes anos. (Barros, 1993, UNCTC, 1995)

No entanto, este breve período de recessão<sup>66</sup> é superado já em 1993, em função da retomada dos níveis de fusões / aquisições entre fronteiras aos patamares (aproximadamente cerca de US\$150 bilhões) verificados em 1990. Alguns elementos interessantes devem ser destacados.

Em primeiro lugar, nota-se que a recuperação é fruto da expansão sobretudo dos investimentos norte-americanos pós 1993. Na realidade, esta expansão já é visível em 1992, quando os IDEs norte-americanos, cresceram cerca de 70%, comparativamente a 1991 (Barros, 1993). Em 1994, os fluxos IDE dos EUA atingiram cerca de US\$ 46 bilhões, aproximadamente 1/5 dos fluxos mundiais no período, fazendo com que “the United States reasserting its lead once more as the principal home economy for FDI” (UNCTC, 1995).

Os investimentos japoneses cresceram cerca de 30% em 1994 (atingindo cerca de US\$ 18 bilhões) mas encontram-se ainda significativamente abaixo de seu pico em 1990 (US\$ 48 bilhões), o que reduz seu papel enquanto exportador de capital

Este é um importante aspecto da recuperação pós 1993 dos fluxos de IDE, pois rompe com a tendência verificada no período 1975-90 de perda de importância dos investimentos norte-americanos. O elemento explicativo deste fenômeno, encontra-se ao aumento da competitividade das empresas norte-americanas pós 1990 (UNCTC, 1995), consequência da reestruturação produtiva do sistema industrial norte-americano durante os anos 80, francamente favorecida, como visto acima, pela expansão dos capitais japoneses (Conceição Tavares, 1990)

---

<sup>66</sup> O volume dos fluxos de IDE em 1994 é ainda cerca de quatro vezes maior que o verificado durante o início dos anos 80. (Barros, 1993), o que relativiza o caráter recessivo do período.

Já no que se refere a importância dos EUA enquanto receptor de IDE, a situação permanece inalterada. Em 1994, o valor dos IDEs para o país atingiram a cifra de US\$ 49 bilhões, o que mantém sua posição de liderança na absorção dos fluxos de IDE. Mantém-se também a posição absolutamente marginal do Japão na absorção dos fluxos de IDE. Em 1994 o país recebeu apenas US\$ 900 milhões, valor aproximadamente igual ao recebido pela República Checa. (UNCTC, 1995).

Destaca-se ainda o crescimento da importância dos países em desenvolvimento na absorção dos fluxos de IDE. Em 1993 estes países absorveram cerca de US\$ 73 bilhões, registrando um crescimento de 34% em relação a 1992. Em 1994 os fluxos atingiram cerca de US\$ 84 bilhões, indicando um crescimento da ordem de 15%, o que levou estes países a absorver cerca de 37% do total de IDE neste ano. Estes dados contrastam com o desempenho dos países desenvolvidos que em 1994, por exemplo, tiveram uma redução em 2% na absorção dos fluxos de IDE. (UNCTC, 1995).

O crescimento dos fluxos para os países em desenvolvimento ocorre de forma singularmente concentrada no continente asiático, que absorve 70% dos fluxos de IDE para os países em desenvolvimento, em especial da China que constitui-se em 1994 no segundo país, atrás apenas dos EUA, enquanto receptor dos IDEs, absorvendo cerca de 40% do total dos IDEs destinados aos países em desenvolvimento (aproximadamente US\$ 34 bilhões). (UNCTC, 1995)



Tabela 34

Os 10 maiores países em desenvolvimento receptores de IDE em 1993

(milhões de dólares)

País	Fluxos
Total para os países em desenvolvimento	73.351
Total, para as dez maiores	58.009
% das dez maiores no total para os países em desenvolvimento	79
China	27.515
Singapura	6.829
Argentina	6.305
Malásia	5.206
México	4.901
Indonésia	2.004
Tailândia	1.715
Hong Kong	1.667
Colômbia	950
Taiwan	917
% das nove maiores no total de IDE para os países em desenvolvimento (excluindo a China)	42

Fonte: UNCTC, 1995.

Apenas os fluxos de IDE para a China nos anos de 1993 e 1994 (US\$ 61,5 bilhões) são superiores ao valor do estoque de IDE no Brasil até 1993 (US\$ 40,3 bilhões), destacando-se que o Brasil neste ano ocupa a quinta colocação entre os principais detentores de estoques de IDE dentro do grupo dos países em desenvolvimento, o que dá uma idéia da dimensão do processo de internacionalização da estrutura produtiva chinesa. (UNCTC, 1995)

A importância dos países em desenvolvimento da Ásia nos fluxos de IDE é consequência, entre outros fatores, da dinâmica do mercado destes países - que registram taxas de crescimento superiores a da economia internacional - e do potencial de mercado de algumas destas economias, sobretudo a China.

No entanto, alguns países latino-americanos (Argentina, México e Colômbia) apresentam papel de destaque na absorção recente dos fluxos de IDE. A explicação para este fenômeno é singularmente distinta do ocorrido na Ásia. O elemento central na determinação dos fluxos de IDE para os países latino americanos encontra-se nos programas de privatização empreendidos sobretudo pós 1990<sup>67</sup>.

O efeito desta vinculação IDE-privatização é o aumento da "volatilidade" dos IDEs na América Latina. Findado o processo de privatização reverte-se a posição do país no fluxos de IDE<sup>68</sup>.

Apesar do crescimento dos fluxos de IDE para os países em desenvolvimento, os estoques de IDE, permanecem em seu nível histórico, de  $\frac{3}{4}$  para os países desenvolvidos, contra  $\frac{1}{4}$  para os países em desenvolvimento<sup>69</sup>. Da mesma forma, permanece inalterada a participação, acima de 90%, dos países desenvolvidos na exportação de capitais. (UNCTC, 1995).

Como último elemento, cabe (re) lembrar, as mudanças que ocorrem na concentração setorial dos IDEs, em especial o papel

---

<sup>67</sup> O caso argentino é singular. Entre 1992-93, fase de crescimento dos IDEs para o país cerca de 45% destes fluxos ( algo em torno de US\$ 4,7 bilhões) destinaram-se ao processo de privatização.

<sup>68</sup> Após atingir a cifra de US\$ 6.3 bilhões em 1993, dos quais US\$ 2.9 bilhões destinados a privatização, os fluxos de IDE para a Argentina reduzem-se a US\$ 1,2 bilhões em 1994

<sup>69</sup> Isto se explica pela concentração que ocorre no período 1986-90 dos fluxos de IDE nas economias centrais. Processo, revertido pós 1990.

crecente do setor de serviços e a queda nos setores de recursos naturais<sup>70</sup>.

Estes elementos, conjuntamente com os aspectos destacados na seção anterior, conformam o quadro das principais tendências do padrão recente dos IDEs em nível internacional. Antes de analisar a especificidade da inserção destes capitais no Brasil, devem ser estudadas algumas importantes características da economia brasileira pós 1980, tema da próxima seção.

---

<sup>70</sup> Em 1970, 23% do total de IDE dirigiam-se para os setores de recursos naturais e 31% para os setores de serviços. Em 1990, este último já responde por 50% do estoque de IDE, contra apenas 11% dos setores de recursos naturais.

### V.1.3. Condições Internas.

A complexidade dos elementos que caracterizam a década de oitenta e início dos anos 90 na economia brasileira e sua importância na compreensão da alteração no papel desempenhado pelos IDEs neste período, tornam necessária a divisão desta seção em quatro blocos.

Num primeiro momento, será analisada a resposta da política econômica brasileira ao choque do juro de 1979 e a crise do endividamento externo que se estabelece, analisando-se também quais os efeitos das políticas de ajuste interno sobre o comportamento das variáveis macroeconômicas centrais: crescimento do produto, inflação, formação bruta de capital fixo (FBCF), importação, exportação.

O passo seguinte será demonstrar que apesar de importante, a análise do comportamento das variáveis de política econômica e seus efeitos sobre a economia não dão conta de aspectos fundamentais na compreensão da crise da dívida externa brasileira, sobretudo no que tange a gestação da chamada "ciranda financeira".

A seção é finalizada com a análise do impacto da crise dos anos 80 sobre a estrutura industrial e dos elementos que permitem compreender porque pós 80, tem-se a paralisia do processo de mudança qualitativa da estrutura industrial brasileira.

#### V.1. 3.1. Aspectos Macroeconômicos.

"É inquestionável a caracterização dos anos 80 como um período de estagnação da economia brasileira". (Carneiro, 1993). As reduzidas taxas de crescimento do produto e a aceleração do processo inflacionário são os elementos que permitem respaldar esta afirmação.

Embora o período como um todo seja marcado pela crise, vale a pena subdividir a “década perdida” em três momentos:

1. o ajuste monetário do Balanço de Pagamentos (1981-83);
2. o miniciclo de crescimento (1984-86); e
3. a aceleração do processo inflacionário com reduzidos níveis de crescimento (1987-89)

Como visto na seção anterior, um dos efeitos da elevação das taxas de juros internacionais pós 1979 foi a significativa elevação dos níveis de endividamento externo dos países em desenvolvimento<sup>71</sup>. A resposta brasileira à elevação do endividamento externo, que se traduz numa necessidade de geração de divisas, deu-se no sentido de promover uma política fiscal e monetária restritiva associada a uma política de desvalorização cambial, que objetivavam a obtenção de superávits comerciais capazes de compensar a elevação dos déficits na Balança de Serviços derivados da conta juros.

A lógica dos *policy makers* de plantão era bastante simples. Ao forçar, via política restritiva, o baixo crescimento da economia promovia-se a retração das importações, cujo comportamento pró-cíclico na economia brasileira é claro (Carneiro, 1993). Por outro lado forçava-se as empresas brasileiras a buscar novos mercados externos, ao qual adicionava-se, ainda como incentivo a elevação das exportações, uma política de desvalorização do câmbio.

---

<sup>71</sup> Cabe lembrar que a maior parte da dívida externa dos países em desenvolvimento encontrava-se denominada em taxas de juros flutuantes.

Em última instância, buscava-se a geração de superávits comerciais que permitissem contrabalançar os efeitos da elevação da conta juros sobre o Balanço de Pagamentos, permitindo a economia brasileira passar este momento de crise, supostamente passageira da economia internacional.

A eficácia da política em atingir seus objetivos é inquestionável<sup>72</sup>. No entanto, embora eficaz no que tange a obtenção de seus objetivos, a chamada política de ajuste monetário do Balanço de Pagamentos foi incapaz de ajustar a economia brasileira às alterações que se processaram no contexto internacional.

Em grande medida, isto se deveu à leitura dos *policy makers* brasileiros sobre o caráter do ajuste promovido pelos EUA em 1979. Entendia-se que a elevação dos juros internacionais e a escassez de recursos no sistema financeiro internacional para os países periféricos (que se agrava pós 1982 em função da moratória mexicana e argentina), era um fenômeno temporário e que, passados os efeitos dos choques (juros e petróleo) voltariam a se verificar no cenário internacional as condições de financiamento previamente vigentes.

Em outras palavras, o ajuste proposto para a economia brasileira era incapaz de notar que as mudanças ocorridas no cenário internacional pós 1979 deram início a uma nova ordem financeira internacional, radicalmente diversa da prevalecente, e que inviabilizava um dos pilares básicos do “padrão de desenvolvimento” da economia brasileira no período 1955-80, quer seja, o financiamento via endividamento externo.

---

<sup>72</sup> Entre 1981-83 o PIB observou uma variação negativa de 2,2% aa em média, sendo a queda na formação bruta de capital fixo da ordem de 11,7% aa. Verificou-se ainda um aumento de 8,0% aa nas exportações com paralela redução de 12,0% aa nas importações. (Carneiro, 1993).

Os anos compreendidos entre 1984-86 serão marcados por um breve ciclo de crescimento da atividade econômica<sup>73</sup>. As causas para esta retomada do crescimento, além do "afrouxamento" da política fiscal e monetária, sobretudo em 1986, são tema de conhecido debate na literatura econômica brasileira entre Antônio Barros de Castro, que associa a retomada a maturação dos investimentos do II PND, e Conceição Tavares que centra a análise na retomada do crescimento da economia norte-americana pós 1984.

No entanto, dados os objetivos do trabalho, o que nos interessa neste ponto é marcar a ocorrência de uma curta retomada da atividade econômica durante o período 1984-86, quer seja este fruto da retomada da economia norte-americana ou da maturação dos investimentos do II PND.

Este restringido ciclo de crescimento é acompanhado por uma nova fase de crise com aceleração do processo inflacionário<sup>74</sup>. As causas para o retorno do processo inflacionário e retração do crescimento encontram-se, segundo a ortodoxia, nos efeitos desestabilizadores dos planos econômicos de caráter heterodoxo implementados na segunda metade dos anos 80<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Neste período o PIB cresceu a taxa média de 7,0% aa, verificando-se sobretudo uma retomada dos níveis de formação bruta de capital fixo, que crescem cerca de 11,2% aa. O caráter pró-cíclico das importações torna-se evidente dado seu crescimento de 7,0%aa, assim como o componente anticíclico das exportações que crescem apenas 4,9%aa, no período. (Carneiro, 1993)

<sup>74</sup> Entre 1987-89 a taxa média de crescimento do PIB foi de apenas 2,1%aa verificando-se inclusive uma retração na formação bruta de capital fixo de 2,2% aa. Nota-se ainda um forte crescimento das exportações que crescem a 12,3% aa e a retração das importações que apenas 1,5% a.a. (Carneiro, 1993)

<sup>75</sup> Torna-se claro, o caráter exógeno da crise para a ortodoxia. A crise é fruto ou de choque externos (juros e petróleo) ou da incapacidade no gerenciamento adequado da política fiscal e monetária do governo

Já os autores “heterodoxos”<sup>76</sup> procuram entender a crise como colapso do padrão de desenvolvimento da economia no período 1955-80 e que caracterizava-se pela importância do investimento estatal em setores de base financiados através de empréstimos externos, e pelo papel desempenhado pelo IDE na instalação dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico, ao qual o capital privado nacional associava-se de forma subordinada. Os choques externos (juros e petróleo) são entendidos como aceleradores da crise, cuja geração dá-se endogenamente à economia (Goldeinstein, 1994, Carneiro, 1993).

Durante o período compreendido entre 1990-93, tem-se, de uma forma genérica, a manutenção das condições macroeconômicas vigentes: baixo crescimento e aceleração do processo inflacionário.

O que nos interessa, no entanto, é marcar o caráter recessivo da economia brasileira nos anos 80 e início dos anos 90, destacando-se ainda o descontrole do processo inflacionário neste período, elementos importantes no entendimento das causas para a retração dos fluxos de IDE, sobretudo pós 1986.

Mas qual os efeitos deste cenário macroeconômico sobre a estrutura industrial brasileira? Antes de analisar este ponto torna-se necessário a realização de uma breve discussão sobre a formação, durante os anos 80, da chamada “ciranda financeira”, fenômeno diretamente vinculado a estrutura financeira do endividamento externo brasileiro.

---

<sup>76</sup> Veja-se Goldeinstein, 1994.



### V.1.3. 2. A Crise do Endividamento Externo e a Geração da “Ciranda Financeira”

Até o momento, foram analisadas as respostas em termos de comportamento das variáveis de política econômica (monetária, fiscal e cambial) à crise da dívida externa e seus efeitos sobre o comportamento da economia brasileira ao longo dos anos 80, notando-se claramente a eficiência das políticas contracionista em restringir a atividade econômica, muito embora seus efeitos sobre o controle do processo inflacionário tenha, de uma forma geral, deixado a desejar.

Muito embora a análise destes elementos seja de importância inegável, a complexidade e profundidade da crise que permeia a economia durante os anos 80 torna necessária a incorporação de elementos adicionais. Nesta seção, nos preocuparemos fundamentalmente com a geração da chamada “ciranda financeira”.

O processo de endividamento externo brasileiro possui diversas peculiaridades. Dentre elas destaca-se o elevado grau de endividamento do setor público a partir de meados dos anos 70, no processo que ficou conhecido na literatura econômica como “estatização da dívida externa brasileira”. Dois elementos são fundamentais na determinação deste processo(Santos Filho, 1994a):

1. o papel ocupado pelo investimento público na manutenção dos elevado níveis de investimento da economia em meio a uma crise internacional e uma retração dos investimentos privados; e
2. a instituição de mecanismos de “transferência” de dívida, tais como a resolução 432 de 1977, que transferia o risco cambial dos recursos tomados pelo setor privado no exterior para o Banco Central.

Quer seja através do aumento deliberado da tomada de recursos no exterior, ou da instituição de mecanismos de “transferência de dívida”, importa destacar que:

“ a participação direta do setor público na dívida externa total ascendeu de 52% (1973) para 63% em (1978) e 76% (junho de 1984)...Na medida em que foi se delineando a “crise da dívida externa” entre 1979 e 1982, essa foi estatizada quase integralmente. Recaiu sobre o setor público a ruptura do padrão de financiamento externo, ou seja, o ajuste correspondente à passagem, em curto espaço de tempo da situação de refinanciamento cumulativo do serviço da dívida para a exigência de seu cumprimento, em um quadro de forte elevação dos juros envolvidos” (Santos Filho, 1994a, pp.103 e 113).

O setor público vê-se, de repente, obrigado a gerar divisas para o cumprimento do elevado endividamento precedente, divisas estas que são principalmente geradas pelo setor privado fortemente engajado no início do anos 80 na promoção de exportações como forma de superar a retração do mercado interno.

A saída encontrada para a realização da compra de divisas pelo setor público - tendo-se em vista a inexistência de superávits fiscais expressivos que permitissem tal compra - foi o lançamento de títulos públicos, elevando-se portanto o endividamento do setor público brasileiro. Em poucas palavras, trocou-se dívida externa por endividamento interno, num contexto de elevação dos juros internos - necessários para a contração da atividade econômica - e redução dos prazos de negociação dos títulos, em função da crescente instabilidade macroeconômica que marca os anos 80.

O ajuste adequou-se perfeitamente às necessidades dos setor privado nacional, dado que permitiu uma recomposição patrimonial centrada na redução dos investimentos produtivos (menos líquidos) paralelamente a elevação do componente financeiro da riqueza

(através da compra de títulos públicos), o que permitiu a manutenção dos níveis de lucro, via elevação dos lucros não-operacionais.

"As grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras realizavam, durante a recessão de 1981-1983, uma profunda recomposição patrimonial, buscando livrar-se dos ativos menos líquidos (cortando investimentos fixos e estoques) e de seus correspondentes passivos financeiros (em dólares e cruzeiros), em favor de inversões financeiras de maior liquidez e com alta rentabilidade real garantida pelo governo. Assim transformaram-se em credores líquidos do sistema financeiro, constituindo a outra ponta do endividamento público interno" (Santos Filho, 1994a, pp.104).

O aspecto que merece destaque, é que não apenas o comportamento restritivo das variáveis de política governamental e seus impactos sobre os níveis de crescimento agiram no sentido de reduzir o incentivo ao investimento, como também as características da estrutura financeira da dívida brasileira (concentrada no setor público) e a forma como se articulou no interior da economia a transferência de divisas dos agentes líquidos (o setor privado) para o agente não líquido (o setor público), igualmente agiram no sentido de reduzir os incentivos aos investimentos produtivos.

### V.1.3. 3. Crise e Estrutura Industrial.

Como visto anteriormente, o período de industrialização pesada da economia (1955-80) foi capaz de promover a composição de uma matriz industrial madura sob vigência do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico<sup>77</sup>. Este intenso processo de mudança da estrutura industrial que se verifica durante o período 1955-80 é paralisado durante os anos 80.

Como visto a partir dos dados da tabela 22, o período compreendido entre 1950-70 é fundamental na constituição dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico. Os setores que mais crescem sua participação no valor agregado do setor industrial são, respectivamente: equipamento de transporte, maquinaria, química, farmacêutica, maquinaria elétrica e fabricação de metal. (Vinhas de Queiroz & Evans, 1977)

Este processo intensifica-se durante os anos 70. Neste ano o complexo químico-metalmeccânico respondia por cerca de 47,5% da produção industrial, sendo em 1980 responsável por 58,8% deste produto, demonstrando-se claramente, além da mudança qualitativa da estrutura industrial brasileira, a sua aproximação em relação aos padrões internacionais<sup>78</sup>. (Coutinho e Ferraz, 1994)

Os anos 80, marcam a paralisia deste processo de mudança qualitativa da estrutura industrial brasileira, em grande medida, em função da forte recessão que se abate sobre a economia e que atinge

---

<sup>77</sup> Entende-se por maturidade a semelhança em termos de integração intersetorial e diversificação da produção da matriz industrial brasileira em relação aos países desenvolvidos.

<sup>78</sup> Nos EUA, Japão e Alemanha este complexo era responsável por respectivamente 64,4%, 64,5% e 69,8% do produto industrial (Coutinho e Ferraz, 1994)

duramente a indústria de transformação, a qual vê durante os anos 80 sua produção reduzir-se em cerca de 6,4%<sup>79</sup>. (Suzigan, 1992)

No entanto, alguns movimentos são notados. Tomando-se como base o ano de 1980 em relação a 1994 tem-se como principais movimentos na composição da indústria manufatureira o crescimento da participação do setor de insumos básicos com paralela redução dos setores tradicionais (exclusive alimentos e bebidas, que permanecem estáveis), destacando-se ainda a estabilidade na participação dos setores do complexo metalmeccânico e eletroeletrônico, como visto através dos dados da tabela 35. (Bielschowsky & Stumpo, 1996).

Tabela 35

Brasil - Composição da Produção da Indústria Manufatureira (%)

1980 - 1994

Setores	1980	1994
Metalmeccânica e Eletroeletrônica	31,5	32,5
Insumos Básicos	21,2	25,7
Tradicionais (exclusive Alimentos e Bebidas)	32,9	26,5
Alimentos e Bebidas	14,4	15,4

Fonte: Bielschowsky & Stumpo, 1996

Este aumento na participação dos setores de insumos básicos encontra-se associado a maturação dos investimentos realizados durante o período do II PND. No que tange a redução na participação dos setores tradicionais, exclusive alimentos e bebidas, destaca-se o

<sup>79</sup> Outro indicativo deste fenômeno encontra-se na retração na formação bruta de capital fixo da economia que após atingir a média de 24% do PIB no período 1974-80, reduz-se para 17,6% do PIB durante a "década perdida".

impacto sobre alguns destes setores do processo de abertura comercial pós 1990, sobretudo nos ramos de vestuário e calçados.

O fundamental no entanto é ter-se claro que estas alterações não constituem um novo padrão de desenvolvimento industrial, já que:

“ não se trata de uma expansão liderada por um novo conjunto de atividades, invertendo certas tendências históricas; mas de um fenômeno de perda global de dinamismo ao qual escapam, embora apenas parcialmente, algumas atividades, importantes em termos de peso no conjunto da produção, mas insuficientes para, por este peso, pelos seu significado em termos de articulações industriais, ou pelo seu conteúdo em termos de definição de novos parâmetros para o conjunto da indústria - dar dinamismo sustentado ao crescimento” (Sarti & Furtado, 1991, p.6)

Em suma, durante os anos 80 verifica-se a paralisação do movimento de mudança estrutural que marca o processo de industrialização da economia brasileira desde meados dos anos 50 e, que se caracteriza pelo aumento da participação do complexo metalmeccânico-químico no valor agregado da indústria de transformação, movimento este que aproxima a matriz industrial brasileira aos padrões verificados nas economias centrais em termos de integração/diversificação setorial da indústria. (Coutinho e Ferraz, 1994)

As alterações que se processam durante os anos 80, além de incapazes em definir um novo padrão industrial, encontram-se desconectadas das principais transformações que ocorrem em nível internacional no plano produtivo, em que se destaca a consolidação do C.E enquanto eixo dinâmico da atividade industrial.

A instalação incipiente do CE na economia brasileira, contrastando com a tendência internacional de predominância do CE

enquanto determinante da dinâmica industrial nos países desenvolvidos, é abordada por Suzigan (1992).

“ o único setor “novo” que se desenvolveu, representativo das atividades relacionadas ao novo paradigma das tecnologias de informação e comunicação, foi o de informática. Entretanto, a falta de articulação entre a PNI (Política Nacional de Informática) e as políticas para os demais segmentos do CE, bem como o início do desmantelamento da PNI a partir de 1990, limitaram o alcance e arrefeceram o dinamismo desse tímido passo na direção do novo paradigma” (Suzigan, 1992, pp. 9 e 10)

Esta tímida instalação dos setores do C.E durante os anos 80 e princípio dos anos 90, contrasta com o movimento ocorrido nas economias centrais. Nos EUA, por exemplo, as vendas do C.E foram da ordem de US\$ 322 bilhões em 1993, superando as vendas da indústria automobilística e química (Pessini, 1993, p.23)

Com objetivo de demonstrar o caráter incipiente da instalação do CE no Brasil, são elencados abaixo uma série de indicadores do tamanho do mercado brasileiro, que se constituem em aproximações satisfatórias da capacidade produtiva do setor<sup>80</sup>, em que se destacam<sup>81</sup> (Pessini, 1993, Fanzylber, 1993, Tauile, 1987e Possas, 1992)

- o o setor de automação industrial é cerca de 80 vezes menor que o norte-americano em 1992;

---

<sup>80</sup> É preciso lembrar que a PNI proibiu até 1992 a importação de uma extensa gama de produtos do C.E, sendo a demanda suprida por empresas internamente estabelecidas, destacando-se também o baixo coeficiente de exportação do setor. Estes aspectos fazem com que os indicadores de vendas no setor constituam-se numa aproximação satisfatória da capacidade produtiva do CE instalado no Brasil

<sup>81</sup> É preciso ter-se em conta que a economia brasileira é cerca de 10 vezes menor que a norte-americana. Já as diferenças apontadas são significativamente superiores.

- até 1985 existiam no Brasil apenas 30 robôs programáveis do tipo universal;
- até 1984 não existiam fabricantes de robôs instalados no Brasil;
- existiam em 1993 cerca de 5090 sistemas de CLPs instalados no Brasil, contra cerca de 400.000 implantados nos EUA;
- Os sistemas de robótica não passavam de 8 unidades implantadas em 1993, contra cerca de 10.000 no mercado norte-americano, enquanto os SDCDs implantados no mercado brasileiro atingem cerca de 136 sistemas, contra 3500 instalados nos EUA; e
- O setor de equipamentos de processamentos de dados faturou em 1990 cerca de US\$ 4,1 milhões, apenas 1,2% do mercado mundial.

Em suma, os anos 80 marcam a paralisia do processo de mudança qualitativa que caracterizou a economia no período 1955-80, processo que promoveu a convergência da matriz industrial brasileira em relação aos padrões vigentes nas economias centrais.

Agiu também no sentido de desconectar a economia brasileira do principal movimento, no plano produtivo, da economia internacional, quer seja, a determinação do C.E enquanto eixo dinâmico da atividade industrial, aspecto vislumbrado pelo incipiente tamanho do CE brasileiro.

Mas quais os elementos determinantes deste fenômeno? . É com intuito de responder esta indagação que abre-se a próxima seção.

#### V.1.3. 4. Determinantes da Paralisia do Processo de Mudança Estrutural

Em grande medida, os elementos do cenário macroeconômico destacados na seção anterior são fundamentais no entendimento da incapacidade da estrutura industrial brasileira em promover as



mudanças qualitativas que marcam o cenário produtivo em nível internacional, em especial a consolidação do CE como eixo da atividade industrial.

A lógica do ajuste da economia às necessidades de divisas para pagamento da dívida externa e de controle do processo inflacionário que (com exceção do período 1984-86) encontrava-se centrada na retração da atividade econômica, além da instabilidade gerada pelo processo inflacionário, determinavam em conjunto uma retração na formação bruta de capital fixo para o período da ordem de 1,4% aa.

Assim, a retração da atividade econômica (sobretudo no que se refere a formação bruta de capital fixo) e a aceleração do processo inflacionário são elementos que devem ser incorporados no entendimento desta incapacidade da matriz industrial em promover as mudanças qualitativas que se processam em nível internacional.

Porém, outros elementos devem ser buscados. O novo padrão industrial, ainda que divergente e caracterizado pelo alto grau de especialização (Laplane, 1992) tem na capacidade inovativa endógena o elemento central do padrão de competitividade ( Nelson e Winter, 1977, OECD, 1992). Em outras palavras, a entrada/manutenção/ ganho de parcelas de mercado nos setores chaves da estrutura industrial encontra-se diretamente vinculada à capacidade de geração/incorporação de inovação dos distintos sistemas industriais (Perez, 1985, OECD, 1992, Chesnais, 1996)

Ocorre que, a economia brasileira possui um nível reduzido de geração/incorporação de inovações, resultado de uma série de características sistêmicas-estruturais-empresariais que marcam o processo de industrialização precedente e se perpetuam durante os anos 80 e início dos anos 90 (Coutinho e Ferraz , 1994).

#### V.1.3.4.1. Fatores Sistêmicos.

Uma série de elementos sistêmicos, ou seja, aqueles que “constituem-se em externalidades *stritu senso*” (Coutinho e Ferraz, 1994 p.20) às atividades das firmas agiram no sentido fragilizar a capacidade de inovação da economia brasileira. Dentre eles se destacam, além das alterações no cenário internacional e no cenário macroeconômico interno: (Coutinho e Ferraz, 1994):

1. a obsolescência da infra-estrutura econômica brasileira, em especial os setores de transporte<sup>82</sup>, energia<sup>83</sup> e telecomunicações<sup>84</sup>, elementos diretamente associados ao corte de investimentos dos setor público durante os anos 80, fruto da deterioração das finanças públicas. Alguns dados parecem elucidativos(Suzigan, 1992);

2. os graves problemas sociais brasileiros associados à elevada concentração de renda. De um ponto de vista estritamente econômico, a elevada concentração da renda reduz a capacidade de gerar/incorporar inovações em dois aspectos:

i. impede a massificação de uma série de produtos, como por exemplo os bens de consumo de informática, reduzindo portanto os incentivos aos investimentos produtivos nestes setores.

---

<sup>82</sup> O estado da malha rodoviária é péssimo ou regular em 20% de sua extensão, encontrando-se 1/3 da malha ferroviária em igual situação

<sup>83</sup> Do total de US\$ 44 bilhões previstos para investimentos no período 1983-89 no setor de energia, apenas foram concretizados US\$ 19 bilhões, o que acarretou o atraso no cronograma de cerca de 20 usinas

<sup>84</sup> Os investimentos do sistema Telebrás que haviam em 1977 alcançado 1,08% do PIB, caem em 1980 para 0,4% do PIB, justamente no momento em que o acesso a informação constitui-se em elemento central na capacidade competitiva das economias

ii. obstrui a formação de consumidores com elevado padrão de exigência, o que reduz os incentivos das empresas nacionais a investir em programas de elevação da qualidade.

3. os reduzidos investimentos em educação no país, elemento que vem a dificultar a adequação da força de trabalho às novas exigências (maior complexidade e flexibilidade nas rotinas de trabalho) do padrão industrial baseado na tecnologia microeletrônica;

4. A inexistência de infra-estrutura tecnológica adequada ao novo padrão industrial, em grande medida, fruto da desarticulação entre o sistema universitário e o meio empresarial e da crise financeira do Estado; e

5. A inexistência de um sistema financeiro nacional capaz de fornecer crédito no volume e condições adequadas a realização de investimentos produtivos, sobretudo de longo prazo, além da incapacidade do sistema tributário nacional em promover concomitantemente os recursos adequados à gestão do Estado e a competitividade das empresas nacionais no cenário internacional.

Este são apenas alguns fatores sistêmicos, destacado por Coutinho e Ferraz(1994) que agem no sentido de reduzir a capacidade da economia brasileira em gerar/incorporar inovações durante os anos 80 e princípio dos 90, e que dificultam a adequação da estrutura produtiva nacional às mudanças processadas no cenário internacional.

#### V.1. 3. 4. 2. Fatores Microeconômicos

Do ponto de vista microeconômico, quer seja, aquele que encontra-se sobre a tutela exclusiva das empresas, destaca-se o reduzido esforço das empresas privadas brasileiras na realização de gastos em P&D<sup>85</sup>. (Coutinho e Ferraz, 1994)

O volume reduzido de recursos empregados pelas empresas privadas nacionais não deve ser entendido como uma característica intrinsecamente determinada por um comportamento "biologicamente" averso do empresariado brasileiro em investir em P&D. Muito pelo contrário, existem elementos objetivos que justificam este fenômeno, quer sejam:

1. o caráter recessivo do ajuste à crise do anos 80, que reduziu sensivelmente o estímulo a novos investimentos produtivos, sobretudo de elevado risco como os investimentos em P&D;
2. o caráter defensivo do ajuste das empresas nacionais à crise do endividamento, em que se destaca o aumento do papel dos lucros não operacionais no total do lucros, numa clara estratégia de fuga dos investimentos produtivos com paralela elevação do componente financeiro da renda; e <sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> O Brasil investe apenas 0,7% do PIB em P&D, percentagem bastante inferior a verificada no G7, onde os investimentos em P&D atingem 2,7% do produto. (Suzigan, 1992). Além deste aspecto deve-se chamar atenção para o fato de que cerca de 92% destes gastos são realizados no Brasil pelo setor público, contra apenas 8% do setor privado. Diametralmente oposta é a situação vigente no G7 onde cerca de 52,5% dos gastos são realizados por empresas privadas (Suzigan, 1992)

<sup>86</sup> Esta estratégia é fruto, como visto, da necessidade de compra de divisas pelo endividado Estado brasileiro - via emissão de títulos - vis a vis um setor privado líquido e averso a investimentos produtivos

3.o amplo esquema de proteção-regulação-promoção que caracterizou o processo de industrialização precedente, notadamente marcado pela criação de ambientes não competitivos, constitui-se em elemento fundamental na determinação do fenômeno.

Além do reduzido esforço em P&D, destacam-se ainda como elementos determinantes da reduzida capacidade de geração/incorporação de inovações, a não adequação das empresas nacionais aos novos padrões de organização/gestão da produção que visam a elevação da produtividade da firma, tais como o *just in time* e o *total quality control*, entre outros e o reduzido nível de treinamento da força de trabalho

### V.1. 3. 4. 3. Fatores Estruturais

Dentre os fatores estruturais, aqueles que, “mesmo não sendo inteiramente controlados pela firma, estão parcialmente sobre sua área de influência” (Coutinho e Ferraz, 1994, pp.20), destacam-se como determinantes da reduzida capacidade em gerar/incorporar inovação os seguintes elementos:

1. a visualização no início dos anos 90 de pontos de estrangulamento na estrutura industrial, em alguns importantes setores produtores de bens intermediários, entre eles: aços planos, produtos petroquímicos, soda caustica, celulose e pasta mecânica, papel, fio e fibras artificiais e sintéticas (Suzigan, 1992), conseqüência da redução dos investimentos do setor público durante os anos 80; e

2. o reduzido grau de concentração do capital privado nacional vis a vis por exemplo, o capital privado coreano, aspecto vislumbrado através das tabelas 36 e 37

Tabela 36

## Faturamento das Grandes Empresas Coreanas (US\$ milhões)

Empresa	1980	1985	1992
Samsung	3.798	14.193	49.560
Daewo	nd	8.698	28.334
Lucky-Goldstar	4.452	9.860	nd
Sugyon Group	1.708	3.689	14.610
Hyundai	5.540	14.025	8.606
Pohang Iron & Stell	1.568	2.376	7.881
Sunkyong	1.449	6.437	14.530
Hyonsung	1.950	2.390	6.335
Korea Explosives	1.201	2.750	nd
Kia Motors	nd	nd	4.385

Fonte: Coutinho e Ferraz, 1994.

Tabela 37

## Faturamento das Grandes Empresas Brasileiras (US\$ milhões médios)

Empresa	1980	1985	1992
Votorantim	1.097	1.081	2.097
Ipiranga	1.843	nd	2.090
Klabin	275	420	1.622
Hering	424	937	1.510
Sadia	425	832	1.490
Brasmotor	96	426	1.192
Gerdau	518	630	1.149
Cofap	142	208	844
Vicunha	174	382	799
Villares	387	388	688
Antarctica	300	307	670
Suzano	241	217	484
Ultra	277	105	355
Dedini	184	218	282
Alpargatas	513	501	nd
Perdigão	185	317	nd
Machiline	245	234	nd

Fonte: Coutinho e Ferraz, 1994.

Mas qual a importância do grau de concentração do capital ? Em outras palavras, porque o baixo grau de concentração do capital privado nacional apresenta-se como um problema ?

É preciso lembrar que, uma das principais características do novo padrão industrial assentado na base tecnológica microeletrônica, são as elevadas barreiras financeiro-tecnológicas que caracterizam os setores chaves do C.E. (Perez, 1985).

A concentração de capital torna-se portanto, elemento indispensável a entrada/manutenção/ganho de parcelas de mercado nestes setores. A pulverização do capital que caracteriza a estrutura industrial brasileira constitui-se neste sentido, em mais um elemento inibidor da adequação do sistema industrial brasileiro às mudanças que se processam em nível internacional, sobretudo no que tange a instalação dos setores do C.E na economia.

O entendimento do significado destas barreiras financeiro-tecnológicas torna-se claro a partir de um exemplo. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD), único agente a desenvolver atividades de P&D no ramo de Telecomunicações no Brasil, tem uma verba estimada de aproximadamente 1,5% do faturamento do sistema Telebrás, o qual ultrapassou os US\$ 3 bilhões em 1992, contando portanto, com aproximadamente US\$ 45 milhões. A cifra que pode parecer grande torna-se irrisória quando comparada com o orçamento do Bell Labs, laboratório de pesquisas da AT&T, de US\$ 2,4 bilhões para gastos em P&D. Isto significa que praticamente todo o faturamento do sistema Telebrás é gasto por apenas uma grande empresa do setor de Telecomunicações em P&D. (BNDES, 1990 e Pessini, 1993)

A capacidade de inovar, elemento central no padrão competitivo pós 1970, encontra-se diretamente vinculada a capacidade de alavancagem financeira das empresas, constituindo portanto a elevada



concentração de capital um pré-requisito básico a atuação nos setores-chaves do C.E. Não é por outra razão que parcelas consideráveis da oferta nos setores do CE encontram-se sob o domínio de um grupo restrito de empresas, configurando, em geral, estruturas de mercado do tipo oligopólio<sup>87</sup>. (OECD, 1992).

Além do grau de pulverização que caracteriza a estrutura industrial e dos pontos de estrangulamento da indústria, tem-se ainda, enquanto elementos estruturais determinantes da fragilidade do sistema industrial brasileiro em gerar/incorporar inovações, os seguintes elementos (Coutinho e Ferraz, 1994):

3. a inexistência de relações sinérgicas entre fornecedores/produtores que caracterizam o novo padrão competitivo internacional, encontram-se pouco desenvolvidas na economia brasileira, sendo as relações fornecedores/produtores pautada fundamentalmente pela variável preço; e

4. o reduzido grau de diversificação dos grupos empresariais brasileiros vis a vis os padrões de atuação "multissetorial"<sup>88</sup> que caracteriza os principais grupos internacionais.

---

<sup>87</sup> Veja-se tabela 31.

<sup>88</sup> " Por exemplo, um grande número de grupos empresariais japoneses contém dentro de si uma configuração específica do tipo "complexo eletrônico", abrangendo os equipamentos de automação, microeletrônica, bens de consumo eletrônico, equipamentos de processamento de dados, de telecomunicações etc. Contam ademais, com atividades "convencionais" em indústrias que mantêm dinamismo de mercado acima da média, tais como a automobilística e petroquímica. Configuram, portanto, grupos empresariais dotados de elevado grau de sinergia interna... Os *chaebols* coreanos vem copiando este tipo de estrutura, perseguindo um processo de diversificação "virtuoso" com forte prioridade para a busca de sinérgicas internas" (Coutinho e Ferraz, 1994, pp.191, 192, 193)

Em suma, é este conjunto de fatores sistêmicos-estruturais-microeconômicos o responsável pela fragilidade da economia brasileira em gerar/incorporar tecnologia, elemento que reduz sensivelmente a capacidade do sistema industrial em adequar-se aos principais movimentos do cenário internacional em seu plano produtivo, em que se destaca a configuração do CE enquanto eixo dinâmico da atividade industrial.

Tendo em vista os aspectos relevantes do cenário internacional, os aspectos específicos do padrão de inserção do IDE em nível internacional, e a análise realizada sobre o cenário interno durante os anos 80 e início dos anos 90, cabe analisar qual o papel desempenhado pelo IDE na economia brasileira.

#### V.1. 4. Padrão de Inserção Recente dos IDEs no Brasil. (1980-1995)

Como realizado durante todo o trabalho, a definição do padrão de inserção dos IDEs no Brasil encontra-se assentada na análise de três elementos, quer sejam, o volume de recursos, a distribuição em termos dos países e a concentração setorial destes investimentos.

##### V.1.4.1. O Volume de Recursos.

Não obstante a crise interna, já claramente perceptível em 1981-82, o volume de IDE mantém-se de forma relativamente estável, ao menos até 1984, quando se torna explícita a redução da importância da economia brasileira na absorção destes capitais. Os fluxos de investimento que chegaram a cerca de US\$ 1,7 bilhão em 1981, não passaram de US\$ 76 milhões em 1985, tendo como consequência uma drástica redução da participação do IDE no PIB.<sup>89</sup>

Tabela 38

Investimentos e Reinvestimentos Externos no Brasil (1980-85)  
(em US\$ milhões)

Ano	Investimento	Reinvestimento
1980	1475,8	450,4
1981	1730,6	688,8
1982	1448,6	665,7
1983	1232,4	394,9
1984	736,6	386,0
1985	76,5	126,5

\* inclui investimentos diretos em moeda, conversões e mercadorias

Fonte: Bacen/Firce/Divap

<sup>89</sup> A relação IDE/PIB que havia atingido a marca de 1,2% em 1982 não ultrapassa os 0,4% em 1985. (Barros, 1993)

As causas para esta redução, embora associadas às alterações que se processaram no cenário internacional durante os anos 80, encontram-se vinculadas ao nível de crescimento da economia brasileira. (BNDES, 1991). É interessante notar que, durante a crise de 1981-83, os fluxos de IDE permanecem em níveis relativamente elevados. Já a redução dos fluxos, a partir de 1984, ocorre justamente no momento de determinação do miniciclo de crescimento da economia (1984-86). A razão para este fato encontra-se no *gap* temporal entre a decisão de investir e a realização do investimento.

Assim, as decisões de investimento tomadas durante 1979-80, tendo em vista os altos níveis de crescimento da economia, perpetuam-se durante 1981-83, quando se reduz o incentivo a investir na economia brasileira, em consequência da crise. Da mesma forma, a redução dos IDEs entre 1984-86 é resultado das decisões de investir tomadas durante 1981-83, a fase de crise.

A partir de 1987, tem-se a recuperação do volume de IDE na economia brasileira. Seguindo o mesmo raciocínio, esta é consequência das decisões de investimento tomadas durante o período de prosperidade (1984-86). No entanto, o elemento que parece mais importante pós 1987 é a crescente "volatilidade" (UNCTC, 1995) dos fluxos de IDE, caráter já detectado enquanto característica do novo padrão de expansão dos IDEs em nível internacional, em especial nos países em desenvolvimento da América Latina.

Tabela 39.

## Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil

(em US\$ milhões)

Ano	Investimento*	Reinvestimento
1987	904,0	617,0
1988	2530,0	714,0
1989	530,0	531,0
1990	957,0	273,0
1991	507,0	365,0
1992	1325,0	175,0
1993	954,0	100,0
1994	2356,0	83,0
1995	4778,0	384,0
1996	9644,0	447,0

\* inclui investimentos diretos em moeda, conversão e mercadorias

Fonte: Bacen/Firce/Divap

No entanto, o aumento do volume de IDE recentemente deve ser analisado com algumas ressalvas, sobretudo em função das dificuldades, cada vez maiores, em determinar qual a participação dos investimentos de longo prazo no total dos investimentos estrangeiros. Como afirma Chesnais (1996) as análises atuais sobre o IDE, nas quais nos incluímos, são capazes de captar apenas a "ponta do iceberg" da questão.

Não obstante esta ponderação, destacam-se como pontos relevantes ao debate, as alterações que se processam na "forma de

financiamento”, na determinação de um caráter “financeirizado”<sup>90</sup> dos IDEs e na “forma de entrada” destes investimentos pós 1980, em grande medida relacionadas às alterações ocorridas no padrão de expansão do capital produtivo em nível internacional.

Quanto a forma de financiamento, dados de Santos Filho (1993), indicam que aproximadamente 59% dos IDEs na economia brasileira no período 1985-89 se deram através da conversão de dívidas em ações, “tratando-se portanto de uma parcial reconversão patrimonial de recursos já presentes naquelas economias”. (Santos Filho, 1993, pp. 10). Em outras palavras, estes investimentos não significaram novas entradas de recursos para a economia.

Destaca-se também, a “financeirização” dos fluxos de capital produtivo direto, fruto da expansão dos investimentos “diretos” em atividades “não tão diretas assim” - em especial em fusões e aquisições - elemento que não se constitui numa especificidade do padrão brasileiro de inserção dos capitais produtivos. Muito pelo contrário, a expansão recente dos IDEs em nível internacional pauta-se, como visto nas seções anteriores, pelo predomínio das fusões/aquisições no total do IDE. (UNCTC, 1995).

A quantificação do volume de IDE em fusões aquisições na economia brasileira é bastante imprecisa. O aumento das transações em portfólios são, ainda que a grosso modo, uma demonstração desta tendência. Outro indicativo é o elevado volume de capitais estrangeiros em fundos de privatização, que atingiram em 1994-1995, um total de aproximadamente US\$ 3,9 bilhões (Relatório do BNDES, 1995).

---

<sup>90</sup> O termo “financeirizado” esta sendo utilizado para denotar o aumento de importância de transações via portfólio, mais voláteis e especulativas, no aumento dos IDEs.

Recente pesquisa da Price WaterHouse constitui-se em outro indicativo desta tendência. A consultoria registrou a ocorrência de 318 transações de fusões e aquisições<sup>91</sup> e formação de *joint-ventures* no ano de 1995 no Brasil. De janeiro a maio de 1996 foram registrados 154 novos negócios, indicando um aumento de 54%, em relação ao mesmo período de 1995. (veja-se gráfico 4) (Gazeta Mercantil, 12 junho, 1996)

Interessa destacar que tal crescimento nas atividades de fusões / aquisições e formação de *joint-ventures*, encontram-se crescentemente associadas a investimentos estrangeiros. Entre 1991-1992 ocorrem em média 250 transações por ano, sendo a participação do capital estrangeiro de 34% nas fusões / aquisições e de 62% na formação de *joint ventures*. Essa participação saltou para 40% e 67% respectivamente, em 1994. A partir do ano de 1995 passado, os índices foram para 48% e 78% (veja-se gráfico 5). (Gazeta Mercantil, 12 junho, 1996)

---

<sup>91</sup> A Price utiliza o seguinte conceito: aquisição (compra do controle ou de toda a empresa) compra ( de fração maior que 15% e menor que 50%), fusão (criação de uma empresa por outras duas que já atuavam no ramo da nova firma) e joint venture (associação de duas empresas para criar uma terceira em segmento onde não atuavam).

Gráfico 4

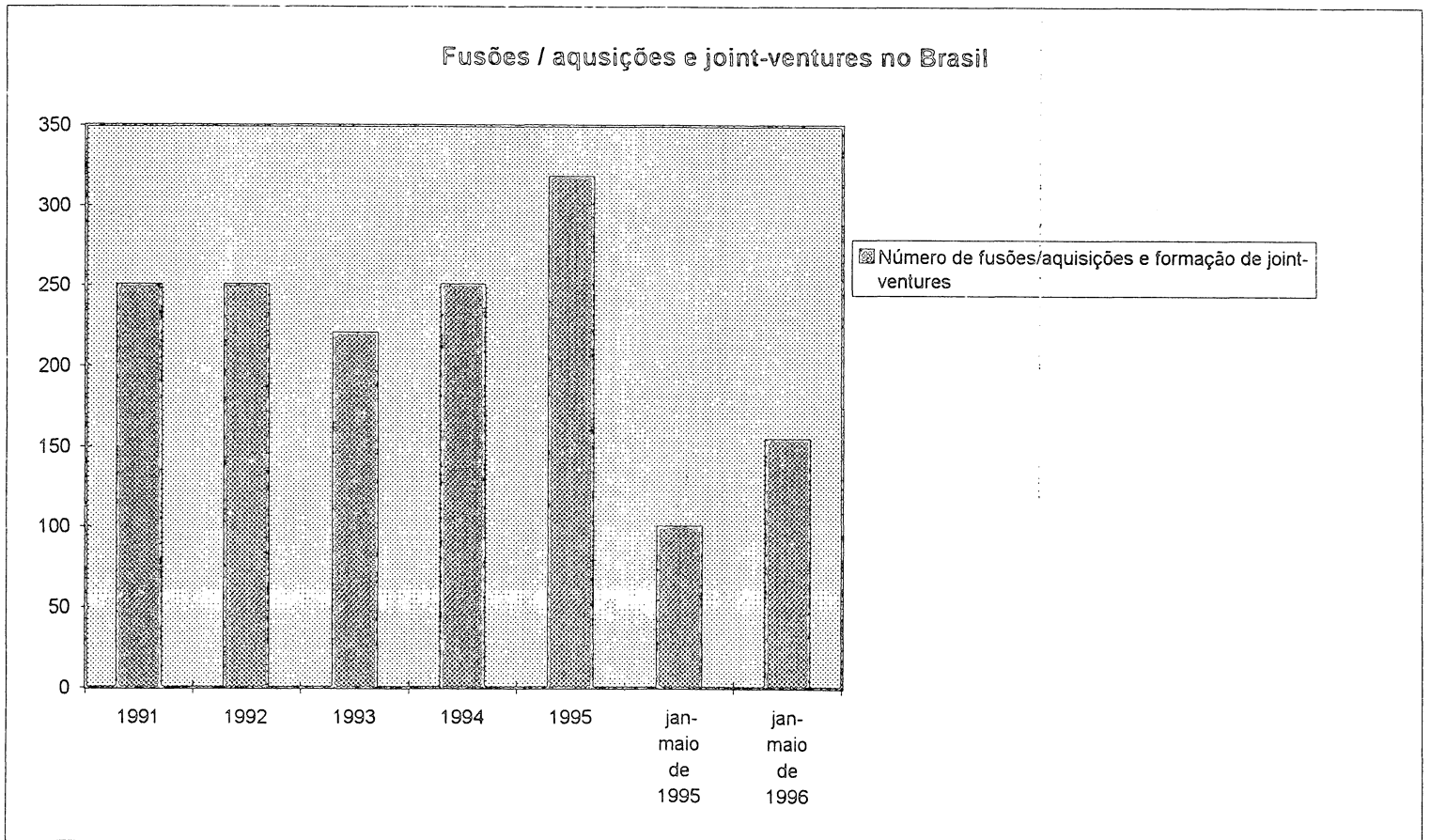
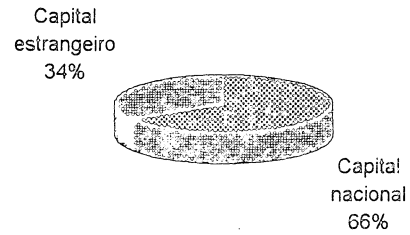


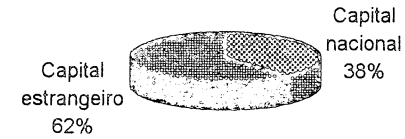


Gráfico 5

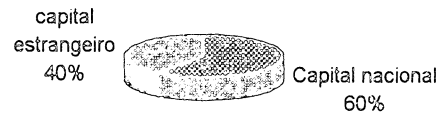
Participação dos agente no total de fusões e aquisições (1991-93)



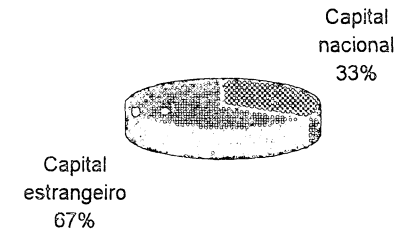
Participação dos agentes em joint-ventures (1991-93)



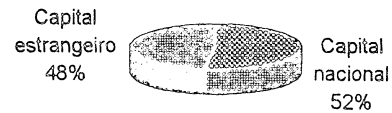
Participação dos agentes em fusões e aquisições (1994)



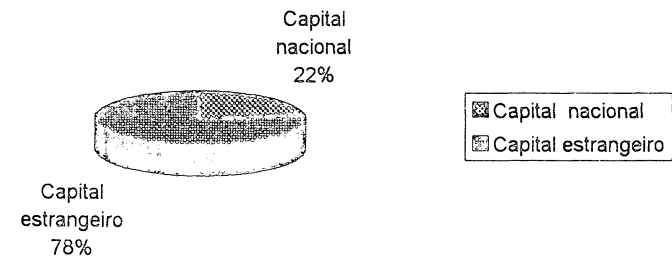
Participação dos agentes nas joint-ventures (1994)



Participação dos agentes em fusões e aquisições (1995)



Participação dos agentes nas joint-ventures (1995)



Ressalta-se portanto que, apesar da precariedade dos dados, visualiza-se de forma bastante clara a tendência ao aumento de importância das operações de fusão / aquisição e formação de *joint-ventures* na forma de entrada dos novos investimentos estrangeiros.

O que se ressalta destes elementos é que tanto a forma de financiamento quanto a forma de inserção, e o caráter (agora mais financeiro) dos IDEs alteram-se vis a vis às características vigentes no padrão de inserção dos IDEs entre 1955-80.

Do total de IDE contabilizado pelo Bacen reduz-se portanto, o total de investimentos que conduzem a materialização de novos fluxos de recursos (em função do financiamento via conversão de dívida). Reduz-se também, o volume de IDE em novas plantas (em função do aumento do processo de fusões aquisições, em especial derivadas do processo de privatização), o que eleva o caráter "volátil" e "especulativo" destes investimentos.

Esta características, também visualizadas nos recentes trabalhos de Santos Filho (1993) e Barros (1993), tornam claro como o padrão de inserção dos IDEs no Brasil é fruto das tendências observadas no padrão de expansão do capital em nível internacional, em que se ressalta a recente tendência de concentração do IDE na AL nos processos de aquisição de firmas já existentes, sobretudo estatais.

O objetivo mais importante destas observações é chamar atenção para a necessidade de cautela na análise dos dados sobre a expansão recente do capital produtivo externo no Brasil, visto que:

"o ingresso recente de capital externo, notadamente de caráter financeiro-especulativo, não pode ser tomado sem cautela como significativo do retorno do país aos fluxos de IDE, visto estar relacionado à conjuntura externa e à liberalização financeira" (Santos Filho, 1993, pp.37).

#### V.1.4.2. Principais Investidores.

O aspecto central no que se refere a análise dos IDEs por países refere-se a manutenção do elevado grau de concentração dos estoques nos nove principais<sup>92</sup> investidores. Assim, o início dos anos 90 vem apenas a confirmar, a tendência historicamente verificada, de concentração em torno de 85% do estoque total de IDE nestas economias, o que se encontra de acordo com o elevado grau de concentração da exportação de capital produtivo no interior das economias desenvolvidas (UNCTC, 1995)

Não obstante, algumas peculiaridades do padrão de inserção dos países devem ser analisadas. Antes porém, é necessário esclarecer que os dados da tabela 40 compreendem não apenas os IDE mas também os dados referentes a transações de "portfólio". Isto no permite, além de analisar as peculiaridades da inserção de cada país no total de IDE, analisar também as relações entre IDE e transações de portfólio.

---

<sup>92</sup> EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França, Suíça, Holanda, Reino Unido



	Reino Unido			Suíça			Holanda		
	Invest.	Reinvest.	Total	Invest.	Reinvest.	Total	Invest.	Reinvest.	Total
Agricultura (a)	11.416	114	11.530	9.141	86	9.227	3.073	943	4.016
Pecuária (b)	15.022	604	15.626	18.023	22	18.045	3.660	0	3.660
Pesca (c)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Extrativa Mineral (d)	183.260	83.938	267.198	157	184	341	74.493	21	74.514
Indústria de Transformação (e)	834.444	339.366	1.173.810	1.849.900	1.325.580	3.175.480	814.960	330.049	1.145.009
Serviços de Utilidade Pública (f)	1.653	61	1.714	4.856	101	4.957	3.313	160	3.473
Outros Serviços (g)	3.323.582	507.024	3.830.606	273.242	52.831	326.073	331.914	192.902	524.816
Total de Serviços (f +g)	3.325.235	507.085	3.832.320	278.098	52.932	331.030	335.227	193.062	528.289
Portfólios (h)	2.724.394	0	2.724.394	91.845	0	91.845	26.603	0	26.603
Total de Serviços ,sem portfólios, (i)	600.841	507.085	1.107.926	186.253	52.932	239.185	308.624	193.062	501.686
Outros	40.855	1.939	42.794	33.659	25.743	59.402	9.865	18.714	28.579
Total Geral. (J)	4.410.232	933.046	5.343.278	2.188.978	1.404.547	3.593.525	1.241.278	542.789	1.784.067

Fonte: Relatórios do Banco Central do Brasil

De uma forma geral, nota-se um elevado grau de concentração dos investimentos e reinvestimentos destes países na “Indústria de Transformação”, com exceção do Reino Unido, onde este item responde por apenas 21,97% deste total.

Os países com maior participação no total dos investimentos e reinvestimentos na “Indústria de Transformação” são respectivamente: Itália (89,07%), Suíça (88,37%), Alemanha (85,93%), Japão (70,03%), Canadá (68,30%) e Holanda (64,18%). França (52,80%) e Estados Unidos (42,76%) encontram-se entre os países do grupo dos nove, além do Reino Unido, onde a participação da “Indústria de Transformação” é mais reduzida.

Esta diferenciação é bastante importante no entendimento das estratégias destes países. No caso dos EUA e Reino Unido, a participação relativamente pequena na “Indústria de Transformação” do total dos investimentos e reinvestimentos acumulados até março de 1995, deve-se a importância do item “portfolios” na composição de seus investimentos<sup>93</sup>.

É importante destacar que, esta é uma especificidade do padrão de inserção dos IDEs dos EUA e Reino Unido. A participação do item “portfolios” no total dos investimentos dos demais países é significativamente reduzida: França (5,85%), Canadá (5,83%), Alemanha (2,64%), Suíça (2,56%), Holanda (1,49%), Japão (0,18%), e Itália (nd).

Como característica comum ao grupo dos nove, destaca-se ainda o reduzido papel, abaixo em geral dos 5%, dos setores

---

<sup>93</sup> No caso do Reino Unido este item responde por 61,77% do total, e no caso americano por 52,13%. Isto demonstra o caráter mais “especulativo” dos IDEs destes países.

“Agricultura”, “Pecuária”, “Pesca” e “Indústria Extrativa Mineral” no total de seus investimentos e reinvestimentos na economia brasileira.

Como último ponto a se destacar, tem-se a verificação de um elevado grau de concentração dos investimentos e reinvestimentos na “Indústria de Transformação” no interior dos cinco principais setores de atividade desta indústria. No caso alemão, por exemplo, apenas o setor de material de transporte responde por 32% do investimento total no setor de Transformação. Os cinco principais setores, neste caso, respondem por 79,03% deste total (vide tabela 41)

**Tabela 41**

**Análise da Composição dos Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil para Cinco Maiores Investidores na Indústria de Transformação.**

<b>Alemanha</b>						
	Invest.	A (%)	Reinvest.	B (%)	Total	C (%)
<b>Investimento Total na Indústria de Transformação</b>	3.907.704		2.127.206		6.034.910	
Material de Transporte	1.052.852	26,94%	899.071	42,27%	1.951.923	32,34%
Mecânica	720.982	18,45%	242.082	11,38%	963.064	15,96%
Química	498.722	12,76%	187.033	8,79%	685.755	11,36%
Prod.Medicinais, Farmacêuticos e Veterinários	526.954	13,49%	117.895	5,54%	644.849	10,69%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	440.467	11,27%	83.546	3,93%	524.013	8,68%
<b>Total do Subgrupo</b>	3.239.977	82,91%	1.529.627	71,91%	4.769.604	79,03%
<b>Estados Unidos</b>						
	Invest.	A (%)	Reinvest.	B (%)	Total	C (%)
<b>Investimento Total na Indústria de Transformação</b>	5.337.766		2.501.531		7.839.297	
Química	1.017.829	19,07%	483.587	19,33%	1.501.416	19,15%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	993.861	18,62%	296.841	11,87%	1.290.702	16,46%
Mecânica	780.942	14,63%	225.689	9,02%	1.006.631	12,84%
Material de Transportes	636.031	11,92%	106.488	4,26%	742.519	9,47%
Produtos Medicinais, Farmacêuticos e Veterinários	388.410	7,28%	300.660	12,02%	689.070	8,79%
<b>Total do Subgrupo</b>	3.817.073	71,51%	1.413.265	56,50%	5.230.338	66,72%
<b>Japão</b>						
	Invest.	A (%)	Reinvest.	B (%)	Total	C (%)
<b>Investimento Total na Indústria de Transformação</b>	2.432.416		653.415		3.085.831	
Metalurgia	742.387	30,52%	27.298	4,18%	769.685	24,94%
Material de Transporte	404.089	16,61%	121.668	18,62%	525.757	17,04%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	279.738	11,50%	189.364	28,98%	469.102	15,20%
Química	236.103	9,71%	81.691	12,50%	317.794	10,30%
Textil	173.927	7,15%	134.941	20,65%	308.868	10,01%
<b>Total do Subgrupo</b>	1.836.244	75,49%	554.962	84,93%	2.391.206	77,49%
<b>Reino Unido</b>						
	Invest.	A (%)	Reinvest.	B (%)	Total	C (%)
<b>Investimento Total na Indústria de Transformação</b>	834.444		339.366		1.173.810	
Química	408.201	48,92%	185.622	54,70%	593.823	50,59%
Material de Transporte	220.941	26,48%	3.446	1,02%	224.387	19,12%
Mecânica	53.848	6,45%	14.364	4,23%	68.212	5,81%
Textil	12.715	1,52%	44.719	13,18%	57.434	4,89%
Transformação de Minerais não Metálicos	29.574	3,54%	12.970	3,82%	42.544	3,62%
<b>Total do Subgrupo</b>	725.279	86,92%	261.121	76,94%	986.400	84,03%
<b>Suíça</b>						
	Invest	A (%)	Reinvest.	B (%)	Total	C (%)
<b>Investimento Total na Indústria de Transformação</b>	1.849.900		1.325.580		3.175.480	
Material de Transportes	552.259	29,85%	560.868	42,31%	1.113.127	35,05%
Produtos Alimentares	161.814	8,75%	444.089	33,50%	605.903	19,08%
Borracha	399.657	21,60%	294	0,02%	399.951	12,59%
Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação	203.119	10,98%	82.563	6,23%	285.682	9,00%
Química	181.403	9,81%	26.714	2,02%	208.117	6,55%
<b>Total do Subgrupo</b>	1.498.252	80,99%	1.114.528	84,08%	2.612.780	82,28%

Fonte: Bacen

Elaboração Própria.

Nota: O Subgrupo é formado pelos cinco setores com maior participação no total de investimentos e reinvestimentos da Indústria de Transformação para os cinco principais investidores estrangeiros da economia brasileira.



Algumas importantes características da inserção de cada país podem ser obtidas desta análise.

No caso do Reino Unido, por exemplo, denota-se a significativa concentração do total dos investimentos na "Indústria de Transformação" no setor químico (50,59%). Chama atenção ainda, o fato de que duas indústrias tradicionais (têxtil e transformação de minerais não metálicos) encontram-se entre os cinco principais setores de investimento da "Indústria de Transformação", muito embora representem parcelas diminutas deste investimento

A estratégia alemã, encontra-se fortemente atrelada a concentração dos investimentos nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico químico. Os setores de material de transporte, mecânica, química e produtos medicinais e veterinários, respondem por mais de 70% dos investimentos na "Indústria de Transformação". O setor de material eletrônico, elétrico e de comunicação, eixo do Complexo Eletrônico, responde por apenas 8,68% destes investimentos.

O caso americano denota também a concentração dos investimentos nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico. Os setores, químico, mecânico, material de transportes e produtos medicinais e veterinários respondem por cerca de 50% do total de investimentos na "Indústria de Transformação". Não obstante, destaca-se, diferentemente do caso alemão, o papel importante do setor de material eletrônico, elétrico e de comunicação" com 16,46% dos investimentos na "Indústria de Transformação".

No caso japonês, a principal característica refere-se a concentração dos investimentos no setor de metalurgia (24,94%), além do setor têxtil (10,01%), dois setores iminentemente tradicionais, muito

embora desempenha papel importante o setor de material eletrônico, elétrico e de comunicação (15,20%).

Finalmente no caso suíço, destaca-se a forte concentração dos investimentos no setor de material de transporte (35,05%) e na indústria de alimentos (19,08%). O setor de material elétrico, eletrônico e de comunicação desempenha papel significativamente reduzido (9%) no total dos investimentos da indústria de Transformação.

Em suma, apesar de marcado por alguns elementos comuns, o padrão de inserção dos nove principais investidores possui importantes peculiaridades, em nível nacional. A importância de setores dinâmicos na inserção dos capitais da Alemanha e EUA, vis a vis a importância de setores não dinâmicos (metalurgia e têxtil) na inserção japonesa, explica-se pela existência de elementos peculiares no processo de expansão do capital de cada um destes países<sup>94</sup>.

Assim, embora vinculado pelo comportamento interno da economia brasileira, o padrão de inserção dos IDEs encontra-se, como não poderia deixar de ser, fortemente condicionado pelas especificidades, no âmbito nacional, do padrão de expansão do capital nos países centrais.

Destaca-se ainda, como importante aspecto a ser distinguido, o caráter mais especulativo dos investimentos norte-americanos e britânicos, conseqüência de sua concentração no item "portfolios" vis a vis a concentração em IDEs na "Indústria de Transformação" dos demais países do grupo dos nove principais investidores.

---

<sup>94</sup> Estas características encontram-se singularmente de acordo com a observação de Dunning (1979) sobre as peculiaridades da expansão dos capitais produtivos em termos de concentração setorial (vide Tabela 15)

### V.1.4.3. Concentração Setorial.

A concentração setorial dos IDEs na economia brasileira é fruto direto dos distintos padrões de expansão do capital produtivo das economias centrais, elemento analisado na seção anterior.

Neste sentido, torna-se clara a partir dos dados das tabelas 42 e 43, a manutenção dos interesses do capital internacional em sua forma direta nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmecânico-químico<sup>95</sup> e nas chamadas “*commodities* industriais”<sup>96</sup> vis a vis a pouca importância dos “setores tradicionais”<sup>97</sup>, de alimentos bebidas e fumo e dos setores dinâmicos do “paradigma tecnológico microeletrônico”<sup>9899</sup>

---

<sup>95</sup> Mecânica, Material de Transportes, Adubos e Fertilizantes, Fosfatos de Segurança, Tintas e Vernizes e Lacas, Produtos Médicos e Veterinários

<sup>96</sup> Siderurgia, Metalurgia, Derivados de Processamento de Petróleo, Produtos Químicos Básicos, Papel e Celulose e Borracha

<sup>97</sup> Transformação de Minerais não Metálicos, Madeira, Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos.

<sup>98</sup> Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicações

<sup>99</sup> Esta organização setorial é similar a proposta de Canuto (1995) . A única distinção refere-se a segmentação dos setores dinâmicos de Canuto, em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmecânico-químico e setores dinâmicos do paradigma tecnológico microeletrônico

Tabela 42 e 43

## Participação dos Diversos Setores no Total do Investimento e Reinvestimento Estrangeiro na Indústria de Transformação, em 1995 (em US\$ mil)

	Invest.	Reinvest.	Total	A	B	C
Transformação de Min. não Metálicos	348.451	331.788	680.239	1,68%	3,39%	2,23%
Metalurgia	2.491.982	732.471	3.224.453	12,02%	7,49%	10,57%
Mecânica	2.490.838	763.757	3.254.595	12,01%	7,81%	10,66%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	2.493.490	1.119.970	3.613.460	12,03%	11,45%	11,84%
Material de Transportes	4.104.787	1.839.917	5.944.704	19,80%	18,81%	19,48%
Madeira	179.080	126.261	305.341	0,86%	1,29%	1,00%
Celulose, Papel e Papelão	465.204	321.881	787.085	2,24%	3,29%	2,58%
Borracha	594.578	388.888	983.466	2,87%	3,98%	3,22%
Química	3.793.493	1.855.419	5.648.912	18,29%	18,97%	18,51%
Prods. Medicinais, Farmacêuticos e Veterinário	1.287.852	485.105	1.772.957	6,21%	4,96%	5,81%
Textil	361.381	320.695	682.076	1,74%	3,28%	2,24%
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	218.946	64.888	283.834	1,06%	0,66%	0,93%
Produtos Alimentares	847.244	1.179.699	2.026.943	4,09%	12,06%	6,64%
Bebidos	223.768	19.764	243.532	1,08%	0,20%	0,80%
Fumo	196.792	68.540	265.332	0,95%	0,70%	0,87%
Editorial e Gráfica	52.299	36.716	89.015	0,25%	0,38%	0,29%
Diversos	585.223	126.550	711.773	2,82%	1,29%	2,33%
Indústria de Transformação	20.735.418	9.782.317	30.517.735	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Bacen

Notas: Moedas convertidas em US\$ às paridades vigentes em 31.04.95

A: porcentagem do Investimento no setor do Investimento total na Ind. de Transformação

B: porcentagem do Reinvestimento no setor do Reinvestimento total na Ind. de Transformação

C: porcentagem do setor sobre o total da Ind. de Transformação

## Participação dos Diversos Setores no Total do Investimento e Reinvestimento Estrangeiro na Indústria de Transformação, em 1985 (em US\$ mil)

	Invest.	Reinvest.	Total	A	B	C
Indústria de Transformação	12.672.425	5.746.865	18.419.290	100,00%	100,00%	100,00%
Transformação de Min. não Metálicos	222.724	194.021	416.745	1,76%	3,38%	2,26%
Metalurgia	1.452.043	444.151	1.896.194	11,46%	7,73%	10,29%
Mecânica	1.790.889	538.652	2.329.541	14,13%	9,37%	12,65%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	1.284.239	547.685	1.831.924	10,13%	9,53%	9,95%
Material de Transportes	2.470.975	897.164	3.368.139	19,50%	15,61%	18,29%
Madeira	317.984	87.158	405.142	2,51%	1,52%	2,20%
Celulose, Papel e Papelão	331.676	202.100	533.776	2,62%	3,52%	2,90%
Borracha	310.621	319.343	629.964	2,45%	5,56%	3,42%
Química	2.328.344	1.075.815	3.404.159	18,37%	18,72%	18,48%
Prods. Medicinais, Farmacêuticos e Veterinário	755.098	328.562	1.083.660	5,96%	5,72%	5,88%
Textil	239.107	158.722	397.829	1,89%	2,76%	2,16%
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	160.437	42.543	202.980	1,27%	0,74%	1,10%
Produtos Alimentares	407.585	736.436	1.144.021	3,22%	12,81%	6,21%
Bebidos	118.071	36.986	155.057	0,93%	0,64%	0,84%
Fumo	210.605	66.488	277.093	1,66%	1,16%	1,50%
Editorial e Gráfica	29.252	20.138	49.390	0,23%	0,35%	0,27%
Diversos	242.775	50.901	293.676	1,92%	0,89%	1,59%

Notas: Moedas convertidas em US\$ às paridades vigentes em 30.09.85

O fundamental é observar que, a concentração setorial dos IDEs permanece inalterada em 1985 e 1995, vis a vis o padrão encontrado em 1980.

Assim, paralelamente as mudanças ocorridas no cenário internacional, em especial a configuração do C.E enquanto eixo dinâmico do sistema industrial dos países desenvolvidos, nota-se a tendência de manutenção do padrão de concentração setorial dos IDEs nos setores dinâmicos do complexo metalmecânico-químico e nos setores de *commodities* industriais, sendo relativamente reduzido o volume de investimentos estrangeiros nos setores do CE<sup>100</sup> ( Tabela 44)

---

<sup>100</sup> Obviamente o grau de agregação dos dados do Banco Central tornam necessária uma significativa cautela na interpretação dos dados. Assim apresenta-se o resultado como um tendência que apenas poderá ser confirmada em estudos setoriais. Isto no entanto não reduz a importância do caráter restrito da expansão do IDE em atividades do CE detectado no trabalho, ainda que a grosso modo

Tabela 44

Participação dos Diversos Grupos no Total do Investimento e Reinvestimento Estrangeiro na Ind. de Transformação  
Estoque de Março de 1995

	Invest.	Reinvest.	Total	(% do total)	(% do Total)	(% do total)
1. Setores Dinâmicos do Paradigma Tec. Microeletrônico	2.493.490	1.119.970	3.613.460	0,12025276	0,114489353	0,11840533
2. Setores Dinâmicos do Paradigma Tec. Metalmeccânico	8.332.088	3.298.752	11.630.840	0,40182901	0,33721616	0,38111767
3. Commodities Industriais de Processamento Contínuo	6.896.645	3.088.684	9.985.329	0,33260235	0,31574188	0,3271978
4. Alimentos, Bebidas e Fumo	1.267.804	1.268.003	2.535.807	0,06114199	0,129622082	0,08309295
5. Tradicionais.	1.107.858	843.632	1.951.490	0,05342832	0,086240597	0,06394614
6. Outros:	637.522	163.266	800.788	0,03074557	0,016689928	0,0262401
Total da Indústria de Transformação (aproximado)	20.735.407	9.782.307	30.517.714	1	1	1

## Notas:

Setores Dinâmicos do Paradigma Microeletrônico: 1. Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicações.

Setores Dinâmicos do Paradigma Metalmeccânico: 1. Mecânica, 2. Material de Transportes, 3. Adubos e Fertilizantes, 4. Fósforos de Segurança, Tintas, Vernizes e Lacas, .

5. Produtos Medicinais, Veterinários e Farmacêuticos

Setores Tradicionais: 1. Transformação de Minerais não Metálicos, 2. Madeira, 3. Têxtil, 4. Vestuário Calçados e Artefatos de Tecidos

Commodities Industriais de Processamento Contínuo com base em R.N: 1. Siderurgia, 2. Metalurgia, 3. Derivados de Processamento de Petróleo, 4.

4. Produtos Químicos Básicos, 5. Papel e Celulose e 6. Borracha

Outros: 1. Editorial e Gráfica, 2. Diversos

Fonte: Bacen

#### V. 1.4.4 Conclusões (1980-94)

O elemento central a se destacar refere-se à adequação do padrão de inserção dos IDEs às condições de acumulação interna e externa da economia, em especial as especificidades do padrão recente de expansão do capital produtivo.

Em termos quantitativos (volume), nota-se claramente, ao longo dos anos 80, o caráter cíclico do IDE em relação ao nível de crescimento da economia, tornando-se evidente a defasagem temporal entre a decisão de investir, tomada a partir das condições vigentes e a realização dos investimentos, o que corrobora a vinculação do comportamento dos fluxos de IDE (ainda que com um *gap* temporal) às condições internas de acumulação.

É preciso ter-se em mente, no entanto, que a ciclicidade do IDE em relação ao ritmo de crescimento, observada de forma clara para o início dos anos 80, não se constitui no padrão verificado para as séries de longo prazo. Em outras palavras, não há uma correlação tão forte entre o crescimento (retração) da economia e o aumento (redução) nas decisões de investir em períodos anteriores.

Embora oscilantes, os fluxos de IDE, para séries mais longas, são tendencialmente crescentes. Períodos de crise, como por exemplo 1962-67, não determinam a retração nas decisões externas de investir na economia brasileira, haja visto o elevado volume de IDE nos anos imediatamente posteriores a 1967, e cujas decisões foram tomadas em meio a crise

A forte vinculação entre o ritmo de crescimento e a definição dos investimentos estrangeiros pode ser explicada por um caráter mais "temeroso" do IDE em relação a economia brasileira no início dos anos 80, além da já destacada perda de importância do Brasil na absorção

de IDE. Em outras palavras, a definição dos IDEs passa a ser fortemente condicionada pelo ritmo de crescimento da economia.

O aumento recente dos fluxos de IDE, deve, da mesma forma, levar em consideração os novos padrões da expansão dos IDEs nas economias centrais, em que se destaca o crescente aumento de investimentos que “não são tão diretos assim” (Barros, 1993), vinculando a expansão recente do IDE no Brasil às condições externas de acumulação.

Importante também, é destacar a concentração setorial dos IDEs nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico e químico e nas chamadas *commodities* industriais, em detrimento dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico microeletrônico e dos setores tradicionais.

Embora o grau de agregação dos dados do BC seja muito elevado, e exista reconhecidamente também um elevado grau de arbitrariedade na segmentação setorial utilizada, o que não se pode deixar de notar é que, a análise realizada, fornece elementos iniciais para a discussão da inserção recente do capital estrangeiro, a qual necessita ser complementada através de estudos setoriais que, a partir de dados mais desagregados, forneçam subsídios a discussão.

Em suma, quer seja pelo novo caráter do IDE - mais “volátil” e “especulativo”, onde a entrada de novos recursos na instalação de novas plantas industriais é cada vez mais reduzida vis a vis as aquisições de firmas já existentes (sobretudo estatais) - ou pela concentração setorial dos IDEs - em que se destaca o desinteresse do capital privado internacional em instalar os setores dinâmicos do CE - o que se destaca é que dificilmente irá se verificar a repetição no Brasil, ao menos no curto prazo, da importância dos IDEs, enquanto



investidores diretos em setores dinâmicos, que caracterizou a inserção estrangeira no período 1955-80.

## PARTE VI.

### VI.1.ESTUDO EMPÍRICO

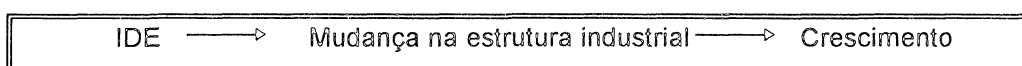
#### VI.1.1.Introdução.

Mostrou-se durante o trabalho que o IDE é uma variável importante na determinação do processo de industrialização da economia que se dá pós 1955. No entanto, tornaria-se muito complexo realizar um estudo empírico que mensurasse diretamente a relação de determinação entre IDE e o “processo de industrialização”.

No entanto, tendo-se em vista que, as variações na estrutura industrial decorrentes do processo de industrialização constituem-se em variáveis chaves na determinação do ritmo de crescimento da economia (Santos Filho, 1995), estabelece-se uma relação, ainda que indireta, entre o IDE e o ritmo de crescimento.

Neste sentido, será realizado um estudo empírico que avalie o impacto do IDE no crescimento da produto interno bruto da economia brasileira. Ao demonstrar a significativa importância da variável IDE sobre o crescimento, pretende-se estabelecer, ainda que indiretamente - e desde que exista uma forte correlação entre mudança da estrutura industrial e crescimento - o respaldo empírico a análise histórica realizada e que determina ser o IDE uma variável fundamental na execução do processo de industrialização.

Esquemáticamente tem-se portanto a seguinte ordem de causalidade



### VI.1.2. Especificação do Modelo<sup>101</sup> e seus Resultados iniciais<sup>102</sup>.

O modelo parte da concepção simples de que o crescimento econômico é determinado pela dotação de fatores de produção (capital e trabalho) que esteja a disposição do país, incluindo, enquanto determinantes do crescimento, a capacidade competitiva do país, medida pelo comportamento das exportações, e o fluxo de investimentos diretos<sup>103</sup> para o país, assumindo portanto a seguinte forma<sup>104</sup>:

$$Y = f(L, K, IDE, X) \quad (1)$$

Onde: Y: Produto; L: Trabalho; K: Capital; IDE: Investimento Direto Externo; X: Exportações

Os dados referem-se a série de tempo de 1960-1994 para a economia brasileira, destacando-se ainda que o modelo é assumido ser linear em sua forma logarítmica<sup>105</sup>, compondo a seguinte estrutura:

---

<sup>101</sup> Foi utilizada a mesma especificação do artigo da *Economic Journal* (Jan/96), Balasubramanyam, Salitu e Sapsford.

<sup>102</sup> Todas as estimações dos modelos no artigo foram realizadas via OLS.

<sup>103</sup> A relação IDE e crescimento, como argumentado acima, é fruto do impacto dos IDEs sobre a estrutura industrial

<sup>104</sup> Veja-se - BASE DE DADOS, a referência para a base de dados utilizada no trabalho.

<sup>105</sup> Os resultados do modelo em sua forma logarítmica são idênticos aos observados em sua forma não logarítmica.

$$\text{Log } Y = a + B1 \text{ Log } L + B2 \text{ Log } K + B3 \text{ Log } IDE + B4 \text{ Log } X + \text{erro. (2)}$$

Tabela 45

---

Log GNP = -	0,6867	+ 0,3307 log K*	+ 1,022 log L*	+ 0,06 Log IDE***	+ 0,053 Log X***
	(-0,4086)	(11,3679)	(13,2922)	(1,6574)	(1,8844)
R <sup>2</sup> = 0,9984 R <sup>2</sup> ajustado = 0,9982 F = 4790194 Prob(F) = 0,000 DW = 1,3322 W = 0,7491					
* significativa a 1%; ** significativa a 5% e *** significativa a 10%					

---

Como visto a partir dos dados da Tabela 45, o modelo é altamente significativo (dado o elevado valor da estatística F) e possui ainda um grande poder explicativo, já que os valores de R<sup>2</sup> e R<sup>2</sup> ajustado encontram-se muito próximos a 1. Todas as variáveis, embora em níveis diferentes, são significantes (dados os valores da estatística t), com destaque para a importância das variáveis que compõem o modelo neoclássico tradicional, quer sejam, capital e trabalho, cujo efeito sobre o crescimento econômico é muito superior ao das variáveis inclusas, IDE e exportação.<sup>106</sup>

Foram realizados ainda alguns testes de verificação das hipóteses básicas do MRLC para o modelo 1. A estatística Durbin-Watson não permite chegar a resultados conclusivos sobre a presença de correlação serial. De acordo com os dados contidos em Pindyck e Rubinfeld (1994) pp.568, para um N = 33 com K = 4, dl = 1,19 e du = 1,73. Como DW = 1,3322, tem-se o resultado na área de indeterminação, já que dl < DW < du (1,19 < 1,33 < 1,73).

---

<sup>106</sup>Rigorosamente falando, por tratar-se de uma especificação em log, os valores dos coeficientes indicam a elasticidade-crescimento das variáveis. Por exemplo, a variação de 1% no insumo capital irá ter um impacto de 0,33% no crescimento, enquanto a variação de 1% das exportações irá causar uma variação de apenas 0,05% no crescimento. Da mesma forma, a variação de 1% no insumo trabalho causará um impacto de 1,002% no crescimento econômico, enquanto a variação de 1% no FDI irá provocar apenas uma variação de 0,06% no crescimento econômico. Percebe-se desta forma, que o econômico tem elasticidade unitária (aproximadamente) em relação ao insumo trabalho, sendo ainda fortemente inelástica em relação as variáveis exportação e FDI.

Foi realizado também um teste White (W) para verificação da ocorrência de heterocedasticidade (variância do erro não constante). O resultado do  $F = 0,749123$  com  $\text{Prob}(F) = 0,68$ , não permitem rejeitar  $H_0$ : variância do erro constante, indicando portanto, de acordo com o teste, que o modelo não tem problemas de heterocedasticidade. Destaca-se ainda que, a retirada de variáveis aleatoriamente não modificou de forma significativa o erro padrão das variáveis que permanecerão no modelo, indicando portanto que a ausência de problemas de multicolineariedade.

No entanto, os resultados deste modelo são extremamente frágeis, já que até o presente momento não foram realizados os testes de estacionaridade, fundamentais no tratamento econométrico de séries temporais (Darnel e Evans, 1990), tendo-se em mente que no caso de verificação de não estacionaridade das séries teremos estimadores viesados dos parâmetros (Pindyck e Rubinfeld, 1991).

É justamente com o objetivo de verificar a ocorrência ou não de estacionaridade nas séries do modelo 1, que se realiza o teste Dickey-Fuller, cujos resultados encontram-se resumidos na Tabela 46<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Aparecem resumidos apenas os dados referentes a qual o grau de diferenciação é necessário para a verificação da estacionaridade.

Tabela 46

Teste para Verificação de Estacionaridade: Dickey - Fuller.

Variáveis	Valores ADF Test	Valores Críticos	
<b>LIDE</b>			
Segunda Diferença	-5,0648	* -3,6661	* estacionário
		** -2,9627	
		*** -2,6200	
<b>LK</b>			
Primeira Diferença	-3,344948	* -3,6496	** estacionário
		** -2,9558	
		*** -2,6164	
<b>LL</b>			
Segunda Diferença	-5,160461	* -3,6661	*estacionário
		** -2,9627	
		*** 2,6200	
<b>LGNP</b>			
Segunda Diferença	-4,57976	* -3,6576	*estacionária
		** -2,9591	
		*** -2,6181	
<b>LX</b>			
Primeira Diferença	-5,06086	* -3,6576	*estacionária
		** -2,9591	
		*** 2,6181	

\* significativa a 1%, \*\*significante a 5% e \*\*\* significativa a 10%

Os resultados da Tabela 46 invalidam os resultados obtidos no modelo 1, já que nenhuma das variáveis é estacionária em seu nível. Na realidade, como visto, as séries LK e LX tem sua primeira diferença estacionária, sendo portanto integradas de ordem 1 - I(1). Já as séries LY, LL e LIDE são estacionárias apenas para a sua segunda diferença, sendo portanto integradas de ordem 2 - I(2).

A negação dos resultados obtidos no modelo 1 ocorre já que, as estatísticas básicas do modelo de regressão linear clássico (MRLC), em que se destaca o poder explicativo do modelo  $R^2$ , serão

Tabela 46

Teste para Verificação de Estacionaridade: Dickey - Fuller.

Variáveis	Valores ADF Test	Valores Críticos	
<b>LIDE</b>			
Segunda Diferença	-5,0648	* -3,6661	* estacionário
		** -2,9627	
		*** -2,6200	
<b>LK</b>			
Primeira Diferença	-3,344948	* -3,6496	** estacionário
		** -2,9558	
		*** -2,6164	
<b>LL</b>			
Segunda Diferença	-5,160461	* -3,6661	*estacionário
		** -2,9627	
		*** 2,6200	
<b>LGNP</b>			
Segunda Diferença	-4,57976	* -3,6576	*estacionária
		** -2,9591	
		*** -2,6181	
<b>LX</b>			
Primeira Diferença	-5,06086	* -3,6576	*estacionária
		** -2,9591	
		*** 2,6181	

\* significativa a 1%, \*\*significante a 5% e \*\*\* significativa a 10%

Os resultados da Tabela 46 invalidam os resultados obtidos no modelo 1, já que nenhuma das variáveis é estacionária em seu nível. Na realidade, como visto, as séries LK e LX tem sua primeira diferença estacionária, sendo portanto integradas de ordem 1 - I(1). Já as séries LY, LL e LIDE são estacionárias apenas para a sua segunda diferença, sendo portanto integradas de ordem 2 - I(2).

A negação dos resultados obtidos no modelo 1 ocorre já que, as estatísticas básicas do modelo de regressão linear clássico (MRLC), em que se destaca o poder explicativo do modelo  $R^2$ , serão

viesadas quando as séries analisadas forem não estacionárias. (Darnel e Evans, 1990). Este ponto é de fundamental importância para a manutenção da consistência dos estudos econométricos, já que a grande maioria das séries econômicas não é estacionária em seu nível (Borges Ferreira, 1993), fato diversas vezes negligenciado quando do uso do instrumental econométrico pelos economistas teóricos, sobretudo no Brasil.

### VI.1. 3. Teste de Cointegração.

A não estacionaridade das séries não implica na impossibilidade da utilização do instrumental econométrico na realização de estudos empíricos sobre o tema. Uma primeira análise interessante é verificar se as séries possuem um equilíbrio de longo prazo ou em outras palavras, se estas séries seguem uma tendência comum de longo prazo, através de um teste de cointegração<sup>108</sup> das variáveis, que deve ser realizado em dois passos:

1. realização de um teste de raiz unitária, como o ADF test, para as variáveis nas quais se pretende verificar a existência de cointegração. Isto é necessário, já que o teste de cointegração somente pode ser realizado caso as variáveis tenham a mesma ordem de integração; e

2. verificação da estacionaridade da série dos erros na equação de cointegração, novamente através do ADF test, já que se o erro da equação de cointegração for estacionário, então a combinação

---

<sup>108</sup> Os componentes do vetor  $X_t$  são ditos cointegrados de ordem  $d, b$  (denotado  $x_t \sim CI(d,b)$ ) se:

1) Todos os componentes de  $x_t$  são  $I(d)$  e

2) se existe um vetor  $y$  (diferente de zero) para o qual  $Z_t = y'x_t \sim I(d-b)$  com  $b > 0$

Então se o grupo de  $I(d)$  variáveis rende uma combinação linear que tem uma ordem de integração  $(d-b < d)$ , para  $b > 0$  então o vetor  $y$  é chamado de vetor de cointegração. (Cuthbertson, Hall e Taylor, 1992)



linear das variáveis será também estacionária. (Pindyck e Rubinfeld, 1991).

Antes porém de desenvolver o processo, torna-se necessário, por uma questão de rigor estabelecer qual o sentido do termo equilíbrio de longo prazo, utilizado no trabalho, já que o termo equilíbrio diversas interpretações em economia. Deve-se deixar claro que está se referindo ao significado específico da literatura de cointegração, definido por exemplo em Cuthbertson, Hall e Taylor<sup>109</sup>

A primeira tarefa já foi realizada através dos dados obtidos na Tabela 46. As variáveis LIDE e LY e LL são integradas de ordem 2 - I(2), o que permite a realização do teste de cointegração para as variáveis.

Realiza-se, o segundo passo do processo, quer seja, a estimação da regressão de cointegração.

$$LY = a + B1 LIDE + B2 LL + Erro \quad (3)$$

O que nos interessa nesta regressão é analisar se o termo Erro é estacionário ou não. Caso o erro seja estacionário - e neste caso específico é necessário que o erro seja I(1) pois as variáveis são I(2) - então a combinação linear das variáveis LIDE, LY e LL será estacionária e as variáveis seguirão uma tendência comum, ou em outras palavras as séries cointegram. Porém se o termo erro não for estacionário, a combinação linear das variáveis será igualmente não estacionária e as séries não cointegram. (Pindyck e Rubinfeld, 1991).

Os resultados da Tabela 47 indicam que o termo erro é I(1) para um nível de 5% de significância, determinando portanto que as variáveis LIDE, LY e LL cointegram, seguindo portanto uma

---

<sup>109</sup> "The term equilibrium has many meanings in economics, and its use in the cointegration literature is rather different from most definitions of equilibrium. Within the cointegration literature all that is meant by equilibrium is that it is an

linear das variáveis será também estacionária. (Pindyck e Rubinfeld, 1991).

Antes porém de desenvolver o processo, torna-se necessário, por uma questão de rigor estabelecer qual o sentido do termo equilíbrio de longo prazo, utilizado no trabalho, já que o termo equilíbrio diversas interpretações em economia. Deve-se deixar claro que está se referindo ao significado específico da literatura de cointegração, definido por exemplo em Cuthbertson, Hall e Taylor<sup>109</sup>

A primeira tarefa já foi realizada através dos dados obtidos na Tabela 46. As variáveis LIDE e LY e LL são integradas de ordem 2 - I(2), o que permite a realização do teste de cointegração para as variáveis.

Realiza-se, o segundo passo do processo, quer seja, a estimação da regressão de cointegração.

$$LY = a + B1 LIDE + B2 LL + Erro \quad (3)$$

O que nos interessa nesta regressão é analisar se o termo Erro é estacionário ou não. Caso o erro seja estacionário - e neste caso específico é necessário que o erro seja I(1) pois as variáveis são I(2) - então a combinação linear das variáveis LIDE, LY e LL será estacionária e as variáveis seguirão uma tendência comum, ou em outras palavras as séries cointegram. Porém se o termo erro não for estacionário, a combinação linear das variáveis será igualmente não estacionária e as séries não cointegram. (Pindyck e Rubinfeld, 1991).

Os resultados da Tabela 47 indicam que o termo erro é I(1) para um nível de 5% de significância, determinando portanto que as variáveis LIDE, LY e LL cointegram, seguindo portanto uma

---

<sup>109</sup> "The term equilibrium has many meanings in economics, and its use in the cointegration literature is rather different from most definitions of equilibrium. Within the cointegration literature all that is meant by equilibrium is that it is an

tendência comum, ou em outras palavras, possuem um equilíbrio de longo prazo.

**Tabela 47**  
**Teste de Estacionaridade para o Erro.**

	ADF Test	Valor Crítico	Resultado.
Nível	-2,145849	* -3,6959 ** -2,9750 *** -2,6265	não estacionário
Primeira Diferença	-3,713390	* -3,7076 ** -2,9798 *** -2,6290	*estacionário.

\* significante a 1%; \*\* significante a 5% e \*\*\* significante a 10%

Este resultado nos fornece uma importante conclusão: as variáveis LIDE, LY e LL possuem um equilíbrio de longo prazo, o que confirma empiricamente a preocupação teórica da necessidade de exame das relações entre as variáveis, sobretudo entre as variáveis LY e LIDE, centro da análise.

#### VI.1.4. Modelo de Correção do Erro.

Até o momento nada foi dito sobre a dinâmica de curto prazo do modelo, a realização do teste de cointegração permite apenas estabelecer a tendência ao equilíbrio de longo prazo. É com objetivo de responder a esta questão que realiza-se, logo abaixo, um modelo de correção do erro.(ECM)<sup>110</sup>.

---

observed relationship which has, on average, been maintained by a set of variables for a long period” (Cuthbertson, Hall, Taylor, 1992, pp.132)

<sup>110</sup> “Se duas variáveis  $x_t$  e  $y_t$  são cointegradas, a relação de equilíbrio de longo prazo existente entre elas tenderá a ser restabelecida após qualquer dequilíbrio provocado por um choque - quaisquer desvios em relação ao equilíbrio em um período serão parcialmente corrigidos no período seguinte. A implicação é que as mudanças em  $x_t$  e  $y_t$  no período corrente são determinadas em parte pro erros (desvios) em relação ao equilíbrio em períodos passados. Uma correta descrição da dinâmica de curto prazo envolvida requer, portanto, a construção

Antes porém deve-se atentar para um ponto de significativa importância: a realização de um ECM necessita da ocorrência de um resíduo  $I(0)$ . Como visto na Tabela 47, a regressão de cointegração das variáveis LY, LIDE e LL, todas  $I(2)$ , nos rende um termo de erro  $I(1)$ . A obtenção de um erro  $I(0)$ , necessário para a realização do ECM, é obtida através da regressão do termo de erro  $I(1)$  obtido, contra as variáveis LX e LK, igualmente  $I(1)$ , de acordo com o processo descrito por Cuthbertson, Hall e Taylor (1992)<sup>111</sup>.

Realizou-se desta forma a regressão do erro obtido em (47), contra as variáveis LX e LK, todas  $I(1)$ , que estabelece a seguinte equação:

$$\text{Erro} = a + B1LX + B2LK + \text{Erro2} \quad (4).$$

O erro obtido em (4), chamado de erro 2 para diferenciá-lo do erro obtido em (3), é submetido ao teste de estacionaridade, quer seja o ADF test, rendendo os resultados que se encontram resumidos na tabela 48:

---

de um modelo de correção do erro relacionando as variações observadas no período corrente, digamos, na variável  $y_t$ , não apenas a variações passadas em  $y_t$  e a variações no período corrente e em períodos passados em  $x_t$ , mas também a erros passados". (Borges Ferreira, 1993, pp. 42)

<sup>111</sup> "It is however, possible to have a mixture of different order series when there are three or more series under consideration. In this case, a subset of the higher-order series must cointegrate to the order of lower-order series. For example, suppose  $Y_t \sim I(1)$ ,  $X_t \sim I(2)$  and  $W_t \sim I(2)$ . If  $X_t$  and  $W_t$  cointegrate then  $V_t = aX_t + cW_t$  will be  $I(1)$ .  $V_t$  is now a potential candidate to cointegrate with the remaining  $I(1)$  series  $Y_t$ . If so, then  $Z_t = eV_t + fY_t$  will be  $I(0)$ . We could summarise this set of circumstances as i)  $X_t, W_t \sim CI(2, 1)$ ; ii)  $V_t, Y_t \sim CI(1, 1)$  and hence iii)  $Z_t \sim I(0)$ ." (Cuthbertson, Hall and Taylor, 1992, 133)

Tabela 48.

Teste de Estacionaridade para Erro 2.			
	ADF test	Valor Crítico	Resultado.
Nível	-3,040733	* -3,6959	** estacionário.
		** -2,9750	
		*** -2,6265	

\* significante a 1%, \*\* significante a 5% e \*\*\* significante a 10%

A tabela 48 determina que a série Erro2 obtida em (4) é I(0)<sup>112</sup>, elemento necessário para realização do ECM, desenvolvido a partir da especificação geral<sup>113</sup>:

$$d(y_t) = a_1 + \sum_{i=1}^r b_i d(y_{t-i}) + \sum_{j=0}^s \beta_j d(x_{t-j}) + d_1 \mu_{-1} + x_t \quad (5)$$

O ECM ao incorporar o erro obtido na equação de cointegração, permite ao modelo adequar-se aos movimentos de curto prazo das variáveis, lembrando-se, que a equação de cointegração é capaz apenas de determinar a ocorrência de um equilíbrio de longo prazo.

A principal dificuldade para a estimação do modelo é a determinação do número de diferenças defasadas que devem ser incluídos no lado direto da equação, ou seja, a determinação dos valores de r e s. Neste sentido, seguiu-se o critério proposto por Hendry, de eliminação das defasagens com coeficientes não significativos, também conhecido na literatura como procedimento LSE<sup>114</sup>. Os principais resultados do modelo estimado encontram-se resumidos na Tabela 49

<sup>112</sup> Este resultado implica também que as variáveis LK, LX e Erro cointegram.

<sup>113</sup> Para uma discussão sobre a especificação do ECM veja-se Cuthbertson, Hall e Taylor, 1992.

<sup>114</sup> Outro critério que pode-se utilizar para resolução deste problema é o procedimento de minimização do erro final, proposto por Hsiao (1981).

Tabela 49

Dy =	c*	DK*	Dk(-2)*	DIDE*	DIDE(-2)*	DX *	Erro2 (-1)**
	(0,0235)	(0,313307)	(0,08987)	(0,2287)	(-0,015)	(0,066)	(-0,3163)
R <sup>2</sup> =	0,861345	R <sup>2</sup> ajustado:	0,8217	F = 21,74	Prob(F) = 0,000		
W =	0,2446	LM = 1,5315	Jarque Bera = 1,80	Reset: 1,4217.	DW = 2,56.		

\* significante a 1%, \*\* significante a 5%.

De uma forma geral, os resultados do modelo são bastante satisfatórios, destacando-se seu elevado poder explicativo ( $R^2$  e  $R^2$  ajustado) e sua elevada significância (F e Prob(F)), além do fato de que todas as variáveis individualmente são significantes a 1%, com exceção da variável Erro2 (-1), significante a 5%. Foram realizados ainda, alguns testes de diagnóstico, que em todos os casos demonstraram a não ocorrência de violações dos supostos do MRLC.<sup>115</sup>

Assim como anteriormente a estatística W refere-se ao Teste White para verificação de heterocedasticidade. A estatística F = 0,2446 com Prob(F) = 0,99, não nos permitem rejeitar H<sub>0</sub>: variância da amostra constante, indicando portanto que a variância do erro é constante, ou em outras, palavras mantém-se o suposto de homocedasticidade.

O teste de Jarque-Bera, com F = 1,80, e Prob(F) = 0,40, garante que o erro do modelo segue uma distribuição normal, assim como o teste LM de Breuch-Godfrey para correlação serial, com F = 1,5315, permite afirmar que não existem problemas de correlação

<sup>115</sup> Um ponto que merece ser destacado refere-se a exclusão da variável dL, que não se demonstrou significativa ao longo da realização das regressões. A inclusão desta variável prejudicava sensivelmente os resultados, percebendo-se inclusive um forte problema de multicolineariedade, quando da inclusão desta variável. No mesmo sentido, apesar de fazer parte da especificação geral do ECM, a variável crescimento econômico com defasagem temporal foi retirada do modelo por ser não significativa

serial na amostra<sup>116</sup>. Finalmente o teste Reset, refere-se ao teste de Ramsey com  $F = 1,42$  e  $\text{Prob}(F) = 0,26$ , indicando que a adequação da especificação do modelo. Em suma, destaca-se a adequação do ECM aos supostos do MRLC, além de elevado poder explicativo e significância de suas variáveis.

Os resultados corroboram ainda a principal preocupação teórica do trabalho, quer seja, o impacto positivo dos fluxos de capital produtivo estrangeiro no crescimento econômico brasileiro, destacando-se ainda a não significância da variável trabalho, excluída do ECM, contrariando desta forma a proposição teórica do modelo neoclássico de Solow-Swan.

Este último resultado, não parece contrariar a especificidade da realidade brasileira, onde o crescimento da oferta de trabalho não parece configurar-se como uma variável importante na determinação do crescimento econômico. É interessante notar como este resultado difere dos encontrados no modelo 1, onde a variável trabalho era a principal responsável pelo crescimento econômico brasileiro, demonstrando portanto, que este resultado, era fruto da não estacionaridade das séries.

#### VI.1.5. Conclusões.

Os principais resultados podem ser resumidos da seguinte forma:

1. A regressão de cointegração demonstra a verificação de um equilíbrio de longo prazo entre as variáveis IDE e Y, justificando portanto as preocupação teóricas entre estas variáveis.

---

<sup>116</sup> A estatística DW refere-se igualmente a um teste para verificação de problemas de correlação serial, sendo no entanto restrito a correlação serial de primeira ordem, diferentemente do teste LM, que verifica a possibilidade de correlação serial para ordens superiores

2. O ECM, que analisa a dinâmica de curto prazo do modelo, obtém resultados estatísticos considerados satisfatórios, sobretudo no que tange a importância do IDE na determinação do crescimento e no que se refere a adequação do modelo aos pressupostos do MRLC.

Em suma, vislumbra-se a partir do trabalho econométrico realizado, a importância do IDE na determinação do ritmo de crescimento da economia, e desde que, o processo de mudança da estrutura industrial, fruto do processo de industrialização, constitua-se num elemento chave na determinação do ritmo de crescimento, tem-se a corroboração empírica de que o processo de industrialização da economia brasileira encontra-se fortemente vinculado ao papel exercido pelo capital estrangeiro em sua forma direta.

#### VI.1.6. Apêndice

As séries utilizadas na realização deste trabalho foram retiradas da International Financial Statistics do FMI, CD-room do Banco Mundial (1994), e de diversos boletins do Banco Central do Brasil, utilizando-se as seguintes *proxys*.

**Crescimento Econômico (Y):** GNP brasileiro em dólares constantes de 1987.

**Investimento Estrangeiro Direto (IDE):** ingresso de capitais estrangeiros na economia brasileira em dólares constantes de 1987.

**Insumo Capital (K):** formação bruta de capital fixo na economia brasileira em dólares constantes de 1987.

**Insumo trabalho (L):** crescimento da população economicamente ativa.

**Exportação (X):** valor das exportações brasileiras em dólares constantes de 1987.



## PARTE VII.

### VII.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo do trabalho foram estabelecidas as principais conclusões acerca do papel desempenhado pelo IDE durante o processo de industrialização, enquanto elemento central do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. A presente seção não apresenta novos elementos. Objetiva apenas reafirmar os principais resultados encontrados, quer sejam:

1. a análise do padrão de acumulação interno e externo à economia permite entender, em linhas gerais, os principais movimentos do capital estrangeiro em sua forma produtiva no Brasil.
2. o IDE desempenha distintos papéis durante o crescimento com diversificação da matriz industrial e durante o processo de industrialização.
3. o entendimento do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho deve levar em consideração o papel do capital estrangeiro em sua forma produtiva.

Vejamos alguns argumentos<sup>117</sup> que corroboram as conclusões acima destacadas.

---

<sup>117</sup> Destacam-se apenas "alguns elementos". A argumentação mais detalha encontra-se em cada seção do trabalho.

No período compreendido entre 1860-1933, as principais características do padrão de inserção do IDE na economia são: 1. o escasso volume de recursos; 2. a concentração setorial em serviços básicos, embora crescentes os investimentos em atividades manufatureiras e 3. o aumento da importância norte-americana em detrimento da posição inglesa.

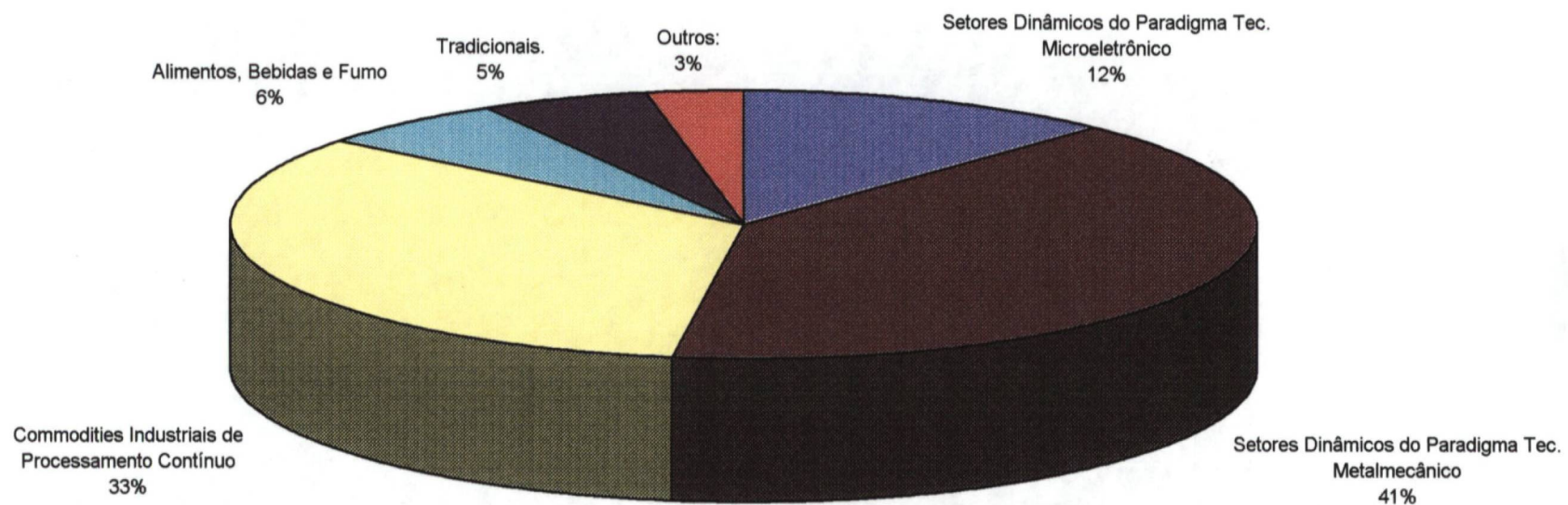
Estas características do padrão de inserção agem no sentido de reforçar o caráter agro-exportador da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, na medida em que concentram suas atividades na exploração, ainda que indireta, da economia agro-exportadora cafeeira.

Este padrão de inserção dos capitais produtivos encontra-se altamente correlacionado com as condições internas e externas de acumulação( quadro sinóptico 1).

No plano interno, destaca-se o papel fundamental da economia cafeeira na determinação da dinâmica interna, muito embora seja crescente a importância das atividades industriais.

Externamente tem-se o paulatino enfraquecimento da posição britânica no plano internacional, com paralela ascensão do sistema industrial alemão e norte-americano, embora esses sistemas ainda não promovam a expansão de seus capitais produtivos em nível internacional.

Gráfico 6 - Participação dos Setores no total do IDE



**QUADRO SINÓPTICO 1**  
**Período (1860-1933)**

**Condições Internas de Acumulação**  
predomínio da atividade agro exportadora do café na determinação da dinâmica interna  
início do processo de crescimento com diversificação da matriz industrial a partir da substituição de importações de bens de consumo não duráveis, indiretamente favorecidas pelas políticas econômicas de manutenção da renda da economia agro-exportadora  
intensificação do processo de urbanização  
1929: crise da economia cafeeira, superprodução interna vis à vis queda na demanda externa



**Padrão de Inserção dos IDE no Brasil**  
volume de recursos escassos  
concentração setorial: serviços básicos, muito embora crescente a expansão nas atividades manufatureiras  
predomínio inglês paulatinamente colocado em xeque, ascensão norte-americano

**Condições Externas de Acumulação**  
predomínio inglês no campo produtivo, financeiro e comercial é paulatinamente colocado em xeque em função da ascensão dos sistemas industriais alemão e norte-americano, que conduzem a expansão dos setores dinâmicos da II segunda revolução industrial  
(química, metalurgia, siderurgia, etc)  
1929: eclosão da crise internacional e início da crise dos anos 30



**Padrão de Expansão do Capital**  
liderança britânica é colocada em xeque  
Ascensão dos capitais produtivos de origem norte-americana, ainda que de forma tímida  
concentração dos IDE em setores de atividades extrativas e/ou serviços  
significativa importância do Império Britânico na absorção dos fluxos

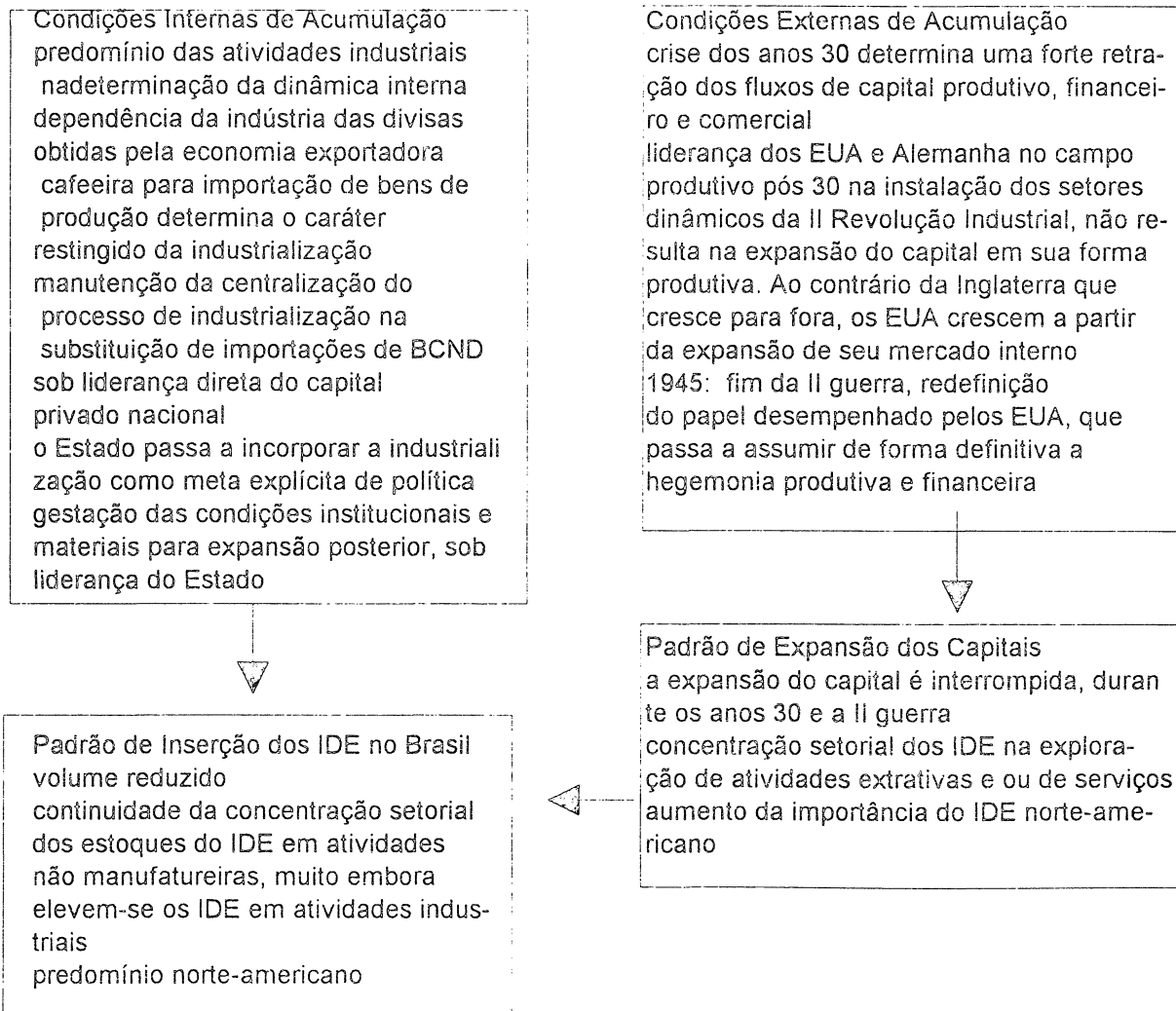


A continuidade dos elementos característicos do padrão de inserção do IDE no período 1933-55 é igualmente explicada pelos condicionantes internos e externos. O crescimento da importância dos IDEs em atividades industriais encontra-se diretamente vinculado à ascensão do sistema industrial norte-americano no cenário internacional - que historicamente concentra suas inversões produtivas em atividades industriais - e do crescimento interno das atividades industriais na fase de "industrialização restringida".

Por outro lado, o escasso volume de investimentos estrangeiros é, em grande medida, consequência da retração dos fluxos de capital em sua forma produtiva, financeira e comercial que marca a crise dos anos 30 e a II guerra mundial.

Nesta fase o IDE, novamente reforça o papel desempenhado pela economia brasileira na divisão internacional do trabalho, quer seja, uma inserção centrado na agro-exportação, dada a reduzida importância destes investimentos na instalação setores industriais que, modificassem o padrão de inserção previamente estabelecido.

**Quadro Sinoptico 2**  
Período: (1933-55).



A partir de 1950 reverte-se este quadro. O volume de IDE cresce significativamente de forma praticamente ininterrupta até 1980, que passam a concentrar-se em setores industriais, sobretudo em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico, elemento que reflete com precisão a consolidação do papel predominante do IDE de origem norte-americana.

Busca-se novamente nos elementos internos e externos a explicação para este fenômeno. Internamente tem-se o início do processo de industrialização pesada da economia, em que se destaca o papel fundamental dos grandes investimentos do Estado nos setores de energia, transportes e insumos básicos. Externamente esta é a fase de expansão do capital produtivo norte-americano, a qual segue-se posteriormente, num claro movimento de acirramento da competição inter-oligopólica, a expansão dos capitais produtivos alemão e japonês. É ainda, a expansão do capital sob bases técnicas bem definidas - a base tecnológica metalmeccânica-química - que se caracteriza por determinar padrões de industrialização convergentes em nível internacional.

Assim, tanto no que tange às condições internas - início dos grandes investimentos estatais - quanto externas - rivalização da competição sob bases tecnológicas bem definidas - tem-se a conformação de um cenário propício a inserção estrangeira no Brasil.

O resultado destas condições é que o capital estrangeiro passa a constituir-se em agente central na superação do caráter restringido do processo de industrialização, agindo no sentido de inserir a economia brasileira na divisão internacional do trabalho, que se afigura desde meados dos anos 50. Esta já não se caracteriza mais pela divisão entre países agro-exportadores e países industriais, mais sim entre países com diferentes formas de industrialização, em se destaca o papel de

alguns NICs latino-americanos e asiáticos no mercado mundial de bens tradicionais e/ou *commodities* industriais.



**Quadro Sinóptico 3.**  
**Período 1955-70.**

Condições Internas de Acumulação  
1955-60: início do processo de industrialização pesada, a partir da execução do Plano de Metas, sob liderança dos investimentos estatais e dos IDEs  
1967-73: milagre econômico, crescimento associado a base instalada durante o Plano de Metas  
1974-80: II PND. Liderança dos Investimentos estatais na instalação dos bens intermediários



Condições Externas de Acumulação  
Pós 1950: Consolidação da hegemonia financeira - produtiva dos EUA  
Plano Financeiro: Acordo de Bretton Woods  
Plano Produtivo: Processo de internacionalização das grandes empresas norte-americanas.  
Anos 60: Reação das grandes empresas alemãs e japonesas que empreendem um processo de "catching up" em relação a best practice estabelecida pelos EUA, através de políticas industriais coordenadas pelo Estado.  
Anos 70: Acirramento da competição inter-oligopólica, a partir da transnacionalização das EMNs japonesas e europeias.



Padrão de Inserção do IDE no Brasil  
Crescimento significativo do volume de IDE  
Liderança norte-americana, com crescente importância do papel europeu  
Centrada na instalação dos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico - químico.



Padrão de Expansão do Capital.  
Crescimento do volume de IDE inicialmente sob liderança das GEAs, com paulatino aumento do papel das empresas japonesas e alemãs.  
Concentração inicial na AI, e posteriormente na Europa.  
Concentração setorial na indústria manufatureira, sobretudo setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico.

Após 1980, tem-se uma profunda alteração no padrão de inserção dos capitais estrangeiros. Os investimentos tornam-se mais “voláteis” - oscilando entre momentos de crescimento e drástica retração - e “financeirizados”. Setorialmente, nota-se a manutenção da importância dos IDEs nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico e das *commodities* industriais. A liderança norte-americana é relativamente ameaçada e cresce a importância dos IDEs japoneses.

Este cenário é fruto, ao menos em parte, do baixo dinamismo da economia brasileira durante a crise de 1980-93 e dos elementos característicos do processo de globalização da economia.

A globalização da concorrência, cujo elemento distintivo encontra-se no “ataque” promovido pelos *keiretsus* japoneses ao mercado norte-americano via IDE, age no sentido de promover a retração do processo de expansão norte-americano, ao menos até 1993. O risco de perder seus mercados locais dispara um processo de concentração dos interesses de algumas importantes multinacionais norte-americanas em seu mercado doméstico, reduzindo portanto o volume de suas inversões nos mercados externos.

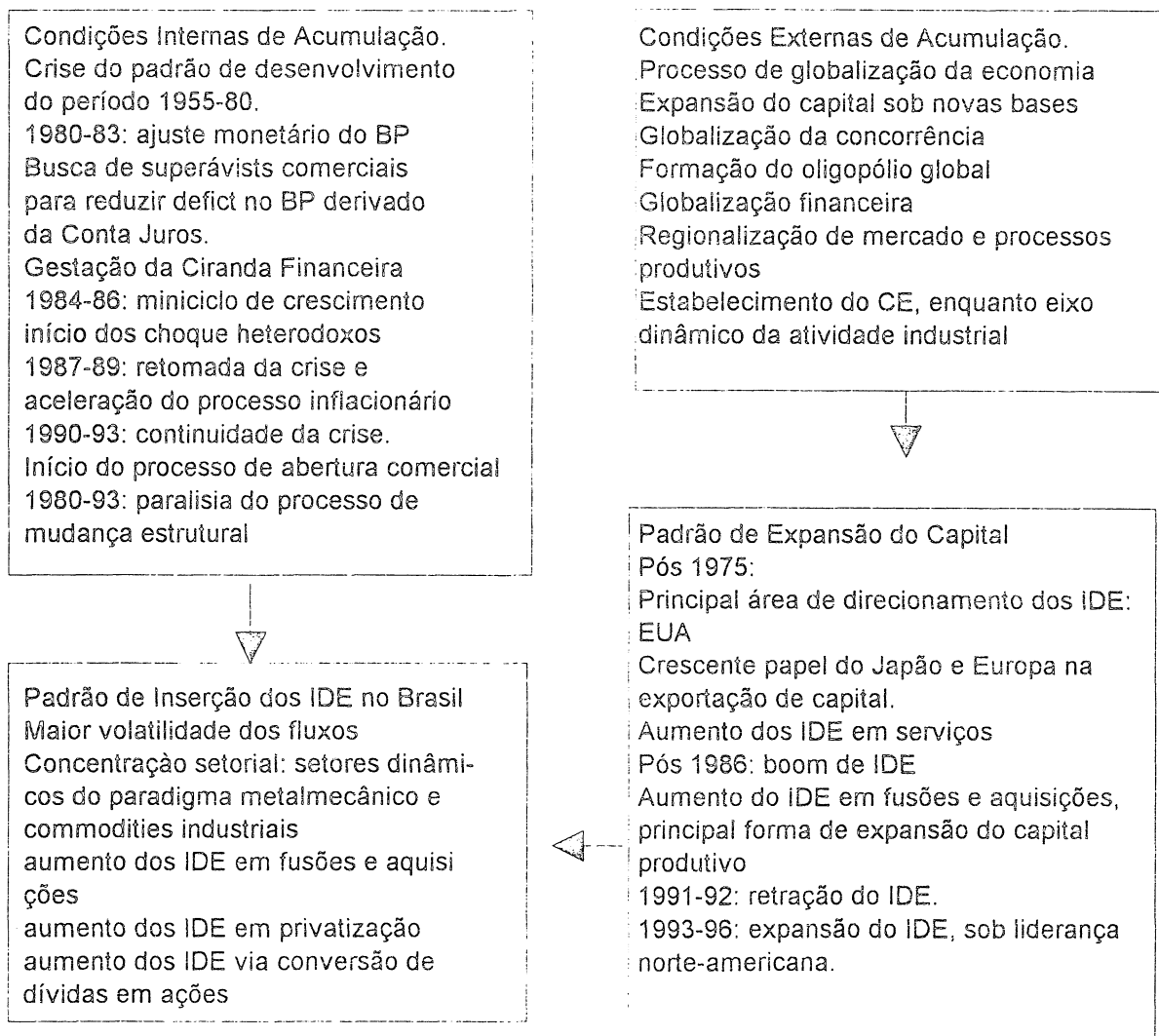
A regionalização dos mercados e processos produtivos faz com que o Brasil fique fora dos objetivos do investidor externo cujo papel mais cresce nos anos 80, quer seja o Japão, que concentra significativamente seus interesses na região asiática.

Os efeitos da globalização financeira sobre a expansão do capital produtivo fazem-se sentir também no âmbito nacional. A crescente importância dos IDEs em fusão-aquisição de empresas nacionais é um dos elementos característicos deste fenômeno.

Em suma, o padrão de inserção do IDE no país é, ao menos no que tange suas tendências mais genéricas, fruto da conjunção dos

movimentos internos e externos de acumulação (vide quadro sinóptico 4).

Quadro Sinóptico 4  
Período: Pós 1980.



Estes são os elementos que corroboram, ainda que de forma bastante sintética, as três principais conclusões enumeradas acima. Mas o que dizer dos movimentos mais recentes do IDE ?. Embora não seja objetivo deste trabalho, gostaríamos de destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, o recente aumento do volume de IDE - que em 1996, superam os US\$ 9 bilhões - deve ser observado com cautela. São investimentos cada vez mais direcionados para fusões-aquisições, não implicando, portanto, na instalação de novas plantas. Ao que tudo indica, encontram-se concentrados em setores dinâmicos do paradigma metalmeccânico-químico e nas *commodities* industriais, sem que se observem movimentos no sentido da instalação, ainda que parcial, de ramos do CE.

Em segundo lugar, pelo que indicam as evidências, sobretudo do periódicos especializados (Gazeta Mercantil e Indústria e Comércio), a expansão do IDE a partir de 1997 irá se concentrar nas operações de privatização das empresas de mineração (Vale do Rio Doce), telecomunicações (sistema Telebrás), energia elétrica (sistema Eletrobrás) e petróleo (Petrobrás).

Em suma, vislumbra-se para os próximos anos a concentração dos IDEs na aquisição de empresas públicas, o que somado ao novo "caráter" da inversão externa -mais volátil e financeirizado - conformam um cenário onde a repetição pós 1980, do papel desempenhado pelo IDE durante a fase de industrialização pesada da economia, torna-se bastante improvável.

## ANEXO.

### OS DETERMINANTES DO IDE: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS.

#### 1. Introdução.

Como inicialmente proposto, será apresentado neste anexo um breve e, reconhecidamente incompleto, resumo das principais contribuições da teoria econômica em relação ao estudo dos fatores determinantes do processo de internacionalização do capital. O tema vem merecendo, sobretudo após a II Guerra Mundial, uma atenção especial das diversas correntes do pensamento econômico, muito embora a preocupação com o tema já esteja presente em autores clássicos, sobretudo Marx (Cantwell, 1990).

Deve-se ter claro, no entanto, que estas contribuições referem-se a análise dos determinantes do processo de internacionalização, que não se constitui no tema central do trabalho de dissertação, o que portanto justifica sua colocação em Anexo.

Por outro lado, o tema não poderia deixar de ser analisado, já que, como argumentado durante a seção 1.2 deste trabalho, é necessário deixar claro ao leitor que a opção do estudo da importância do IDE na economia brasileira através da proposta de Possas (1981), Castro (1978) e Singer (1985), é uma dentre um amplo grupo de análises.

Poder-se-ia ter optado, entre outras visões, pela concepção de Hymer, e o padrão de inserção dos IDEs no Brasil seria fruto do poder de mercado das firmas estrangeiras vis a vis as concorrentes nacionais, ou então, entender a internacionalização da estrutura produtiva como sendo determinada pelo ganho de eficiência das EMN's advindo da redução nos custos de transação que caracterizam a internalização das

operações da firma vis a vis as transações via mercado. Outra opção, por exemplo, seria utilizar-se do modelo de ciclo do produto de Vernon (1966) e a saturação de produtos e processos nas regiões centrais se constituiria no elemento determinante da internacionalização produtiva da estrutura industrial brasileira

Não se nega a importância de nenhuma destas versões no entendimento do processo de internacionalização produtiva. No entanto, sua capacidade de explicação parece-nos, de uma forma geral, reduzida frente ao elevado grau de correlação verificado entre as condições internas e externas de acumulação e o padrão de inserção dos IDEs, elemento demonstrado ao longo de todo o trabalho de dissertação, sobretudo durante sua conclusão.

## 2. Organização da Seção.

Em função da grande diversidade de trabalhos na área foi utilizado, enquanto método de organização desta seção a proposta de Cantwell<sup>118</sup> (1990), que agrupa as contribuições da teoria econômica em cinco grupos teóricos, quer sejam:

- Contribuições marxistas e neoclássicas,
- A teoria do poder de mercado da firma de Hymer (1976),
- A teoria da internalização associada aos trabalho iniciais de Coase (1937) e Williamson (1975),
- As contribuições teóricas associadas a competição internacional intra-indústria e
- Os desenvolvimentos na área de macroeconomia.

---

<sup>118</sup> Existem também uma grande diversidade nas formas de organização destes trabalhos. Veja-se como exemplo OECD (1992) e Lizondo (1994)

### 3. Contribuições marxistas e neoclássicas.

A grosso modo, as contribuições de inspiração marxista determinam como elemento central no processo de internacionalização dos investimentos produtivos a tendência, inerente ao funcionamento do modo de produção capitalista, de queda nas taxas de lucro, que dá-se em função de dois fatores: a elevação da relação capital/trabalho e a queda da participação dos lucros na renda, a taxa de exploração (Cantwell, 1990).

Esta tendência verificar-se-ia de forma mais prematura nos países com maior grau de desenvolvimento, determinando portanto oportunidades de investimento, com taxas de lucro superiores no exterior, em países com baixa relação capital / produto ou que permitam uma super-exploração da força de trabalho (Cantwell, 1990).

Deve-se ressaltar no entanto, que no trabalho original de Marx não se faz referência especificamente ao processo de internacionalização da estrutura produtiva, já que a expansão dos capitais em Marx dá-se, no âmbito internacional, através tão-somente da circulação de mercadorias.

“A criação cada vez mais difícil da mais valia continua circunscrita às economias capitalistas. O mercado mundial atual somente através do fluxo de mercadorias, seja a nível de importações (que influenciam a taxa de mais valia e a composição orgânica do capital), seja a nível de realização da mais-valia incorporada nas exportações dos países industrializados. As relações com o resto do mundo são portanto, exclusivamente de cunho mercantil, e por conseguinte, concebidas em sua exterioridade. O mercado mundial designa explicitamente o nível da análise de Marx e Rosa Luxemburgo: o da circulação” (Michalet, 1984, pp.63.)



Isto não significa que Marx desconsidere a importância da expansão dos mercados no crescimento do modo de produção capitalista. Muito pelo contrário, "a tendência a criar um mercado mundial é inerente ao próprio conceito de capital". Indica tão somente a forma como esta tendência a criação de um mercado mundial se materializa que, em Marx, encontra-se concentrada nas transações mercantis, desconsiderando a possibilidade dos movimentos de capitais produtivos. (Michalet, 1984).

Esta incapacidade de Marx em notar o movimento de internacionalização do capital em sua forma produtiva é fruto do momento histórico vivenciado pelo autor, fato muitas vezes negligenciado pelos marxistas ortodoxos que buscam no autor explicações para fenômenos que não se verificaram em seu tempo, tendo-se em vista ainda, que o processo de internacionalização produtiva dá-se durante a fase monopolista do capitalismo. (Michalet, 1984).

Como último ponto, no que tange ao trabalho de Marx, cabe ver como a expansão do capital via comercialização, em específico via importações agiam no sentido contrário à tendência de determinação da queda na taxa de lucro. Este exercício é bastante simples, quando tem-se em mente a expressão matemática desta variável.

$$P = (m/V) / (C/V) + 1$$

Onde:

m: mais-valia.

V: capital variável.

C: capital constante.

P: taxa de lucro.

As importações agiriam de duas formas: 1. A importação de bens de subsistência mais baratos reduziriam o valor da força de trabalho, aumentando conseqüentemente a taxa de exploração ( $m/V$ ) e 2. A importação de elementos circulantes do capital constante, como matérias-primas, traduz-se na queda de  $C$ , freando a alta da composição orgânica do capital ( $C/V$ ). (Michalet, 1984)

Não obstante, o comércio internacional seria incapaz de impedir a tendência a queda da taxa de lucro no modo de produção capitalista.

“Para Marx, a importância do comércio exterior reside essencialmente no fato de que ele favorece, no interior, a continuidade da acumulação de capital. Mas o comércio não suprime as duas conseqüências inelutáveis do desenvolvimento das forças produtivas: a alta da composição orgânica do capital e a superprodução” (Michalet, 1984, pp. 59 e 60)

É apenas em Lenin, que a expansão do capital passa a ocorrer fundamentalmente através dos movimentos do capital produtivo. A exportação de capital, assim como a fusão entre o capital bancário e industrial, constituem-se no elemento distintivo de um período histórico determinado, o capitalismo monopolista, em superação ao capitalismo concorrencial.

A grosso modo, a exportação de capitais, em Lenin assim como nos outros autores de inspiração marxista, é uma função da tendência de queda da taxa de lucro. A diferença em relação ao trabalho de Marx, é que desta vez o elemento que atua no sentido de reduzir esta tendência, não é mais o movimento de mercadorias no circuito da circulação, mas sim o transplante de unidades produtivas de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas.

“ Na impossibilidade de aumentar a taxa de mais-valia em proporções superiores à alta do denominador ( $C/V$ ), o capitalismo maduro se vê obrigado a abandonar certas atividades a nível

nacional, transferindo-as (sem mudar o controle) para os países subdesenvolvidos, onde é maior a taxa de mais-valia. Esse processo de deslocamento pode ser acompanhado de uma transferência de capital -dinheiro, mas este, por si só, não pode preencher a função; é, na melhor das hipóteses, uma condição necessária. Ele deve se defrontar com uma força de trabalho pronta para a venda. A exportação de capital é a exportação da relação social de produção capitalista. Já não se trata mais, como no esquema M-D-M' - característico do comércio internacional - de transferir valor da periferia menos desenvolvida para o centro. A partir deste momento, trata-se de introduzir o processo de sua criação" (Michalet, 1984, pp. 96 e 97).

Torna-se necessário neste ponto, para um melhor entendimento da questão, relembrar-se da diferenciação, estabelecida por Marx, entre o processo de circulação (M-D-M') e o processo de valorização do capital (D-M-D'), que compõem o modo de produção capitalista.

No processo de circulação, característico por exemplo do comércio internacional, não se tem criação de valor, tendo-se em vista que a diferença entre M e M' é qualitativa, sendo o papel desempenhado pelo dinheiro tão-somente o intermediário da troca. O comércio internacional portanto, apenas transfere valor, sendo incapaz no entanto de criá-lo.

Diferentemente, no processo de valorização (D-M-D'), não há diferença qualitativa entre D e D', sendo tal diferença quantitativa ( $D' > D$ ). A transformação de D em D' se dá durante o processo de produção, no qual o valor pago pela mercadoria trabalho excede sua contribuição à produção da mercadoria, sendo justamente esta a fonte do diferencial positivo de D' em relação a D.

Em suma, o processo de expansão dos capitais, vislumbrado por Marx, no período do capitalismo concorrencial, refere-se tão somente a transferência de valor característico do processo de circulação de mercadorias, enquanto a expansão dos capitais produtivos, durante o

período monopolista, vislumbrada por Lenin, ao transnacionalizar o processo de produção, acaba deslocando o processo de criação de valor.

É neste sentido que pode-se afirmar que o trabalho de Lenin, assim como os demais trabalhos de inspiração marxista, entendem ser o processo de internacionalização da produção um fenômeno sistêmico, e que pode ser entendida como uma “válvula de escape” para a queda na taxa de lucro das economias centrais. (Guimarães, 1987)

A vertente neoclássica também ocupou-se do tema. Segundo esta tradição, os movimentos de capitais produtivos entre países dão-se em função da existência de diferentes níveis de lucro, juros e salários entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.

Os elevados níveis salariais e as reduzidas taxas de juros e lucros verificadas nos países desenvolvidos, determinariam movimentos de exportação de capitais produtivos para regiões menos desenvolvidas, onde em função da escassez de capital e abundância de mão de obra, encontram-se níveis de lucros e juros superiores, além obviamente de níveis salariais significativamente inferiores aos observados no centro. (Cantweel, 1990)

Deve ficar claro, que tanto a teoria de inspiração marxista, assim como a contribuição ortodoxa estão baseadas na hipótese de que os fluxos de investimentos produtivos se dão no sentido centro - periferia, sendo portanto incapazes de interpretar os movimentos entre países com mesmo grau de desenvolvimento econômico, em que se destacam os movimentos entre países com elevado grau de desenvolvimento econômico.

Cerca de 2/3 do estoque de IDE foi alocada em países subdesenvolvidos até 1938, tendo como origem de propriedade os USA e a Grã-Bretanha. Porém o fluxo de IDE nos países subdesenvolvidos

apresentou, pós II Grande Guerra, um movimento de declínio constante, chegando em 1970 a representar cerca de  $\frac{1}{4}$  do mesmo estoque, o que leva Cantwell (1990), a determinar que “ in other words, international production is now organized principally between the industrialized countries”, o que reduz significativamente o poder explicativo dos trabalhos de inspiração marxista e neoclássica.

Não apenas verifica-se a maior importância nos movimentos dos capitais produtivos entre países com maior desenvolvimento econômico, como também se verifica uma forte concentração dos fluxos de IDE intra-tríade, o que enfraquece ainda mais os argumentos neoclássicos e marxistas. Neste sentido, tem-se que:

“In 1980, the stock within the Triad accounted for 30 per cent of the world-wide stock of inward investment; by 1988, intra-Triad stock had increased to an estimated 39 per cent of world-wide inward stock” (OCDE, 1992)

#### 4. Teoria do Poder de Mercado ( a Contribuição de Hymer)

O trabalho desenvolvido inicialmente por Hymer (1976) em resposta as visões tradicionais sobre a internacionalização da produção deve ser entendido antes de tudo como um deslocamento da análise dos determinantes sistêmicos em direção aos aspectos microeconômicos deste processo, estando diretamente associado ao crescimento da literatura de organização industrial neste período.

A hipótese básica do trabalho de Hymer (1976) é de que as firmas locais possuem vantagens naturais em relação às empresas estrangeiras, associadas aos custos de adaptação que as firmas estrangeiras incorrem ao decidirem implantar uma filial em um novo país. O investimento direto, se dará, em função desta desvantagem inicial das firmas estrangeiras, apenas se tais firmas possuem algum ativo específico, que possibilite a superação de sua desvantagem natural em relação as concorrentes locais (Hymer, 1976)

Em suma, a partir da hipótese central de Hymer (1976) de que as firmas locais possuem vantagens naturais sobre as empresas estrangeiras, propõem-se que a transnacionalização produtiva ocorra, em função da posse de ativos, *unique asset* - termo originalmente utilizado por Hymer (1976).

Estas colocações no entanto não nos permitem compreender o processo de internacionalização produtiva, fundamental no trabalho de Hymer (1976), ou em outras palavras, a posse do *unique asset*, deve ser entendida apenas como uma condição necessária para a determinação da internacionalização produtiva, porém a motivação para a determinação dos fluxos de IDE é derivada, na visão de Hymer (1976) como será explicado logo abaixo, dos limites ao processo de

oligopolização e obtenção de taxas de lucro supranormais numa economia fechada. (Hymer, 1976)

O autor parte da hipótese, muitas vezes utilizada na literatura de organização industrial do período, de que existe uma tendência a formação de estruturas de mercado do tipo oligopólica, em função dos processos de acordo/colusão entre firmas que possuam alguma vantagem em relação a suas concorrentes no mercado local.

Porém este processo de oligopolização, que garante a obtenção de uma taxa de lucro supranormal, encontra um determinado limite, sendo o processo de internacionalização da produção uma das formas de superação desta limitação. Este movimento para fora dos investimentos pode inclusive ser acelerado pela retração do crescimento do mercado doméstico, que resulta, em grande medida, da diminuição dos incentivos ao investimento, derivado do processo de colusão entre firmas e da elevação do poder de mercado das empresas que compõem o oligopólio. (Cantwell, 1990)

Em suma, o processo de oligopolização da estrutura de mercado é fruto da posse de vantagens monopolísticas, por parte de um grupo restrito de empresas, que passam, a partir de acordos colusivos, a elevar a concentração industrial do setor, elevando concomitantemente seu poder no mercado, processo este que no entanto é limitado pelas dimensões do mercado local - no limite determinando uma estrutura de mercado do tipo monopólio (Cantwell, 1990). O processo de internacionalização produtiva constitui-se numa forma de superação desta limitação, que tem como objetivo final a manutenção do seu poder de mercado e, em última análise a manutenção de uma taxa de lucro supranormal da firma. (Yamin, 1990, Hymer, 1976)

Desta forma, a partir da perspectiva de Hymer, a decisão de produzir externamente é uma decisão interna a firma, motivada, como

visto, pelo limite ao processo de oligopolização num mercado nacional e que constitui-se numa alternativa viável a firma, apenas quando esta possui algum “*unique asset*”, dada a hipótese de que as firmas locais possuem vantagens em relação a empresa estrangeira. (Hymer, 1976)

Esta estrutura de mercado oligopolizada tenderia, segundo Hymer (1976), a internacionalizar-se, em função novamente de processos de colusão entre firmas que possuíssem inicialmente alguma vantagem monopolística. A internacionalização da produção agiria, no sentido de arrefecer, antes que acirrar o processo de competição oligopólica em nível internacional. (Yamin, 1991)

Críticas à parte, como por exemplo a defesa neoschumpeteriana de que a formação de estruturas de mercado oligopolizadas não tendem a reduzir o processo de competição, mas ao contrário acirram este processo, não se pode deixar de vislumbrar a importância do trabalho de Hymer, que traz à luz do debate um fato aparentemente óbvio, que no entanto foi desconsiderado pelas interpretações marxista e neoclássica, quer seja, que o processo de internacionalização da produção é antes de mais nada uma decisão estratégica e interna à firma. (Yamin, 1991)

No entanto, a contribuição de Hymer possui significativas limitações. Em primeiro lugar o autor não desenvolve com maior rigor quais os determinantes da posse de vantagens competitivas. Segundo Hymer (1976):

“There are many kinds of advantages as there are functions in making an selling a product” (Hymer, 1976, pp.41)

De uma forma geral, pode-se afirmar ainda que a teoria do poder de mercado das firmas responde apenas a uma das questões relativas à internacionalização da produção. Não responde porém para onde os



investimentos deveriam ser dirigidos ou porque as firmas não exploram tais vantagens competitivas através de exportações ou licenciamento destas vantagens. Esta última questão é em parte respondida pela teoria da internalização, que passa a ser exposta a seguir.

### **5. Internalização: a Contribuição dos Custos de Transação.**

A teoria da internalização, enquanto determinante do processo de internacionalização produtiva, está baseada nos trabalhos inicialmente desenvolvidos por Coase (1937) e Williamson (1975) sobre os determinantes do surgimento das firmas, enquanto uma forma particular de organização das transações econômicas vis a vis a organização via mecanismos de mercado - a teoria dos custos de transação.

Em síntese, tanto a organização da transação via mercado, quanto via internalização da atividade, incorrem em determinados custos, cabendo aos agentes econômicos escolher a forma que os minimize. Desta forma, enquanto as transações internalizadas - via firma - incorrem em todos os encargos derivados de relações hierarquizadas (administração, gerenciamento, etc) as relações estabelecidas pelo mercado acabam incorrendo, além dos custos diretos, em outros custos derivados das *market failure*, que estão associados a fato de que as hipóteses neoclássicas sobre *perfect knowledge* e *perfect enforcement* não se verificam no mercado (Coase, 1937) e (Williamson, 1975).

O ambiente econômico é intrinsecamente incerto, e a capacidade de conhecimento dos agentes é significativamente limitada, não apenas em função dos limites que marcam o conhecimento dos agentes em relação ao comportamento dos eventos futuros, mas também em função

da capacidade limitada em receber, processar e armazenar informações, a *bounded rationality*.

Determina-se ainda que, segundo a teoria dos custos de transação, em contraposição ao *perfect enforcement* proposto pela teoria neoclássica, os agentes econômicos caracterizam-se por ter um comportamento de corte oportunista. A junção de agentes com comportamento oportunista, num ambiente de incertezas irá agir justamente no sentido de elevar significativamente os custos de transacionar via mercado. (Williamson, 1975)

A organização de determinada transação via mercado incorre desta forma em determinados custos, frutos das *market failures*. Por exemplo, uma determinada firma que necessite de um insumo específico, e cuja oferta é realizada por um grupo limitado de empresas, estará incorrendo num elevado custo de transação em organizar a compra deste insumo via mercado, dada a possibilidade de surgimento de um comportamento oportunista, traduzido, por exemplo, numa elevação aleatória dos preços do insumo por parte dos ofertantes, sendo provavelmente inferior o custo de internalização desta transação, o que levará a internalização desta atividade<sup>119</sup>. (Williamson, 1975)

Desta forma, a teoria da internalização entende ser o movimento de internacionalização produtiva fruto direto destas imperfeições do mercado - *market failure* - ocorrendo a transnacionalização da empresa sempre que o custo de organização de determinada transação econômica via mercado for superior ao custo da internalização. As

---

<sup>119</sup> Deve-se ter claro que este é apenas um exemplo, podendo a internalização surgir por outras razões, tais como a inexistência ou elevado custo na manutenção de estoques, o elevado custo de produção em função das escalas mínimas de produção ou simplesmente em função de uma forte incerteza no mercado, entre outros fatores. O que deve se ter claro é a transação será internalizada sempre que, segundo os agentes, o custo de transação via mercado, e esta avaliação inclui variáveis de caráter subjetivo (não quantificável), for superior ao custo da organização via hierarquia

MNE's utilizam-se das hierarquias - organização via firma - para eliminar os custos de transação, não sendo necessário para que se verifiquem os movimentos de capitais produtivos entre países, a posse de vantagens monopolísticas por parte de determinada firma ou grupo de firmas, como proposto pela teoria do poder de mercado da firma (Hennart, 1991).

**“For transaction cost theorists, FDI, does not require that the investing firms possess monopolistic advantages. It requires only that some markets be such that hierarchial co-ordination incurs lower costs than co-ordination through price” (Hennart, 1991, pp. 84)**

Em suma, diferentemente da teoria do poder de mercado da firma desenvolvida por Hymer (1976), e o paradigma eclético desenvolvido por Dunning, analisado a seguir, não há necessidade da existência de vantagens monopolísticas por parte das firmas para que se efetive o movimento de transnacionalização, bastando apenas que o custo de organização da atividade via mercado seja superior ao custo verificado pela implantação da firma no exterior. A questão central da teoria da internalização encontra-se portanto no ganho de eficiência que o processo de internacionalização da produção irá determinar vis a vis a manutenção de transações via mercado.

**“The basic proposition is that market imperfections or failures, particularly in the buying and selling of essential inputs and outputs, as well as economies of interdependent activities, lead a firm to exploit its foreign markets by internalizing the markets for these inputs and outputs” (Dunning, 1979, pp. 274)**

A teoria da internalização ajuda-nos desta forma a entender muitos casos de internacionalização da produção, que não poderiam ser entendidos tão somente através da proposta de Hymer (1976), como por exemplo os casos de integração vertical para trás que

caracteriza a inserção produtiva externa japonesa e inglesa até 1975 (Dunning, 1979), e que claramente objetivavam a eliminação dos elevados custos de transação dos mercados de insumos. Ajuda-nos também a entender os motivos pelo qual algumas firmas licenciam determinados ativos específicos para firmas externas, utilizando-se portanto dos mecanismos de mercado, enquanto outras empresas preferem, em função dos elevados custos de transação via mercado, desenvolver suas atividades externamente.

No caso de ativos intangíveis, como por exemplo a tecnologia ou propriedade de marca, o ambiente institucional em que a firma irá atuar é significativamente importante. Se a legislação do país em que a firma pretende atuar assegura direitos de patente - no caso da tecnologia - ou direitos de *trademark* - no caso da propriedade de marca - a firma perceberá um baixo custo de transação de organização da atividade via mercado. No entanto, se o país em que esta empresa irá se instalar não possuir uma legislação de patentes ou de *trademark* que assegurem a firma seus direitos, o custo de transação via mercado será bastante elevado, estimulando a exploração deste ativo através da internacionalização da atividade produtiva. (Hennart, 1990).

Não obstante a contribuição da teoria da internalização, cabe destacar que este grupo teórico, assim como a teoria do poder de mercado da firma, não são capazes isoladamente, de constituir-se, como por vezes pretendido, numa teoria geral determinação do IDE (Dunning, 1979). Uma limitação óbvia da teoria da internalização se refere a questão locacional, simplesmente negligenciada por este grupo teórico. (Dunning, 1979)

Hennart (1990), numa visão crítica da teoria da internalização, restringe significativamente o poder explicativo deste grupo teórico. Segundo o autor a teoria da internalização explicaria tão somente a

forma como a firma irá organizar-se externamente, muito embora a decisão de internacionalizar, encontre-se associada a comparação da eficiência na produção externamente vis a vis internamente.

**“A firm eager to sell overseas must decide whether to produce at home and export to the foreign market, or to locate production overseas. The decision is based on a comparison of delivered costs, and is a function of the relative production cost of a domestic and foreign location, of transport cost, and of tariff and non-tariff barriers to trade. A second decision is whether the firm will organize its interdependence with foreigners through market or hierarchical means. Transaction cost theory informs this second decision” (Hennart, 1990, pp, 85)**

O interessante notar, é que segundo Hennart (1990), a teoria dos custos de transação forneceria (vide citação) elementos apenas para a segunda parte da decisão da firma, quer seja, como produzir, muito embora, a decisão de onde produzir, dependa de outros elementos que não são levados em consideração pela teoria da internalização, determinando de forma clara os limites deste grupo teórico, sobretudo no que se refere a localização dos investimentos.

## 6. O Paradigma Eclético de Dunning.

Dunning (1979) defende a necessidade de explicar os padrões de internacionalização produtiva através da elaboração de um paradigma eclético, que deve ser entendido enquanto uma proposta metodológica de junção de diversas abordagens teóricas, sobretudo a teoria do poder de mercado, e a teoria da internalização, além do que o autor classifica como teoria da localização, desenvolvida inicialmente por Frank Southard. Desta forma:

“The industrial organization approach did not answer where ownership advantages were exploited; the locational theory approach did not explain how it was that foreign owned firms could outcompete domestic firms in supplying their own markets” (Dunning, 1979, 273)

É justamente esta incapacidade das teorias desenvolvidas em responder a este grupo de perguntas simultaneamente (porque, como e onde) sobre a determinação da internacionalização da produção que levam o autor a defender a elaboração de um paradigma eclético, no sentido de promover a junção destes diversos grupos teóricos.

Desta forma, a firma irá se engajar na internacionalização de suas atividades caso três grupos de condições sejam satisfeitas.

- **condição 1**- as firmas devem possuir vantagens monopolísticas vis a vis as firmas de outros países, contribuição associada ao trabalho de Hymer (1976).
- **condição 2** - assumindo a condição 1 satisfeita, deve ser benéfico para a empresa que possua tais vantagens monopolísticas usar ela própria estas vantagens antes que vender ou licenciar esta vantagem

competitiva para firmas estrangeiras, isto é internalizar estas vantagens através da extensão de suas próprias atividades, antes que externalizar esta vantagem licenciando ou determinando contratos com firmas estrangeiras independentes. (custos de transação)

- **condição 3** - assumindo 1 e 2 satisfeitas, deve ser mais lucrativo para a empresa utilizar estas vantagens em conjunção com fatores externos a seu país. Em outras palavras, devem existir vantagens em se produzir externamente, de outra forma os mercados externos seriam servidos por exportações ou licenciamento de vantagens a firmas estrangeiras (vantagens específicas do país)

Em seu trabalho de 1983 Dunning avança na qualificação da posse de vantagens por parte das firmas MNE's, agrupando-as em: OA - vantagens derivadas da posse de ativos específicos pelas MNE's e OT - vantagens derivadas redução no custo de transação em função da organização via firma vis a vis a organização via mercado, vantagens estas que de acordo com o paradigma deverão ser exploradas externamente em função de alguma vantagem de caráter locacional.

Há um avanço igualmente na discussão sobre a *market failure* no artigo de 1988, quando se promove a clara separação entre as imperfeições de caráter estrutural e as imperfeições de caráter transacional. Neste sentido, Jean Francois Hennart (1991) em sua discussão sobre custos de transação estabelece uma divisão entre as imperfeições do mercado de caráter natural derivadas do fato de que as hipóteses neoclássicas sobre o comportamento do mercado não se efetivam, e imperfeições estruturais, fruto da organização de mercado oligopolizada.

A organização de Dunning (1988) é significativamente parecida com a proposta de Hennart (1991). As imperfeições de caráter transacional tem a mesma origem que a chamada imperfeição natural de Hennart. Já no caso das imperfeições estruturais, pode-se afirmar que Dunning possui uma visão mais ampla do que Hennart, dado que para Dunning as imperfeições estruturais não comportam somente os elementos derivados da estrutura de mercado oligopolizada, estando também associada as barreiras tarifárias, custos de transporte, e outros fatores, sobretudo de caráter institucional, que venham a dificultar a exploração da posse de vantagens via mercado, estando a *market failure* estrutural em Dunning (1988) diretamente associada ao componente locacional do paradigma eclético. Países com elevadas barreiras comerciais, proibição de importações, etc, induziriam desta forma a realização de IDEs.

O mais importante no entanto é assinalar que o paradigma eclético, diferentemente da teoria do poder de mercado da firma ou da teoria da internalização, não pretende ser uma teoria geral sobre os determinantes da internacionalização da produção. De uma forma sintética, pode-se afirmar que o paradigma eclético pretende ser uma proposta metodológica de análise dos determinantes deste processo (Dunning, 1988 e 1991)

Assim a proposta de Dunning concentra-se na proposição de que devem ser levados em consideração na análise dos fluxos de capital produtivo as condições 1, 2 e 3, também chamadas *ownership-locational-internalization* (OLI) determinantes. Porém como afirma o autor:

“the identification and value of the specific ownership, locational and internalisation (OLI) parameters that will influence individual MNE’s in any particular production decision will vary



according to the motives underlying such production. The parameters influencing a MNE's to invest in a copper mine in New Guinea are unlikely to be the same as those influencing investment by a Japanese color television company in the US" (Dunning, 1988, pp. 5)

É muito importante ter-se claro este caráter metodológico da proposta de Dunning. Os determinantes que levaram a implantação da indústria automobilística ou de material elétrico no Brasil por empresas européias e americanas, são significativamente distintos dos elementos que determinaram a instalação de empresas inglesas em atividades mineradoras em suas ex-colônias, ou dos investimentos americanos e europeus no Brasil em setores de baixo conteúdo tecnológico.

Parece portanto claro, que os OLI determinantes não compõem uma teoria geral sobre a determinação dos fluxos de investimentos produtivos externos, mas apenas são elementos que devem guiar a análise do pesquisador em sua análise, que não pode deixar de considerar as especificidades da firma, da indústria e do país para onde o IDE está se dirigindo.

Como principais críticas ao paradigma eclético tem-se, segundo o próprio Dunning (1990): 1. o grande número de variáveis que explicariam os IDEs, 2. a possibilidade de ocorrência de interdependência entre as variáveis OLI, e 3. o caráter estático da teoria. As duas primeiras críticas perdem importância quanto tem-se em mente as limitações assumidas pela proposta do paradigma eclético, que não pretende ser uma teoria normativa sobre a internacionalização da produção. Quanto a questão do caráter estático das OLI variáveis, tem-se que, segundo Dunning (1990) as variáveis OLI estariam sujeitas a variações no tempo em função das mudanças nas especificidades das firmas-indústrias-países, o que enfraquece significativamente esta espécie de crítica ao paradigma.

## 7. As Análises de Competição Intra-Indústria e as Contribuições Macroeconômicas.

Tanto as análises de competição intra-indústria em nível internacional (CII), quanto as contribuições dos desenvolvimentos da macroeconomia (CDM) não podem ser entendidos como escolas teóricas definidas, como por exemplo a teoria da internalização, sendo na realidade um conjunto de contribuições sobre o processo de internacionalização da produção, que diferenciam-se em função do nível em que são realizadas (Cantwell, 1990).

Desta forma, a CII caracteriza-se enquanto uma análise de caráter mesoeconômico, ou seja, ao nível da indústria, enquanto as CDM, são notadamente análises de corte macroeconômico. Em função da diversidade e da grande variedade das contribuições, não é objetivo do presente trabalho realizar seu mapeamento completo, concentrando-se a análise em alguns trabalhos mais representativos.

As contribuições CII, podem ser organizadas em dois grandes grupos, quer sejam

1. os estudos centrados na análise das estruturas de mercado, sobretudo o oligopólio, no qual está incluído o modelo de ciclo do produto (PCM) de Vernon (1966) ;
2. os estudos que estão centrados na questão da aquisição tecnológica, enquanto determinante do processo de internacionalização produtiva.

De acordo com o PCM, que pode ser entendido como uma das principais contribuições deste grupo de trabalhos da CII centrados na

questão da estrutura de mercado, após a fase inicial de inovação do ciclo de vida do produto, as firmas estabelecidas preservam suas posições através da existência de economias de escala, antes que da liderança tecnológica.

Neste caso a razão para a realocação da produção em outro país não deve apenas ser interpretada como uma simples decisão de maximização dos lucros em face a mudança no padrão de demanda com aproximação dos níveis de renda dos países estrangeiros para um produto maduro. A ênfase deve ser deslocada em direção às estratégias de minimização de riscos, com intuito de evitar uma guerra de preços, em face ao amadurecimento de produtos e processos. (Cantwell, 1990).

Desta forma, o princípio de maximização dos lucros não basta para determinar as razões do processo de internacionalização produtiva, dado que, em função das economias de escala seria economicamente mais eficiente organizar a produção em um grupo de plantas concentrado. A razão do processo de internacionalização encontra-se portanto, segundo Vernon (1966), na estratégia de minimização dos riscos que evite uma guerra de preços entre oligopólios maduros.

Recentemente as contribuições da CII tem-se deslocado da questão relativa a estrutura de mercado para a questão da competição tecnológica enquanto determinante do processo de internacionalização produtiva. Estes estudos partem, de uma forma geral do conceito de *technological accumulation*, enquanto elemento central na determinação da ligação competição tecnológica - internacionalização da produção (Cantwell, 1990).

Como suposição inicial tem-se que cada firma segue um determinado *technological path* em função de seus investimentos, sua

cultura interna, sua rotina e seu *tacitness*. No limite este *technological path* pode ser único, determinando a inexistência da possibilidade da firma em apropriar-se de tecnologia gerada por outras empresas. Porém, de uma forma geral, deve-se considerar que o *technological path* de uma firma tem algum nível de interação com o de outras firmas (Nelson e Winter, 1977 e Cantwell, 1990).

De uma forma mais genérica, a firma pode apropriar-se de contribuições tecnológicas que “transbordam” do sistema econômico - *spill overs* - já que, da mesma forma que as empresas seguem um determinado *technological path* com algum grau de especificidade, os países também possuem, em algum sentido, um *technological path* definido com certo grau de especificidade, em função de sua tradição tecnológica, a natureza de seu sistema educacional, as práticas comuns dos negócios, etc, do qual uma firma específica pode apropriar-se. (Stiglitz, 1987), (Nelson e Winter, 1977)

O processo de internacionalização produtiva, sobretudo entre países desenvolvidos deve ser entendido neste sentido como fruto da capacitação tecnológica que as MNE's são capazes de apropriar-se, em função das relações com outras firmas estrangeiras ou que surgem do “extravasamento” da capacitação tecnológica, em função do processo de *spill overs*. Assim, quanto maior o grau de desenvolvimento dos centros de pesquisa, mais aperfeiçoado o sistema educacional, maior a *tacitness* de seus cientistas e engenheiros, entre outros fatores, maior a atratividade do país aos investimentos produtivos estrangeiros (OECD, 1992)

É interessante notar, que desta forma estas contribuições da CII, acabam por inserir o processo de internacionalização da produção num contexto dinâmico de competição tecnológica entre MNE's, diferentemente por exemplo da teoria do poder de mercado da firma,

que vislumbrava o arrefecimento do processo competitivo em função da internacionalização da produção. A capacitação tecnológica das firmas e países passa desta forma a constar da agenda de estudos que pretendam entender os movimentos de capitais produtivos, sobretudo em países desenvolvidos.

No que tange as contribuições relativas a CDM a análise se concentrará em alguns estudos mais representativos, quer sejam: 1. PCM de Vernon (1966), 2. Kojima-Osawa model (1985) e 3. as análises que priorizam os elementos financeiros na determinação dos IDEs, sobretudo a contribuição de Aliber (1970).

O PCM de Vernon foi inicialmente incluído nas contribuições da CII, muito embora, de acordo com Cantwell (1990), este modelo também possua importantes contribuições no terreno da CDM. A contribuição do PCM em termos macroeconômicos está diretamente relacionada a interpretação dos movimentos iniciais das empresas norte-americanas em direção à Europa.

De acordo com o modelo, os elevados níveis de renda e de demanda nos USA promoveram um movimento de inovações, especialmente nos setores de bens de consumo duráveis com técnicas *labour intensive* (Cantwell, 1990). Esta vantagem monopolística foi inicialmente explorada através de exportações, porém em função do amadurecimento dos produtos, o processo de *catching up* passa a marcar a Europa, reduzindo-se a capacidade competitiva norte-americana, que passa em função dos custos de transporte e barreiras tarifárias, a transnacionalizar suas empresas. Com a maturação não apenas de produtos, mas também de processos, a competição em preços torna-se mais importante, determinando a transnacionalização para a periferia, em função dos reduzidos custos de produção (Vernon, 1966).

O modelo de Kojima-Osawa (1985) parte das concepções neoclássicas contidas no modelo desenvolvido por Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS), reafirmando ser de particular importância na determinação dos IDEs entre países, a dotação de recursos naturais de cada nação. Muito embora o modelo tenha grande poder explicativo em relação ao padrão de inserção internacional japonesa e inglesa até 1975, baseado na internacionalização em direção aos setores de menor conteúdo tecnológico (Dunning, 1979), dificilmente o modelo é capaz de entender os movimentos do capital americano em direção a Europa no pós-guerra (Cantwell, 1990) ou dos movimentos dos capitais produtivos americanos para a periferia em setores de alto conteúdo tecnológico sobre o paradigma metalmeccânico.

A questão financeira também é tratada pela CDM, tendo como uma de suas principais contribuições o trabalho de Aliber (1970). De uma forma geral, o fluxo de IDE é associado aos movimentos na taxa de câmbio<sup>120</sup>. A sobrevalorização do câmbio no país A facilita a compra de ativos em B, dado que estes ativos tornam-se mais baratos em termos de moeda de A. O movimento de internacionalização do capital produtivo japonês em direção aos USA tem sido explicado, entre outros fatores, pelo processo de valorização do iene, em função das políticas de desvalorizações cambiais do dólar pós o *Plaza Agreement* (Tavares, 1991).

---

<sup>120</sup> Há reconhecidamente na literatura sobre a determinação de IDE uma pobreza de trabalhos que busque as inter-relações entre o mercado financeiro e os movimentos dos capitais produtivos, para maiores discussões veja-se Cantwell, 1990.

## Referências Bibliográficas.

Baer, Monica. Mudanças e tendências dos mercados financeiros internacionais na década de 80. Pensamento Iberoamericano, n.18, jul-dez, 1990.

Balasubramanyam. V.N., Salusu. M e Sapsford. D. Foreign direct investment and growth in EP and IS countries. Economic Journal, jan (1996), vol.106, n.434, pp. 92-106.

Barros, Octávio. Oportunidades abertas para o Brasil face aos fluxos globais de investimento de risco e de capitais financeiros nos anos 90. In: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Campinas, 1993.

Bielschowsky, R e Stumpo, G. A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura. In: O Brasil e a Economia Global, (Org). Renato Bauman, 1996.

Bielschowsky, R e Stumpo, G. Empresas transnacionales manufactureras en cuatro estilos de reestructuración en América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Chile y México después de la sustitución de importaciones. División de Desarrollo Productivo y Empresarial, Naciones Unidas: Santiago, Chile, 1995.

Block, F. Los Origenes del desorden economico internacional 2.ed. México, DF, Fondo de Cultura, 1987.

BNDES. O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva. Texto para Discussão, Rio de Janeiro: DEEST, 1988.

BNDES. Tendências globais da indústria e da tecnologia. Texto para Discussão, Rio de Janeiro: DEEST, n.1, 1990.

BNDES. Mercado financeiro internacional: transformação e tendências. Texto pra Discussão, Rio de Janeiro: DEEST, n.3, 1991

Boletins do Banco Central do Brasil. Diversos números

Borges Ferreira, A.H. Testes de cointegração e um modelo de correção de erro para a balança comercial brasileira. Estudos Econômicos, São Paulo, V.23, n.1, P.35-65, jan/abr, 1993.

Cantwell, J. A survey of theories of international production. In: Pitelis, C. e Sugden, R The Nature of the transnational firm, 1991.

Cardoso de Mello, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Carneiro, Ricardo de Medeiros. Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 1987.

Carneiro, Ricardo de Medeiros. Crise, Ajustamento e Estagnação. in: Economia e Sociedade, n.2, pp. 145-169, agosto, 1993.



Castro, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913), Zahar Editores, 1979.

Chesnais, F. Present international patterns of foreign direct investment underlying causes and some policy implications for Brazil. Paper apresentado no seminário: "The international standing of Brazil in the 1990s". São Paulo, Março, 1990.

Chesnais, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Economia e Sociedade, n.5, pp 1-30, dez, 1995

Chesnais, Francois. A mundialização do capital, Xamã, 1996

Coutinho, L. Os anos vinte na Europa. Apostila - Unicamp.

Coutinho, L. Das políticas de recuperação à II guerra Mundial. Apostila - Unicamp.

Coutinho L e Belluzzo, L.G. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929 - 1974, In: Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Coutinho, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: Revista do Instituto de Economia Política da Unicamp, Campinas, n.1, ago, 1992.

Coutinho, L e Ferraz, J.C. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Paz e Terra, 1994

Draibe, S. Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960, Paz e Terra, 1985

Darnel, A.C e Evans, J.L. The limits of econometrics, 1990.

Dosi, G. Technical change and industrial transformation. The theory and an application to the semiconductor industry, London, 1984.

Dunning, J. H. Explaining changing patterns of international production: in defense of the eclectic theory. In Oxford Bulletin of Economics and Statistics. v. 41, n.4, november, 1979.

Dunning, J.H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. In International Business Studies. v. XIX, n.1, Spring, 1988.

Dunning, J.H. The eclectic paradigm of international production: a personal perspective. In Pitelis, C e Sugden, R. The nature of the international firm, 1991.

Fajnzylber, F. Industrializacion en América Latina: de la caja negra al casilero vacío. Santiago, Chile: cuadernos de la Cepal, n.60, 1989.

Fajnzylber, F. La industrializacion trunca de América Latina. México: Nueva Imagem, 1983.

Fajnzylber, P. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria de Informática. Campinas, 1993

Gazeta Mercantil. Diversos números.

Goldeinstein, Lídia. Repensando a dependência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

Gonçalves, R. Estratégias dos oligopólios mundiais nos anos 90 e oportunidades para o Brasil. In: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Campinas, 1993.

Gonçalves, R. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: O Brasil e a economia global, (Org). Renato Bauman, 1996

Hennart, J.F. The transnational cost theory of the multinational enterprise. In: Pitelis, C e Sugden, R. The nature of the international firm, 1991.

Hymer, S. The International operations of national firms. A study of direct investiment. PHD thesis, MIT, 1976.

Laplane, M. F. O complexo eletrônico na dinâmica industrial dos anos 80. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1992.

Lizondo, J.S. Foreign direct investiment. In Readings in international business - a decision approach. Edited by Robert Aliber and R.N.Click, MIT, 1994

Michalet, C.A. O capitalismo mundial, Editora Paz e Terra, 1984.

Miranda, J.C.R. Tendências atuais de reestruturação do sistema produtivo internacional. In: Suzigan, W et al Reestruturação industrial e competitividade internacional . São Paulo: Fundação SEADE, 1989.

Nelson, R.R e Winter, S.J. An Evolutionary theory of economic change, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1982

OCDE, Technology and Economy, Paris, 1992.

Paiva Abreu, M. O Brasil e a economia mundial (1929-1945) In. História Geral da Civilização Brasileira, (Org). Boris Fausto, Tomo III, volume IV, capítulo.1, 1984.

Perez, C. Microeletronic, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries. World Development, 1985.

Pindyck & Rubinfeld. Econometric models and economic forecasts

Possas, M.L. Multinacionais e industrialização no Brasil. IN Belluzo, LGM e Coutinho, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Santos Filho, O.C., O. Investimento Direto Externo e Reestruturação Industrial. Texto para Discussão. n.27. Instituto de Economia da Unicamp, Agosto, 1993.

Santos Filho, O.C., O. Brasil e Coréia do Sul - Os (des) caminhos da industrialização tardia. Nobel, 1994 a.

Santos Filho, O.C. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. In: Economia e Sociedade, Campinas, (3): p.43-64, dez, 1994 b.

Sarti, F e Furtado, J. Estrutura de Exportações Industriais nos anos 80: Elementos para uma Caracterização. Relatório de Pesquisa do Projeto IPT/Fecamp "Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovações no Brasil". IE/Unicamp, Campinas, 1991.

Stiglitz, J.E. Learning to learn, localised learning and technological progress. In P. Dasgupta and P Stoneman (eds). Economic policy and technological performance, Cambridge University Press, 1987.

Singer, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930), In História Geral da Civilização Brasileira vol.III, O Brasil Republicano, 1985.

Singer, P. Interpretação do Brasil. Uma experiência histórica de desenvolvimento. In. História Geral da Civilização Brasileira, (Org). Boris Fausto, tomo III, vol IV, capítulo IV, 1984

Suzigan, W. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. Textos para Discussão. Campinas, I.E/Unicamp, n.5, fev, 1992.

Suzigan, W e Szmrecsányi, T. Os investimentos estrangeiros no início do processo da industrialização no Brasil. Texto para Discussão, n.33, Campinas, IE/Unicamp, Janeiro, 1994

Tavares, M.C. Problemas de acumulação oligopólica em economias semi-industrializadas. In: Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro.: Tese de Livre Docência - Faculdade de Economia e Administração, UFRJ, 1975.

Tavares, MC. Reestruturação industrial e as políticas de ajuste macroeconômico nos centros: a modernização conservadora. Rio de Janeiro, IEI - UFRJ, 1990.

Tavares, M.C e Façanha , L.O. La presencia de las grandes empresas internacionales en la estructura industrial brasileña. In: Fanzylber, F (org). Industrialización e internalización en la América Latina . México, DF, Fondo de Cultura Económico, 1981.

Tauile, J.R. Automação e competitividade: uma avaliação das tendências recentes no Brasil, Rio de Janeiro, IEI - UFRJ, 1987

Teixeira, A. O movimento de industrialização dos países centrais no pós-guerra. Rio de Janeiro, IEI-UFRJ, 1983.

Triffin, R. A evolução do sistema monetário internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras, série Anpec, 1979.

UNCTC, The process of transnationalization in the 1980's In Readings in international business - a decision approach. Edited by Robert Aliber and R.N.Click, MIT, 1994

UNCTC. World Investment Report. Transnacional Corporations and Competitiveness, United Nations, New York and Geneva, dez 1995

Vernon, R. International investment and international trade in the product cycle. Quarterly Journal of Economics, Cambridge, may 1966, p. 190-207.

Vinhas de Queiroz, M e Evans.P. Um delicado equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira, Caderno Cebrap, n.28, 1977

Yamin, Mohammad. A reassessment of Hymer's contribution to the theory of transnational corporation. In: Pitelis, C e Sugden, R. The nature of the transnational firm, 1991.